



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

KELLY BORGES DE ALMEIDA ROCHA

**O TRABALHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM OS
VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: OS DESAFIOS
NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM MANAUS**

MANAUS

2020



KELLY BORGES DE ALMEIDA ROCHA

**O TRABALHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM OS
VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: OS DESAFIOS
NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marinez Gil Nogueira Cunha

MANAUS
2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R672t Rocha, Kelly Borges de Almeida
O trabalho profissional dos assistentes sociais com os venezuelanos em situação de imigração e refúgio : os desafios na proteção social especial da política de assistência social em Manaus / Kelly Borges de Almeida Rocha . 2020
186 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Marinez Gil Nogueira Cunha
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Questão social. 2. Trabalho profissional do assistente social. 3. Assistência social. 4. Migração. 5. Refúgio. I. Cunha, Marinez Gil Nogueira. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

KELLY BORGES DE ALMEIDA ROCHA

**O TRABALHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM OS
VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: OS DESAFIOS
NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovada em 22 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Marinez Gil Nogueira Cunha (Presidente)
Universidade Federal do Amazonas

Prof.(a) Dr.(a) Roberta Ferreira Coelho de Andrade (Membro interno ao PPGSS)
Universidade Federal do Amazonas

Prof.(a) Dr.(a) Jane Cruz Prates (Membro externo ao PPGSS)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho a duas mulheres fortes e especiais que me deixaram no decorrer dessa pós-graduação, minha mãe Terezinha e minha sogra Walneide (*in memoriam*), com todo meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus por me amar, me amparar e não me abandonar.

A Nossa Senhora, pois os méritos são sempre dela. Salve Maria!

Ao meu pai, João (*in memoriam*), que me ensinou a ter fé e acreditar que o amanhã sempre será melhor.

Ao meu esposo, Daniel, por acreditar em todos os meus projetos e me dar forças para seguir em frente. Obrigada pelo amor, carinho, paciência e incentivo.

Às minhas filhas, Sophia e Maria Clara, que são a inspiração dos meus dias. Sophia, obrigada por ser essa menina iluminada que me ajuda a ser melhor, obrigada também por ser minha parceira em todas as horas. Maria Clara, obrigada por me ensinar que é possível amar mais, ser resiliente e persistente. Sou grata por cada noite amamentando e escrevendo, cada momento de soneca aproveitado intensamente para produzir mais uma linha da dissertação, são memórias especiais e construídas com muito afeto e força de vontade.

Às minhas irmãs, Ecilda e Iracy, pelo apoio, amor e incentivo.

Aos meus sobrinhos queridos, Michelle, Mônica, João Victor, Rodrigo e Juan Diego, por todo afeto e torcida.

À minha orientadora a professora Dr^a Marinez Gil Nogueira Cunha que me apoiou, ajudou e conduziu-me nesta caminhada. Obrigada também pelo carinho e por acreditar que eu conseguiria.

À professora Dr^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade por aceitar compor a banca de avaliação, pelos ensinamentos e por ter uma palavra de apoio em momentos delicados que vivi.

À professora Dr^a Jane Cruz Prates pela grandeza das contribuições a essa pesquisa e por sua gentileza em aceitar ser membro da banca de avaliação.

À professora Dr^a Debora Cristina Bandeira Rodrigues que me mostrou os caminhos da docência.

À turma 2018 do PPGSS pela caminhada em conjunto.

Às minhas amigas Silviane e Raquel por partilharmos saberes, ideias, alegrias e dificuldades.

Aos amigos Romulo, Dôra, Isteice e Francely por todo auxílio e carinho.

Às amigas da graduação Yamile, Carol, Circe, Helane e Luciane, que sempre tiveram uma palavra amiga nas horas angustiantes.

Um agradecimento especial às amigas Laudenise, Marcinha e Lilian, que não mediram esforços quando precisei de ajuda. Minha eterna gratidão!

Agradeço também às amigas Michele e Grayce que estão ao meu lado em todos os momentos.

Às profissionais que participaram da pesquisa e contribuíram para a concretização deste trabalho.

Aos gestores das instituições que gentilmente autorizaram a realização da pesquisa.

RESUMO

O trabalho profissional do assistente social desenvolvido na política de assistência social, e dispensado aos imigrantes e refugiados venezuelanos, nos serviços de acolhimento da proteção especial é o foco deste estudo, bem como, visou-se desvelar as contribuições deste trabalho para o aprimoramento e fortalecimento da proteção social especial em Manaus. A discussão realizada se pautou pela compreensão de que a questão social está presente no deslocamento forçado dos venezuelanos em um contexto de dominação geopolítica e dependência. Esse deslocamento originou uma demanda à política de assistência social que estruturou seus serviços para recebê-los. No Brasil esta política se pauta pelo imperativo da Constituição Federal de 1988, que preconiza que o direito socioassistencial é garantido a quem dele necessitar, ou seja, os imigrantes e refugiados oriundos da Venezuela são usuários da referida política. Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, apoiou-se no direcionamento crítico do método histórico-dialético embasado nas categorias analíticas de historicidade, totalidade e contradição, além do suporte teórico das categorias de questão social, política de assistência social e trabalho profissional do assistente social. A pesquisa se desdobrou nas modalidades de levantamento bibliográfico, documental e de campo. Afora isto, foram entrevistadas seis profissionais de serviço social, a fim de conhecer as ações ofertadas ao público venezuelano, a visão das assistentes sociais em relação às expressões da questão social presentes no deslocamento forçado e, também, verificar como o trabalho profissional, contribuiu para o aprimoramento da proteção especial na política de assistência social em Manaus. No que se refere aos resultados do estudo, inicialmente se apresenta uma análise voltada para a apreensão do movimento de saída da Venezuela desses sujeitos, em que se buscou desocultar a realidade escamoteada em virtude da superficialidade midiática pela qual é tratada essa problemática, haja vista que a questão social faz parte desse jogo imperialista de interesses que envolve este país. Assim, identificou-se que a raiz desse deslocamento não é recente, é fruto da mundialização da capitalismo e suas mazelas atreladas a dominação ideológica e espacial. Após essa abordagem histórica inicial da Venezuela, retomou-se a análise do contexto brasileiro da democratização de direitos pós-Constituição de 1988 e o reconhecimento do direito socioassistencial, buscando elucidar a estruturação e organização da política de assistência social (pesquisa documental), seus usuários, com ênfase na resignificação de atendimento às necessidades originadas das possíveis vicissitudes da vida. E se constata que as ações voltadas para responder as demandas, que surgiram desse deslocamento, não têm o objetivo de separar ou torna-las exclusivas para esse público, apenas se cumpre o que a política preconiza: o respeito as especificidade/necessidades dos seus usuários. Porém, vale ressaltar que a política de assistência social, no cenário atual, está sendo direcionada para o resgate de posturas assistencialistas e clientelistas. Quanto ao trabalho do assistente social, fica evidente uma contradição haja vista as garantias elencadas nas legislações e normativas (próprias da profissão e também referente ao trabalho na referida política) e a realidade no campo ocupacional. Por fim, ressalta-se o Assistente Social enquanto trabalhador do SUAS que, apesar do processo de precarização das suas condições de trabalho, consegue viabilizar direitos no âmbito da execução de seu trabalho e contribuir para o fortalecimento da proteção especial da política de assistência social manauara.

PALAVRAS-CHAVE: Questão social; Assistência Social; Trabalho Profissional do Assistente Social; Migração; Refúgio.

ABSTRACT

The professional work of the social worker developed in the social assistance policy, and given to Venezuelan immigrants and refugees, in the services of special protection host is the focus of this study, as well as, it was aimed to reveal the contributions of this work for the improvement and strengthening of special social protection in Manaus. The discussion was guided by the understanding that the social issue is present in the forced displacement of Venezuelans in a context of geopolitical domination and dependence. This displacement created a demand for the social assistance policy that structured its services to receive them. In Brazil, this policy is guided by the imperative of the 1988 Federal Constitution, which advocates that the social assistance right is guaranteed to those who need it, that is, immigrants and refugees from Venezuela are users of that policy. In relation to the methodological procedures of the research, it relied on the critical direction of the historical-dialectical method based on the analytical categories of historicity, totality and contradiction, in addition to the theoretical support of the categories of social issue, social assistance policy and professional work of the social worker. The research unfolded in the bibliographical, documentary and field survey modalities. Aside from this, six social service professionals were interviewed in order to learn about the actions offered to the Venezuelan public, the view of social workers in relation to the expressions of the social issue present in forced displacement and also to verify how professional work contributed to the improvement of special protection in the social assistance policy in Manaus. Not that it refers to the results of the study, initially there is an analysis aimed at apprehending the movement of Venezuela's removal from these themes, in which it seeks to unveil the hidden reality due to the superficiality of the means of communication for the which this problem is addressed. Note that the social issue is part of the imperialist game of interests that surrounds this country. In addition, I identify that, as a result of this recent displacement, it is the result of the globalization of capitalism and its daring maladies in ideological and spatial dominations. After this initial historical approach from Venezuela, the analysis of the Brazilian context of democratization of the post-Constitutional guidelines of 1988 and the reconstruction of direct socio-assistance, seeking to elucidate the structure and organization of the social assistance policy (documentary investigation), users, with an emphasis on reframing attention to needs arising from possible vicissitudes of life. And it turns out that the actions taken to meet the demands, which will arise from the relocation, are not intended to separate them or make them exclusive to this audience, as soon as the policy recommends: o respect the specificity / needs of two serious users. Therefore, it is worth mentioning that the social assistance policy, not the current situation, is being directed towards or from assistentialist and clientelist positions. During the year of work of the social worker, it is evident that a contradiction was made in view of the guarantees given in the legislation and regulations (specific to the profession and also referring to work in that policy) and the reality of the occupational field. Finally, it is the Social Assistants who work at SUAS who, despite the precarious process of their working conditions, will be able to provide guidelines in the area of carrying out their work and contribute to the strengthening of the special protection of the social assistance policy in Manaus.

Keywords: Social issue; Social assistance; Professional Work of the Social Worker ; Migration; Refuge.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Produção do Petróleo na Venezuela.	39
Figura 2 - Rota do Petróleo até os Estados Unidos.	41
Figura 3 - Solicitação de reconhecimento de refugiado em 2017 no Brasil.....	47
Figura 4 - Solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil de 2010 – 2017	48
Figura 5 - Percurso utilizado pelos venezuelanos para chegar a Boa Vista – Roraima/Brasil.	50
Figura 6 - Perdas estimadas para a Assistência Social	79
Figura 7 - Cinco etapas principais da realização da parceria Estado e OSC.....	84
Figura 8 - Histórico de atuação da SNAS no contexto dos fluxos migratórios.....	90
Figura 9 - Normativos Essenciais.....	91
Figura 10 - Serviço de Acolhimento para os venezuelanos em Manaus	96
Figura 11 - Percentual de trabalhadores nas Secretarias Estaduais de Assistência Social, segundo tipo de vínculo – Brasil, 2010 a 2016.....	118
Figura 12 - Percentual de trabalhadores nas Secretarias Municipais de Assistência Social, segundo tipo de vínculo – Brasil, 2010 a 2017.....	118
Figura 13 - Notícia sobre xenofobia e os venezuelanos.....	135
Figura 14 –Notícia sobre xenofobia e os venezuelanos	135
Figura 15 - Comentários extraídos de rede social.	135
Figura 16 - Benefícios	140
Figura 17 - Total de venezuelanos beneficiários do Programa Bolsa Família.	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Locais da Pesquisa	22
Quadro 2 - Sujeitos da Pesquisa	22
Quadro 3 - Ordenamento da Fronteiras	52
Quadro 4 - Operação Acolhida ações e atividades	53
Quadro 5 - Deslocamento forçado dos venezuelanos como expressão da questão Social.	63
Quadro 6 - Visão sobre os direitos dos venezuelanos ao acesso à proteção social da política de assistência social.....	64
Quadro 7 - Percepção sobre mudanças na esfera da vida social dos venezuelanos em virtude das ações desenvolvidas na política de assistência social.	67
Quadro 8 - Ações e os serviços ofertados aos venezuelanos.....	97
Quadro 9 - Participação social dos venezuelanos na tomada de decisões.....	100
Quadro 10 - Estratégias usadas para desburocratizar o atendimento.	101
Quadro 11 - Identificação das Participantes	121
Quadro 12 - Tempo de Atuação das assistentes sociais participantes.....	122
Quadro 13 - Formação Profissional e continuada.	122
Quadro 14 - Projeto Profissional do Serviço Social.	123
Quadro 15 - Conhecimento quanto aos principais documentos que orientam a profissão....	125
Quadro 16 - Resoluções conhecidas pelas profissionais participantes.....	126
Quadro 17 - Condições de Trabalho.....	127
Quadro 18 - Vínculo de trabalho e remuneração.....	127
Quadro 19 - Valorização, satisfação e condições de saúde no trabalho profissional.	130
Quadro 20 - Saúde e trabalho.	131
Quadro 21 - Aumento de demanda ao trabalho profissional do Assistente Social.....	133
Quadro 22 - Desafios ao trabalho profissional do Assistente Social.....	134
Quadro 23 - Capacitação para qualificar o atendimento.	136
Quadro 24 - Desenvolvimento do trabalho profissional.....	138
Quadro 25 - Recursos disponíveis no Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ordenamento da fronteira.....	52
Tabela 2 - Cidades que mais recebem venezuelanos.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ACNUR	Alto Comissariado das Organização das Nações Unidas para Refugiados
AD	Ação Democrática
AGU	Advocacia Geral da União
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CF	Constituição de Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNEAS	Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
Comigrar	Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
COPEI	Partido Democrata Cristão
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRBV	Constituição da República Bolivariana de Venezuela
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTV	Central de Trabalhadores da Venezuela
EC	Emenda Constitucional
EPS	Empresas de Produção Social
FGV DAPP	Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONDEN	Fondo Nacional de Desarrollo
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MARE	Ministério da Administração e da Reforma do Estado

MBR	Movimento Bolivariano Revolucionário
MDS	Ministério de Desenvolvimento e combate à Fome
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
MVR	Movimento Quinta República
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NRF	Novo Regime Fiscal
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PDVSA	Petróleo da Venezuela S.A.
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROPESP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PT	Partido dos Trabalhadores
SAE	Secretaria de Assuntos Estrangeiros
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SNJ	Secretaria Nacional de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	25
QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NA CONTEMPORANEIDADE: A SITUAÇÃO DO DESLOCAMENTO DOS VENEZUELANOS.	25
1.1 A questão social na sociedade capitalista: um breve traçado histórico.....	25
1.2 Entendendo a crise na Venezuela: conjuntura sociopolítica e o deslocamento forçado dos venezuelanos.....	30 30
1.2.1 A chegada dos venezuelanos ao Brasil.	42
1.2.2 O deslocamento forçado dos venezuelanos como expressão da questão social.....	54
1.2.3 A questão Social e o Serviço Social: o olhar dos assistentes sociais entrevistados em Manaus sobre o deslocamento forçado dos venezuelanos	61
CAPÍTULO 2	70
ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA QUEM DELA NECESSITAR: INCLUSIVE REFUGIADOS E IMIGRANTES VENEZUELANOS	70
2.1 A Política de Assistência Social Brasileira: Após a Constituição de 1988 e os dias atuais	70
2.1.1 As atividades complementares no âmbito da PNAS e a Sociedade Civil	81
2.1.2 Os usuários da Política de Assistência Social	86
2.2 A Centralidade da Assistência Social na garantia de direitos dos refugiados e imigrantes venezuelanos	89
2.2.1 Proteção Social Especial: da inclusão emergencial ao debate sobre ações permanentes.....	93
CAPÍTULO 3	103
O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RESPOSTAS À DEMANDA VENEZUELANA	103
3.1 O Serviço Social e a concepção de trabalho.....	103
3.1.1 O Projeto Ético-político do Serviço Social: a construção da maturidade da categoria	109
3.2 O trabalho no SUAS e o compromisso com a garantia do direito socioassistencial	114
3.2.1 Caracterização do perfil das assistentes sociais participantes da pesquisa.....	120
3.2.2 O trabalho profissional do assistente social e os desafios do acesso aos venezuelanos à política de assistência social.	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	154
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)/Assistentes Sociais	170
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (ASSISTENTE SOCIAL)	173
ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).	181

INTRODUÇÃO

O ser humano costuma buscar condições melhores de vida, e esse movimento pode ser interno, no ambiente em que vive, ou externo, o que pode abranger mudanças que transcendem territórios. Porém, há casos em que o deslocamento extra territórios nacionais é involuntário, e o direito de livre escolha fica comprometido, como no caso de pessoas em situação de refúgio, as quais tiveram suas vidas afetadas por questões de ordem política, econômica, religiosa, raça ou por grave violação de direitos humanos. O que deixa evidente a necessidade de se compreender esse afluxo massivo de pessoas em deslocamento forçado, mas essa compreensão deve ser vista sob o parâmetro de um mundo globalizado.

Atualmente há um grande fluxo de pessoas para o Brasil oriundas da Venezuela. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) indicam que, no período de 2017 a 2019, entraram no Brasil 240 mil venezuelanos, e que ainda se encontram em território nacional. Cabe destacar que 94.400 solicitaram refúgio e 65.600 estão em processo de regularização, e até a decisão final têm autorização de residência provisória. Essas pessoas são caracterizadas, pela legislação existente no ordenamento jurídico brasileiro (Lei de Migração nº 13.445/2017 e o Estatuto do Refugiado lei nº 9.474/1997) como solicitantes de refúgio, refugiados ou imigrantes, que entram no Brasil com o intuito de mudar de vida e ter minimamente suas necessidades atendidas, bem como, lutar para reconstruir o que restou e para resguardar sua dignidade.

Assim, os venezuelanos buscam não somente fugir de perseguições políticas individuais, mas principalmente da miséria, fome, conflito armado e perda de direitos. E o Brasil, pela proximidade geográfica, principalmente nos Estados de Roraima e Amazonas, se tornou, muitas vezes, a única alternativa para a garantia de sobrevivência, tendo em vista a expectativa do atendimento de suas necessidades mais básicas.

No Brasil, de acordo com Rocha e Ribeiro (2019), a intensificação do fluxo do deslocamento venezuelano para o território nacional se deu a partir de 2016. Nesse contexto inicial, o país demonstrou fragilidade de acolhida aos venezuelanos, mesmo tendo uma legislação própria (migração e refúgio) que garante direitos aos estrangeiros. No entanto, mesmo com essa legislação, a situação de acolhida dos venezuelanos não é legitimada socialmente, pois até muito recentemente, 2017, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro) enxergava o “forasteiro” como uma ameaça à segurança nacional, o que estava e ainda está implícito no imaginário da sociedade. Afora isso, é imperioso destacar

que se vive hoje uma conjuntura de preconceitos e xenofobia exacerbada, alimentada por um nacionalismo deturpado desde as eleições presidenciais de 2018, e que continuou em alta com o Governo de Jair Bolsonaro.

Por conseguinte, conforme citado anteriormente, a região Norte, em especial os Estados de Roraima e Amazonas são os que mais acolhem essa população de venezuelanos. Segundo a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), em 2019, no Amazonas foram 9.759 pedidos de refúgio de 2017 até 2018.

Nota-se que esse crescente fluxo de venezuelanos para o Amazonas causa um impacto na prestação dos serviços sociais públicos, principalmente quanto à situação de acolhimento no âmbito da política de assistência social, já que os venezuelanos ao chegarem à rodoviária, da Capital do Estado do Amazonas, instalam-se em barracas no seu entorno e lá permanecem, até que seja realizada alguma intervenção pelo poder público local.

Ressaltar que, em conformidade com o censo realizado também pela SEJUSC, 2015 a 2018, e divulgado no Jornal Acrítica em 12 de abril de 2018, a população em situação de rua, somente em Manaus eram de 1289 pessoas. E essa população é ampliada pelos estrangeiros venezuelanos, o que ocasiona maior visibilidade à pobreza, como uma expressão da questão social.

Logo, a esfera governamental, exercendo a sua primazia na política de assistência social, foi acionada para enfrentar a situação da população de rua venezuelana, no âmbito da integração desta população no contexto das garantias existentes. Essas pessoas fazem parte do público alvo dessa política e possuem o direito de acessá-la, pois a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 203, estabelece que ela será prestada a quem dela necessitar, bem como a Lei de Migração que preconiza o acesso às políticas públicas por meio de um regime de cooperação nacional (Estados e Municípios), com participação de diversos organismos (nacional e internacional) e sociedade civil. Essa iniciativa deve ser realizada com a complementaridade de ações pela iniciativa privada, conforme o que estabelece a Política Nacional de Assistência Social (2004).

Assim, cabe destacar que o acesso aos direitos no âmbito das políticas sociais brasileiras não está condicionado à naturalização, porém, é imprescindível que o poder público tenha um olhar voltado às multidimensionalidades desse público na oferta serviços, programas e projetos sociais.

É indubitável que diante da questão do deslocamento forçado na atualidade (situação dos refugiados), a política de assistência social brasileira precisou se adequar para responder a essa demanda. Assim, houve a necessidade de um processo de reconfiguração de suas ações e

serviços da proteção social, que deve ser materializada por meio do conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Na operacionalização da política de assistência social, o trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma figura ímpar na efetivação e acesso a direitos e garantias sociais. Os profissionais para fazerem parte das equipes de referência na execução e planejamento das ações ofertadas precisam atender alguns critérios, tais como: compromisso ético, escuta qualificada, proteção e defesa de direitos dos usuários, em conformidade com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

O Assistente Social faz parte dessa equipe e desempenha um papel primordial na concretização da garantia da proteção social. Esse fluxo de venezuelanos em deslocamento trouxe aos assistentes sociais, vinculados a essa política, uma intensificação de demandas ao seu trabalho, decorrente do aumento, principalmente, do volume de atendimento de pessoas em situação de rua (proteção especial).

Importa destacar que, com os ganhos constitucionais na esfera da Seguridade Social, em que a assistência passa a ser um direito, e com os avanços legais advindos da estruturação da política, ocorreu uma expansão no trabalho profissional nessa área. O assistente social se consolida como membro dessa equipe de referência e se engaja na luta social pelo direito à assistência, agora respaldado pelas legislações.

Assim, esses profissionais se defrontam com as mais variadas expressões da questão social em seu cotidiano, e a compreensão de que essas expressões são oriundas do conflito entre capital e trabalho demarca a especificidade da intervenção do serviço social na realidade. A questão vivenciada pela população da Venezuela não está à margem desse conflito, é uma discussão permeada por imposições de uma dinâmica imperialista, que ultrapassa a mera forma do capital se relacionar com o Estado, pois está ancorada em uma dependência econômica e na supremacia do capital fictício. Destarte, entende-se que a apreensão da problemática do deslocamento forçado dos venezuelanos para Manaus, realizada neste estudo, vai contribuir com o desvelamento dessa realidade e direcionar a forma de intervenção do Assistente social na proteção social especial no âmbito da política de assistência social manauara.

Diante da contextualização apresentada, destaca-se que o objeto de pesquisa do presente estudo se refere ao *trabalho profissional dos Assistentes Sociais nos serviços de acolhimento, destinados aos imigrantes e refugiados venezuelanos, da política de assistência social, ofertado pela proteção social especial em Manaus.*

Portanto, esta pesquisa respondeu a seguinte questão norteadora central: *Como o trabalho profissional das Assistentes Sociais¹ dispensado aos imigrantes e refugiados venezuelanos contribui para o aprimoramento e fortalecimento da proteção social especial na política de assistência social em Manaus?*

Para responder a questão norteadora central, se fez necessário responder também as seguintes questões norteadoras secundárias: Quais as expressões da questão social que se encontram presentes no processo de imigração e refúgio dos venezuelanos a partir do olhar dos profissionais de serviço social? Quais ações e serviços são ofertados aos venezuelanos na proteção social especial? Quais são os desafios enfrentados pelas Assistentes Sociais no desenvolvimento do trabalho profissional diante da ampliação da demanda de atendimento aos venezuelanos?

Por essa razão, entende-se que é imprescindível conhecer como o serviço social vem respondendo às solicitações do referido público na oferta de serviços, no âmbito da proteção especial, pois nessa conjuntura do deslocamento, esta política se tornou a porta de entrada para acesso a direitos. E entende-se que o assistente social deve atuar como um agente que pode contribuir para efetivação do protagonismo desses indivíduos.

Deste modo o *objetivo geral* deste estudo foi: analisar o trabalho profissional das assistentes sociais prestado aos imigrantes e refugiados venezuelanos visando contribuir com o aprimoramento e fortalecimento da proteção social especial na política de assistência social em Manaus. E os *objetivos específicos* foram: 1) Discutir as expressões da questão social presentes no processo de imigração e refúgio dos venezuelanos a partir do olhar das profissionais de serviço social; 2) Identificar as ações e os serviços que são ofertados aos venezuelanos na proteção social especial; 3) Desvelar os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais no desenvolvimento do trabalho profissional diante da ampliação da demanda de atendimento aos venezuelanos.

O tema proposto partiu da experiência profissional como assistente social, da pesquisadora deste estudo, na política de assistência social. A referida experiência permitiu compreender a importância do trabalho do assistente social no acesso a direitos, principalmente no contexto da proteção básica aos haitianos, após o sismo no Haiti. Viu-se, como a assistência social, não de forma isolada, mas integrada com as demais políticas, é capaz de garantir e assegurar direitos, mesmo envolta em precariedades estruturais e históricas.

¹ O artigo definido “a” passará a ser usado para designar o gênero feminino, uma vez que, as participantes da pesquisa se identificam com esse gênero.

Por conseguinte, é indubitável que a pesquisa se configura como recurso indispensável para o conhecimento da realidade social. Na perspectiva de Richardson (2012, p. 92), a pesquisa de um fenômeno “[...] não é apenas registrar mudanças em sua aparência ou essência, mas revelar a natureza dinâmica da relação entre aparência e a essência do fenômeno”.

Isto significa que o trabalho profissional do assistente social é atravessado por tensões oriundas da reprodução social do sistema capitalista. Em decorrência disto, encontra-se imerso em uma realidade contraditória, que precisa ser desvelada e compreendida, já que expressa a contradição presente na relação capital/ trabalho. Nos espaços ocupacionais existem pressões políticas e hierárquicas, conformando, muitas vezes, espaços de subalternidade e ao mesmo tempo de resistência, reflexo desse sistema. Exigem-se respostas às demandas, porém, estas respostas precisam e devem ser vistas sob os critérios das atribuições e competências da profissão.

Ademais, o assistente social faz parte da classe que vive do trabalho, sendo necessário se enxergar como trabalhador nesse processo de precarização das relações trabalhistas, que é sem dúvida, um passo importante para colaborar com o fortalecimento de processos sociais que coadunem com o Projeto Ético-Político da profissão. A conjuntura da precarização das relações de trabalho no Brasil também está presente na esfera pública e, conseqüentemente, na assistência social, que vem sofrendo ataques desde o pós-constituição, sendo cercada pela “tradição” arraigada de política para pobre, pelos direcionamentos neoliberais e, sobretudo, no momento atual, está sendo soterrada por visões distorcidas e distanciadas do que é um direito socialmente constituído. Assim sendo, esses aspectos vão interferir na qualidade da oferta das ações e serviços da política de assistência social, que são viabilizados aos venezuelanos em situação de refúgio e imigração.

Esta dissertação foi elaborada com base na corrente teórico-metodológica dialético-crítica, a partir do direcionamento para a compreensão das contradições presentes em uma dada realidade, em um contexto histórico, sob a perspectiva da totalidade, articulando teoria e prática, e também dados quantitativos e qualitativos (PRATES, 2012).

Também, se fez uso do enfoque misto, em uma relação necessária de complementaridade no método marxiano, e da triangulação de dados e/ou informações, realizada através da percepção dos sujeitos envolvidos, da produção do meio inserido e a análise dos aspectos macros que conformam esse sujeito e o meio (Ibid).

Logo, o pensamento dialético “se propõe a compreender a ‘coisa em si’” (KOSIK, 2002, p. 20). Leva à compreensão da realidade em sua essência contraditória e em face de transformações constantes.

Conforme Lefebvre (1991) não existe produção sem contradição, conflito ou movimento na realidade. O conhecimento (dialético) conduz à nitidez do plano do imediato, e contribui para o que o todo seja decomposto em um processo sistemático e crítico para a captação da coisa em si.

Destarte, compreender a totalidade dos fenômenos é reconhecer que anteriormente existiram processos que consubstanciaram a história de um objeto e o particularizaram.

Em vista disso, adotar o pensamento dialético-crítico na condução de uma pesquisa requer a busca da interpretação dos fenômenos, que se manifestam no plano real, contando com o aporte das categorias analíticas: historicidade, totalidade e contradição.

Nesse sentido, condizente com o que é proposto na pesquisa, apresenta-se a historicidade na análise da sociedade venezuelana (em relação ao que é relevante para este estudo) quanto às esferas política, social e econômica, que impulsionaram esse movimento (saída) de deslocamento forçado dos venezuelanos. Dessarte, Konder (2008, p. 15), caracteriza a história como “[...] processo transformador da condição humana e das estruturas sociais”.

Referente à categoria contradição, encontra-se o capitalismo global em sua dinâmica imperialista, demarcando as manifestações da questão social de forma específica na Venezuela. Portanto, evidencia-se que o Estado com suas políticas para a diminuição da desigualdade e distribuição de renda, não mais consegue exercer um consenso entre as classes e muito menos subsidiar as necessidades básicas da população. Bem como, situa-se ainda, a contradição na esfera do trabalho profissional do assistente social, já que existe uma realidade preconizada pela política de assistência social e as normativas específicas da profissão, e uma realidade nos espaços ocupacionais, onde se enxerga mais um braço do sistema capitalista em ação.

Quanto à categoria totalidade, é necessário olhar a política de assistência social também como um suporte estatal na resposta às demandas trazidas por esse público, pois ela se articula e se movimenta para se ater/adequar às especificidades existentes, além dos desmontes estruturais e financeiros sofridos. Ou seja, esse “todo” impacta nas ações dessa política e no trabalho realizado pelo assistente social, que precisa fazer correlações e mediações indispensáveis para conhecer a realidade social, a sua e a do seu usuário, pois é necessária uma visão de conjunto para que haja efetividade na intervenção.

Portanto, compreender a dimensão do trabalho realizado por assistentes sociais no contexto do deslocamento forçado, sob a perspectiva dialética, requer superar o imediato, ou seja, é necessário buscar compreender o que está além do aparente, visando contribuir para o fortalecimento do protagonismo dessas pessoas e para subsidiar a elaboração de ações coerentes com a real necessidade desse público.

Em termos de procedimentos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida por três fases complementares: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de consulta em livros e artigos científicos que focalizaram a discussão do objeto de estudo, com o intuito de aproximação e aprofundamento da discussão das categorias teóricas delimitadas no estudo, que são: Questão Social, Política de Assistência Social e Trabalho Profissional do Assistente Social.

Já na pesquisa documental foram reunidas informações que serviram de base para a construção da investigação proposta, a partir de leis, normatizações e demais documentos pertinentes à temática.

Vale ressaltar que essa dissertação foi construída em um momento bastante delicado para o mundo, em decorrência da pandemia do novo coronavírus², em que se fez necessário o distanciamento social para evitar contágios, pois é um vírus que se disseminada rapidamente. Deste modo, quanto à pesquisa de campo, não foi possível realizar visitas (de modo presencial) às instituições escolhidas para a realização das entrevistas, cumprindo-se as orientações da Comissão Nacional de ética em Pesquisa (CONEP) de 5/6/2020 e Nota Técnica 001/2020 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP/UFAM) que versam sobre medidas de prevenção sanitárias.

Para compor a amostra da pesquisa, inicialmente foi realizado, em 2019 (antes da pandemia), um mapeamento (pela internet, telefone e visita institucional) nas secretarias municipal e estadual, responsáveis pela gestão da política de assistência social no estado do Amazonas, e também nas instituições privadas de atendimento, com o objetivo de identificar a oferta do serviço de acolhimento para adultos e famílias dos venezuelanos não indígenas³ em situação de refúgio ou migração (proteção social especial) na cidade de Manaus.

A partir desse levantamento, foi constatado que esse serviço era oferecido nessas duas esferas (pública e privada), entretanto foi preciso mudar três vezes os locais que seriam pesquisados, em decorrência da mudança na gestão da esfera pública estadual, e fim de contratos de trabalho com uma agência que faz parceria com o Governo Estadual para

²O novo coronavírus, como o próprio nome identifica, é um vírus que causa infecções respiratórias. Inicialmente seus primeiros contágios ocorreram na China em dezembro de 2019, chegou ao Brasil em janeiro de 2020, e em março ocorreu a primeira morte. Dados extraídos do site oficial do Ministério da Saúde mostram que no Brasil, até 10 de dezembro de 2020, o total de óbitos confirmados ultrapassavam 170 mil, sendo que somente no Amazonas foram mais de 4 mil óbitos. Vale ressaltar que a falta de gestão do Ministério da Saúde contribuiu para o agravamento da pandemia, haja vista, a ausência de medidas adequadas e a minimização da doença por parte do próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro (BRASIL, 2020a).

³ Os serviços de acolhimento voltados para indígenas não fazem parte do universo desta pesquisa, pois acarretaria outros tipos de providências e autorizações necessárias, o que dificultaria o acesso do pesquisador em um contexto já adverso de pandemia do Coronavírus.

realização de processos seletivos, o que acarretou mudanças (estrutural e de profissionais) também nos equipamentos. A esfera pública municipal passou a ofertar esse tipo de serviço somente aos indígenas venezuelanos da Etnia *Warao*. Na esfera privada, algumas instituições burocratizaram a realização dessa pesquisa, enquanto outras não possuíam assistentes sociais em seus quadros de funcionários ou prestadores de serviços.

Deste modo, foram definidos os serviços para composição da amostra do presente estudo: três serviços de acolhimentos do âmbito da esfera pública estadual e dois da esfera privada.

Assim, a pesquisa de campo foi constituída por cinco equipamentos, que estão melhor detalhados no quadro que segue:

Quadro 1 - Locais da Pesquisa

GESTÃO	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO
PÚBLICA	Casa do Migrante Jacamim
	Abrigo Coroado
	Maria de Miranda Leão
PRIVADA	Casa Miga
	Oásis Abrigo de Famílias

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2019.

Posteriormente, foi definido o quantitativo de profissionais de serviço social que participariam da pesquisa. Assim, a amostra dos sujeitos se constituiu em seis (6) assistentes sociais, de um universo de 14 profissionais, sendo quatro (04) dos serviços de acolhimento geridos pelo poder público e dois (02) vinculados à esfera privada. Como se pode observar no próximo quadro:

Quadro 2 - Sujeitos da Pesquisa

GESTÃO	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO	QUANTITATIVO DE ASSISTENTES SOCIAIS
PÚBLICA	Casa do Migrante Jacamim	1
	Abrigo Coroado	2
	Maria de Miranda Leão	1
PRIVADA	Casa Miga	1
	Oásis Abrigo de Famílias	1

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2019.

Cabe destacar que foram adotados como critérios de inclusão deste estudo: ser técnico que integra as equipes de referência dos Serviços de Acolhimento (Proteção Especial); e ter mais de 6 meses de atuação na área da assistência social. Já os critérios de exclusão foram: não aceitar livremente participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e estar em cargo exclusivamente de gestão no referido serviço.

Vale ressaltar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética, em junho de 2020 e aprovado em agosto (ver documento de aprovação no anexo A desta dissertação). Os sujeitos deste estudo (informantes-chave/assistentes sociais) preencheram o TCLE (apêndice A) para que a pesquisa pudesse ser iniciada. Ressalta-se também que foi garantida a confidencialidade da identidade das profissionais participantes.

Assim, foi realizada com as assistentes sociais uma entrevista estruturada⁴, na modalidade a distância, para compreender a multidimensionalidade do fenômeno (objeto do estudo) na visão dessas profissionais (ver o roteiro de entrevista no apêndice B). Para realização das entrevistas fez-se uso de um aplicativo de mensagens instantâneas e de chamadas de vídeo (Whatsapp). A intenção foi verificar a compreensão dessas profissionais em relação às expressões da questão social presentes no deslocamento forçado dos venezuelanos; conhecer as ações da política de assistência social no âmbito dos serviços de acolhimentos para adultos e famílias venezuelanas; e também identificar os desafios e/ou dificuldades postas ao trabalho profissional na conjuntura atual desse deslocamento em Manaus.

A fase denominada por Minayo de análise e tratamento do material empírico e documental (2009) transcende a mera classificação de opiniões, pois deve articular informação e conhecimento, consistindo em apreender as visões dos sujeitos de pesquisa envolvidos (as similitudes e as particularidades).

Todavia, nesta fase foi realizada a tabulação dos dados quantitativos obtidos, representados através de tabelas. Em seguida, na modalidade qualitativa foram transcritas as entrevistas, e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, na inferência de conhecimentos a partir das falas dos sujeitos. Para tanto, essa técnica possui fases distintas: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977).

Quanto à organização do modo de apresentação dos resultados deste estudo, esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo discute-se o deslocamento

⁴ Conforme Gil (2002, p. 117) entende-se por entrevista totalmente estruturada “quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas”.

forçado dos venezuelanos como expressão da questão social. E para isto, fez-se necessário realizar um breve resgate histórico para conhecer a trajetória política, social e econômica da Venezuela, a partir do modelo de desenvolvimento neoliberal adotado, até os dias atuais sob forte imperialismo norte-americano. Ademais, esse desenho inicial contribui para entender a crise que assola o país, motivo pelo qual impulsionou esse fluxo de pessoas a buscar melhores condições de vida. Por conseguinte, traz o olhar das profissionais de serviço social sobre essa problemática à luz da contradição capital/trabalho, e em uma conjuntura globalizada de acumulação de capital.

O segundo capítulo aborda o contexto histórico da política de assistência social após o processo de redemocratização no Brasil e a promulgação da Constituição cidadã. Uma vez que, a assistência social passa a integrar a Seguridade Social, e ao lado da saúde e da previdência social formam um tripé. Entretanto, a sua estruturação esbarra nos ditames neoliberais de conduzir o Estado, e que levou a inserir, de forma sistemática, a iniciativa privada em suas atividades, demarcando uma nova forma de gerir, por meio da administração gerencial. Afora isso, destaca-se que no texto constitucional, a assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar, e por isso foi imperioso identificar quem são os destinatários dessa política, além de abordar o papel central da assistência social no atendimento aos venezuelanos em situação de refúgio e de imigração, no âmbito da proteção social especial.

O terceiro e último capítulo apresenta o debate em relação ao trabalho profissional do assistente social frente à demanda de venezuelanos em deslocamento forçado (situação de refúgio) na política de assistência social. Este debate perpassa pelo seu objeto de trabalho, os seus instrumentos, relação com os espaços ocupacionais e com os usuários, até chegar à abordagem sobre o trabalho realizado no serviço de acolhimento para adultos e família da proteção social especial.

Por fim, entende-se que os resultados desta pesquisa podem contribuir com a produção de conhecimento em Serviço Social na área da Assistência Social, haja vista a importância do trabalho profissional desenvolvido, uma vez que, para além da garantia de direitos, está o compromisso com a qualidade das ações desenvolvidas. E, dentro da autonomia relativa do assistente social, esse profissional necessita ser propositivo para lidar com todos os elementos presentes em seu cotidiano, que afetam de alguma forma seu projeto profissional, envolto no jogo de dominação do capital. É fundamental compreender como se dá os processos de trabalho em que os profissionais estão inseridos, tendo em vista suas atribuições e competências na formulação de respostas às expressões da questão social.

CAPÍTULO 1

QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NA CONTEMPORANEIDADE: A SITUAÇÃO DO DESLOCAMENTO DOS VENEZUELANOS.

No contexto da garantia e acesso aos direitos socioassistenciais pelos venezuelanos em deslocamento (imigrantes e refugiados), no âmbito da política de assistência social, é imperioso realizar um debate sobre a questão social e suas expressões, em um movimento voltado para acumulação de riquezas e exploração da força de trabalho. Esse movimento se expande e ultrapassa territórios nacionais, dita as regras da sociedade, impacta no desenvolvimento das políticas públicas e transpassa as tentativas de mudança ou de resistência a esse sistema. Inicialmente se fez necessário um recuo histórico para a apreensão da formação do sistema capitalista, para posteriormente adentrar no reconhecimento da questão social. Assim, a discussão central deste capítulo aborda a questão social em um contexto geopolítico imbricado em processos imperialistas e de dependência, que culminaram na saída de várias pessoas da Venezuela em busca de melhores condições de vida. Desta maneira, esse público vai demandar atendimento as suas necessidades, e o assistente social que atua no âmbito da garantia de direitos, na política de assistência social, precisa compreender esse todo para realizar sua intervenção. Por isso, também serão apresentados alguns resultados da pesquisa de campo, ao se discorrer sobre o olhar dos assistentes sociais entrevistados em Manaus sobre o deslocamento forçado dos venezuelanos enquanto expressão da questão social.

1.1 A questão social na sociedade capitalista: um breve traçado histórico

O capitalismo traz consigo um lastro de usurpação e privação dos meios de produção dos trabalhadores, inaugurando a necessidade da oferta de mão de obra à produção capitalista, o que conduz o trabalhador imediatamente ao modo de subsistência assalariado. Logo, a partir da junção da propriedade dos meios de produção com a compra da força de trabalho se cria a produção capitalista:

[...] Somente quando os trabalhadores não são donos da terra e das ferramentas — somente quando foram separados desses meios de produção — é que procuram trabalhar para outra pessoa. Não o fazem por gosto, mas porque são obrigados, a fim de conseguir recursos para comprar alimentos, roupa e abrigo, de que necessitam para viver. Destituídos dos meios de produção, não têm escolha. Devem vender a única

coisa que lhes resta - sua capacidade de trabalho, sua força de trabalho (HUBERMAN, 1936, p.175).

Vale ressaltar que esse impulso ao capitalismo, no que tange à acumulação, remete à exploração, pirataria, invasões e agressões, em que a força (opressão) se fez presente, transvestida de glória e desbravamento, no período de acumulação de riquezas europeias, no qual as colônias eram suas principais fontes. Assim, sucessivos acontecimentos ao longo da história foram conformando um lado menos favorecido: plebeus, escravos, vassalos, dentre outros (MARX; ENGELS,1948). Destaca-se que as ideologias dominantes colocaram essa questão histórica no limbo para tentar garantir sua perpetuação sem questionamentos.

Destarte, retoma-se à época que em o capitalismo começa a se desenvolver, século XVI, onde a pequena organização feudal não mais supria o mercado em expansão, e a manufatura adentra esse espaço, que por sua vez, em virtude da expulsão dos camponeses das suas terras, passa a ter força de trabalho abundante. Logo, a divisão do trabalho se dá dentro dos muros da própria oficina e não mais no âmbito das corporações, e conduz ao aumento dos mercados, o que leva mais uma vez à superação desse modelo de produção. Por conseguinte, surgem os maquinários dando início à industrialização.

Foi, contudo, no período da Revolução Industrial, que a ideia da desigualdade social ser vista como um fato natural, aceitável e até mesmo inalterável, foi desconstruída. Quanto a isto, muito se deve às teorias de Karl Marx e Friedrich Engels (CASTELO, 2010, p.87).

Os fenômenos da sociedade industrial e sua classe trabalhadora trazem a figura da burguesia, que foi parte de um processo histórico de dominação e de avanços para o processo de produção, acompanhando os períodos políticos, e se reinventando em busca de novos mercados. Portanto, para Marx e Engels (1948, p.12) a burguesia ressignificou alguns aspectos da sociedade, como as relações sociais, instrumentos de produção e consumo, sendo: “tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas”.

O Capital se corporifica pelos meios de produção e meios de vida empregados na força de trabalho, e tudo o que toca vira mercadoria, inclusive essa força de trabalho que, por seu turno, precisa ser vendida para sua sobrevivência, e quanto mais o trabalhador produz, mais pobre fica. O trabalho é importante para o homem, pois é através dele que o homem modifica a natureza e se modifica também.

Porém, a partir do momento que o trabalho ganha um caráter social, a sua produção é para as necessidades dos demais, e não existe um reconhecimento no que foi produzido, o trabalho passa a ser alienante e não edificante (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

A classe trabalhadora passa a se aglomerar em fábricas, sob uma vigilância constante, também não há diferenciação de sexo ou idade, o lucro é que dita as circunstâncias do trabalho. Pessoas recebem um salário ínfimo, com condições precárias, porém não têm escolhas, precisam vender sua força vital para conseguir sua subsistência. Enquanto isso, o capitalismo cresce e conquistava novos admiradores, ao mesmo tempo em que a classe “perigosa” – trabalhadora – cresce em sua miséria e exclusão. Afora isso:

Os trabalhadores, a partir da inserção no processo de produção capitalista, dispunham da faculdade de partilhar da sociedade mercantil, mas não gozavam do direito de participar da comunidade política, atividade esta garantida aos homens racionais e que possuíam renda e riqueza. De acordo com a visão da filosofia política liberal da época, os trabalhadores eram seres incapazes de atuar racionalmente no campo da política, pois possuíam um nível intelectual baixo devido às duras condições sociais de uma vida de trabalho pesado e manual (CASTELO, 2010, p. 88).

Conforme Iamamoto e Carvalho (2001), quando o capital aumenta sua acumulação, a tendência é diminuir os gastos com a compra e venda da força de trabalho, e sendo inversamente proporcional no que tange aos gastos com o capital voltado para a produção, constituindo a necessidade de aumentar o ritmo da acumulação. Desse modo, forma-se um contingente de trabalhadores sobrantes (exército industrial de reserva) que dá suporte ao capital para atuar livremente dentro do mercado criado por ele, e conduz os trabalhadores ativos ao excesso de trabalho e submissão aos ditames desse sistema. Sem contar com os que “vivem numa situação de pauperismo, constituída não só por pessoas capacitadas para o trabalho como também órfãos e filhos de pobres que são envolvidos no exército ativo nos períodos de pico econômico” (Ibid, p.61).

Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operários e o burguês tomam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes (MARX; ENGELS, 1948, p. 21).

Sublinha-se que esse trabalho precisa ser útil para os outros para que ocorrem as trocas, materializadas, primeiramente em valores, pois a partir disso se tornam valor de uso e se

realizam no consumo, transforma as mercadorias novamente em dinheiro e novamente em capital, constitui-se, então, um grande ciclo de acumulação.

Em vista disso, o produto da produção capitalista é um sobrevalor maior do que anteriormente aplicado, o qual possui mais valor de troca e trabalho excedente – não pago – que se pode chamar de mais-valia. Logo, conclui-se, “o que move o capital é a busca por lucros, ou seja, a extração do máximo de mais-valia” (BEHRING, 2000, p.17).

Todavia, os operários, ainda no século XIX, começaram a se organizar para buscar melhores condições materiais de vida, e ganharam visibilidade. Por conseguinte, as fábricas passaram a ser inspecionadas a partir de 1845 e as lutas dos operários ganharam fôlego com a organização dos sindicatos, o que os fez adentrar à esfera política, trazendo para fora das periferias os problemas enfrentados por eles, e nesse contexto surge a questão social (CASTELO, 2010).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001, p. 77).

Essas reivindicações da massa operária são colocadas como necessidades políticas. Desse modo, as lutas dos trabalhadores foram se tornando mais concretas, porém não excluem que “a burguesia use as políticas sociais para desmobilizar a classe trabalhadora, para tentar cooptá-la” (COUTINHO, 1999, p. 51).

A ‘questão social’ emergiu no cenário europeu em meados do século XIX, quando o proletariado, então liderado pelas suas franjas operárias, impôs-se como um sujeito histórico independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos (CASTELO, 2010, p.90).

A questão social não é um fenômeno recente, é consubstanciada pelas transformações no mundo do trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa. O processo de acumulação ou a reprodução ampliada do capital se dá em um duplo movimento: quando a composição do capital não se altera, o aumento do capital acontece tanto na classe capitalista como na classe dos trabalhadores, no entanto, em virtude de ganhos concernentes à produtividade, o que vem a ser extremamente benéfico ao capitalista, tem-se o incremento dos meios de produção (tecnológicos e científicos), e ocorre uma redução na força viva de trabalho, que conduz o

empregado a fazer parte da população supérflua mantida pelas oscilações do capital, com trabalhos precários, e assim gera uma concorrência entre os próprios trabalhadores, bem como sucede o aumento do pauperismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

Então, o termo questão social passou a ser utilizado para designar os impactos da “exploração capitalista no início da era burguesa” (CASTELO, 2010, p. 90), representado na miserabilidade dos trabalhadores e nos desdobramentos sociopolíticos da época. Assim, a pobreza crescia na proporção que a capacidade de produzir riquezas aumentava.

Desse modo, “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’” (NETTO, 2011, p. 154). Um ponto importante dessa abordagem sócio-histórica é que o capital empurra as pessoas em busca do atendimento de seus carecimentos e necessidades, e essa transformação no mundo do trabalho, levou vários operários a se deslocarem de seus lugares de origem almejando uma vida melhor, assim:

A formação das cidades, espaço inicial do desenvolvimento capitalista, foi mais diretamente produto das migrações internas do campo às cidades que do crescimento vegetativo da população nestas últimas. A concentração nas cidades de maiores contingentes populacionais foi vital para o processo de formação da classe trabalhadora e da ‘grande transformação’ característicos (sic) da criação histórica da grande indústria moderna (MAGALHÃES, 2011, p.416).

Esta concentração populacional é indissociável ao processo de valorização do capital, no qual coexistem forças econômicas que impulsionam o processo de deslocamentos. Neste sentido, conforme Barbosa (2017), são fundamentais no contexto da análise marxista, em relação aos deslocamentos (processo migratório), o entendimento de que três direcionamentos ajudam a compreender esse contexto, sendo: “a teoria do valor do trabalho, a relação inversa entre lucro e salários no modo de produção capitalista e a necessidade do serviço de reservas [exército de reserva] e da força de trabalho produtiva nas economias capitalistas” (Ibid, p. 145).

O crescimento capitalista depende da exploração do trabalho, pois os lucros aumentam, mas não são repassados ao salário do trabalhador, bem como, a garantia de mão de obra vasta e disposta a aceitar as condições estabelecidas pelo capital, ou seja, em expansão com a oferta de empregos, leia-se salários baixos, e a possibilidade de se desfazer do trabalhador sem grandes ônus ou consequências em períodos de encolhimento. Diante disso fica evidente a face da “sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2011, p. 158).

Dessa forma, Singer (1998, apud SCHMITZ, 2009, p.52) afirma que a vertente marxista explica os processos migratórios no contexto estrutural:

[...] a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico [...] e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado.

Assim como os deslocamentos internos, os externos tornam as pessoas mais vulneráveis e suscetíveis às manobras postas por esse modelo excludente e concentrador (capitalismo), e ainda impulsionam políticas econômicas que primam pela fome e miséria para se atingir o nível máximo de lucratividade e deixam uma trilha de desigualdades. Afora isto, no que se refere à mobilidade externa, internacional, podem contribuir no enriquecimento econômico, social e cultural, desde que gozem de segurança e respaldo legal.

Esses deslocamentos expressam que esse movimento de saída é um processo coativo, pois as assimetrias vividas (econômicas, sociais, reconhecimento de direitos, dentre outras) conduzem à situação de vulnerabilidade e de insegurança.

Os movimentos realizados pelo capital causam enormes danos à classe trabalhadora. O capital vai se metamorfoseando e suas necessidades vão se reconfigurando com a finalidade de aumentar sua acumulação, ter benefícios mais elevados e mão de obra barata. O “poder único” (LEITE, 2014, p.512), do império, passa a ser urgente na cena contemporânea, fronteiras e qualquer outro tipo de empecilho precisam ser removidos, para que o mercado mundial se fortaleça.

Conforme dito anteriormente, em relação ao capital empurrar as pessoas em busca do atendimento de seus carecimentos e necessidades, como aconteceu na formação das cidades, acompanha-se o movimento dos venezuelanos que se deslocam em virtude das imposições de um capitalismo global e sofrem com as manifestações da questão social tanto na Venezuela como no Brasil.

1.2 Entendendo a crise na Venezuela: conjuntura sociopolítica e o deslocamento forçado dos venezuelanos.

A construção das sociedades na América Latina deixou uma herança embargada de exploração e não consciência de classe para si, alicerçada na opressão e no sentimento de imutabilidade da realidade social. Sobretudo, vive-se sob constantes ataques aos direitos já conquistados, ataques estes, arquitetados pela inatingível classe dominante, fechada em sua

ideologia propagada como ideologia de todos. Tendo como resultado um povo esquecido quanto as suas aspirações e sua dignidade.

Assim, a América Latina é formada por países com muitas desigualdades, porém, em um determinado período, ocorreu a diminuição dos índices de desigualdade de renda, mais precisamente entre 2014 e 2017, haja vista, que segundo documento informativo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2018), a média simples dos índices de Gini⁵ de 18 países da América Latina baixou de 0,543 em 2002 para 0,466 em 2017. Sendo que, esse ritmo de decréscimo se deu nos anos recentes, com a diminuição anual média do índice que foi de 1,3% entre 2002 e 2008, 0,8% entre 2008 e 2014 e 0,3% entre 2014 e 2017, pois:

[...] a variação da renda corresponde em grande medida às variações na distribuição dos rendimentos do trabalho (que representam em média 72% da renda total dos domicílios), as aposentadorias, pensões e transferências também desempenharam um papel significativo, particularmente no caso dos estratos de menor renda. Isto mostra a importância das redes de proteção social que foram ampliadas e fortalecidas na América Latina a partir do início da década de 2000 para conter deteriorações distributivas e, nos anos mais recentes, para evitar maiores retrocessos na luta contra a pobreza. Entre esses instrumentos, destacam-se as transferências monetárias e as aposentadorias e pensões não contributivas dirigidas às famílias de menos recursos, que, em alguns casos, são complementadas pelas remessas de trabalhadores migrantes (CEPAL, 2018, p. 13).

No que concernem aos programas de transferência de renda, estes não realizaram de fato uma proteção social quanto ao conceito de direito, pois, não aconteceu, de fato, nenhuma modificação na raiz da desigualdade (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012), já que isso é o resultado de vários anos de exploração e uma classe dominante com atitudes escravagistas, preconceituosas e que tenta cercear direitos aos trabalhadores.

Vale ressaltar que, ainda conforme os autores supracitados, a economia dos países da América Latina é movimentada pelas *commodities* e pelo excedente resultante da relação exploração/trabalho, ou seja, aumento da jornada associada à intensidade da força de trabalho. Diante deste quadro, torna-se aparente o motivo de se tratar as camadas mais subalternizadas sob o jugo do capital, pois os avanços provenientes desses programas sociais são controlados

⁵ O *Índice de Gini* foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, sendo um indicador social que é utilizado como instrumento para medir a desigualdade social, ou seja, utilizado “para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda”. (BRASIL/IPEA, 2020, s/p)

pela financeirização da economia, descartando qualquer iniciativa de universalização de direitos restringida a essas políticas, sendo a América Latina espaço estratégico de acumulação.

A desigualdade na América Latina exhibe diferentes nuances em cada país, porém com traços em comum, que são a má distribuição e a concentração da renda. E com destaque para os Estados Nacionais mais frágeis institucionalmente no enfrentamento da questão social, com sua história atravessada pelo autoritarismo, o que deixou um lastro de repressão e transformou a questão social em questão de polícia (TAVARES, 2014).

Sob essa ótica, Ribeiro (2007) declara que o processo de produção na América Latina precisa ser visto em relação à dinâmica do desenvolvimento do sistema mundial capitalista e envolto nos desígnios de uma classe dominante interna.

Todavia, nesta dissertação de mestrado, o debate será realizado enfocando a realidade da Venezuela, país este que enfrenta atualmente uma crise humanitária, circundada em interesses imperialistas. Dessa forma, é importante realizar um recuo histórico para compreender, em suas raízes, os reflexos de hoje em sua sociedade.

A Venezuela no final do século XX enfrentou uma crise política e econômica, quando em 1998, Hugo Chávez, saiu vitorioso nas eleições presidenciais e chegou ao poder com forte apelo nacionalista, críticas ao modelo neoliberal e combate à pobreza.

Todavia, retoma-se o período em que o modelo Neoliberal estava presente na Venezuela, 1989, com o presidente Carlos Andrés Pérez. Esse por sua vez, retornou ao poder com a promessa de reavivar os “bons tempos”, pois:

Na década de 70, com a valorização do preço do petróleo pela OPEP (da qual a Venezuela era membro destacado), o país logrou aprofundar seu desenvolvimento econômico e atuação internacional. O apogeu desta fase deu-se com a primeira administração Carlos Andrés Pérez (“CAP”), de 1974 a 1979, quando os setores do petróleo, aço e cobre foram nacionalizados. A Venezuela passou a atuar ativamente na política internacional: no plano mundial, através do Movimento dos Países Não-Alinhados, e no plano hemisférico, com a criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA, sediado em Caracas) e procurando ocupar o papel de potência regional, estendendo sua influência no Caribe e na América Central (VIZENTINI, 2003, p.60).

Assim, em um breve traçado histórico, com o fim da Guerra Fria (disputa pela hegemonia mundial entre os Estados Unidos e União Soviética), o neoliberalismo apareceu como a solução para a nova ordem internacional, com suas “raízes teóricas, ideológicas e políticas do programa de dominação econômica do capital elaborado no decorrer da Segunda Guerra Mundial” (WILHELM, 2011, p. 254), sendo na prática “medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social, numa conjuntura de crescimento da pobreza, do desemprego” (MOTA, 2009, p.8).

De modo geral, a submissão aos ditames internacionais (Consenso de Washington)⁶ repercutiu diretamente nos países periféricos, principalmente no quesito dívida externa, sob os desígnios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e sua política de ajuste estrutural em contrapartida aos empréstimos, aprofundando os problemas sociais.

Afora isto, a Venezuela tem suas especificidades, como o “Ponto Fixo” de 1958, que se tratava de um pacto no qual “estipulava que seus signatários se comprometeriam a respeitar o resultado da eleição fosse qual fosse o vencedor, a estabelecer consultas interpartidárias em questões delicadas e a partilhar cargos e responsabilidade política” (AMORIN NETO, 2003, p.87).

Por conseguinte, em 1983 ocorreu a desvalorização da moeda (bolívar), o pacote de ajuste estrutural, “*El Gran Viraje*” em 1989, congelamento de salários, corrupção e tantas outras medidas que prejudicavam diretamente a população, que teve como resultado o “*Caracazo*”: “o sangrento levante social de 27-28 de fevereiro de 1989 decorrente do aumento do preço das tarifas de transporte público acordado por Carlos Andrés Pérez com o FMI” (Ibid, p.92).

Destarte:

[...] a explosão social foi reprimida pelas forças armadas, resultando em centenas de mortos, embora o governo tenha ocultado as estatísticas reais. Os direitos constitucionais foram suspensos parcialmente e decretou-se o toque de recolher (WILHELM, 2011, p. 259).

Então, o levante neoliberal se materializou em privatizações, e objetivava a redução do déficit público e da dívida externa. Logo, as tentativas de golpe, a primeira em fevereiro e a segunda em novembro de 1992 com o Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR – 200), que mais tarde se tornou uma organização política, perturbaram as bases do Ponto Fixo, tentativas essas com a participação efetiva do até então Tenente Coronel Hugo Chávez Frias, que não logrou êxito nessas investidas, mas passou a ser figura importante no posicionamento político da época e na luta contra as reformas de Pérez.

Já em 1993, com a destituição de Pérez, a derrocada do Ponto Fixo se deu com a eleição do Presidente Rafael Caldera, que não fazia parte de nenhum dos dois partidos que se

⁶ “[...] a ordem liberal dominante concebeu uma estratégia a ser imposta aos países subdesenvolvidos, especialmente nos momentos de renegociação de suas dívidas externas, sob o comando BIRD e do FMI. Tal estratégia consistia num conjunto de regras e condicionantes padronizados, denominado *Consenso de Washington*, que pressionava os governos dos países capitalistas periféricos a adotar políticas econômicas liberalizantes e a realizar reformas estruturais, tais como: ajuste fiscal, desregulamentação dos mercados, privatização do setor público, redução do Estado, desmontagem do sistema de proteção social, flexibilização do mercado de trabalho [...]” (FAGNANI, 2005 apud PEREIRA, 2010, p.7).

alternavam no poder, o partido de Ação Democrática (AD) e o partido Demócrata Cristão (COPEI).

[...] finalmente, a destituição do presidente Pérez, em maio de 1993, sob a acusação de malversação de dinheiro público. Como pano de fundo desses tristes espetáculos, uma situação de grande instabilidade econômica, caracterizada por picos inflacionários, quedas bruscas e agudas da taxa de crescimento econômico e o declínio constante do preço do barril de petróleo, motor da economia venezuelana e principal fonte de receita pública (AMORIM NETO, 2003, p.92).

O Presidente Caldera trouxe o programa de ajuste estrutural, intitulado de Agenda Venezuela, o qual prometia não fazer como o seu antecessor quanto ao aporte neoliberal de conduzir seu governo, porém, se tornou uma falácia, pois, criticava Pérez, mas deu continuidade às reformas neoliberais (redução dos gastos sociais, a abertura do setor petrolífero ao capital internacional e a privatização). Assim, “foram tão, ou ainda mais, nefastas do que aquelas do mandato anterior” (WILHELM, 2011, p. 260).

Por conseguinte, o MBR – 200 passou a se chamar de Movimento Quinta República (MVR) já que, por lei, a utilização do nome Bolívar passa a ser “proibida em qualquer organização partidária” (ibid).

Em 1998, com 56% dos votos, Hugo Chávez foi eleito presidente, deixando para trás o neoliberalismo e inaugurou uma nova política externa. Inicialmente, o recém eleito presidente opera transformações na Carta Magna da Venezuela:

No início de 1999 é convocado um plebiscito para a instalação de uma Assembleia Constituinte [...]. Os principais pontos da Constituição Bolivariana são: O mandato presidencial é aumentado para seis anos, com a possibilidade de reeleição; um novo posto de vice-presidente é criado, a ser designado pelo presidente; criação de um Conselho de Governo; plebiscitos consultivos são permitidos para assuntos de “interesses nacionais especiais”; o congresso nacional bicameral é abolido e criado uma Assembleia Nacional unicameral. É criado o Conselho Moral Republicano, combinando os papéis de controlador-geral e promotor-geral com um *ombudsman*⁷. A Suprema Corte de Justiça é substituída pelo Supremo Tribunal de Justiça, onde juízes e magistrados são eleitos por voto popular. Os quatro ramos das Forças Armadas são unidos numa única Força Armada Nacional, e é dado aos militares o poder de voto (VIZENTINI, 2003, p.72).

Conforme Wilhelm (2011), essa nova constituição trouxe duas dimensões de democracia: a democracia representativa e a democracia participativa, que podem ser enxergadas no artigo 62 da Constituição da República Bolivariana de Venezuela (CRBV) que diz: “[...] *la participación del pueblo em la formación, ejecución y control de la gestión pública*

⁷ “Ombudsman é uma expressão de origem sueca que significa representante do cidadão. É o mesmo que ouvidor” (<https://www.ouvidoria.ufg.br/n/29881-ombudsman-o-que-e-o-cargo>).

es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como colectivo" (p. 262).

Essa nova Constituição inaugurou a aproximação de movimentos sociais com o chavismo, e “permitiu ao Governo iniciar as reformas econômicas, sociais e políticas através de uma estratégia chamada de socialismo do século XXI” (BERNARDES, 2015, p. 129).

Neste ínterim, Chávez sofreu uma tentativa de golpe de Estado, em 2002, que tem como desdobramento sua destituição do cargo por algumas horas. Essa tentativa foi arquitetada pela oposição e uma fração das Forças Armadas.

Por conseguinte, Chávez apresentou dois documentos: primeiro, o Plano Bolívar de 2000 e o segundo foi intitulado de Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007. O Plano Bolívar de 2000 se caracterizou pela união de militares e civis para reconstruir a infraestrutura pública e atender às necessidades sociais. Já o segundo foi “estruturado em cinco campos: social, econômico, político, territorial e internacional, os mesmos campos devem estar inter-relacionados para atingir o equilíbrio social [...] (WILHELM, 2011, p.264). Fez-se urgente adotar medidas para o combate à pobreza, e dessa forma, recorreu-se aos programas de transferência de renda.

A economia venezuelana caminhava lado a lado com o petróleo, tanto que o preço do barril em fevereiro de 1998 era de US\$ 14,18, em fevereiro de 2000 foi para US\$ 27,15 e em 2004 foi para US\$ 31,32. Desta forma, Chávez utilizou sete pontos preponderantes, para o crescimento econômico:

1) Modificação da lei de hidrocarbonetos e aumento dos *royalties*; 2) adoção do ‘controle de câmbio’ no início de 2003; 3) Nova Lei do Banco Central e criação do ‘*Fondo Nacional de Desarrollo*’ (FONDEN); 4) enfoque do órgão máximo de arrecadação de tributos, o SENIAT, que aumentou em 60% a arrecadação de impostos; 5) ampliação do plano de investimentos públicos na plataforma de indústrias básicas, aumento dos investimentos privados; 6) alocação de US\$ 5 bilhões na esfera social, para combater o desemprego e a inflação e; 7) investimento no trabalho do ministério de agricultura e terras para fomentar a produtividade das áreas rurais (SCHMITZ; FERREIRA, 2016, p. 10).

Por conseguinte, esse período do governo chavista pode ser considerado a primeira “quebra” de um governo sul-americano com os ditames do Consenso de Washington. Inicialmente, não havia afinidade entre os outros presidentes do subcontinente e as políticas desenvolvidas por Chávez. Porém, a partir de 2006, com as eleições de Néstor Kirchner (Argentina), Lula da Silva (Brasil), Tabaré Vázquez (Uruguai), Evo Morales (Bolívia), Michele

Bachelet (Chile) e Rafael Correa (Equador), a situação mudou em virtude do fracasso da efetivação da agenda neoliberal na região.

Porém, de acordo com Lander (2017), é significativo destacar que Chávez, após a vitória nas eleições de 2006, em que venceu com um quantitativo de votos expressivos, apresentou um referendo que trazia a constitucionalização de sua proposta de governo, o socialismo como uma opção para sociedade. Porém, a população rejeitou tal medida, em virtude da falta de debates concretos sobre a proposta.

Esse socialismo, citado anteriormente, o socialismo do século XXI, que emergiu a partir de 2004, seria “um modelo de sociedade que se pautaria na solidariedade e cooperação, a fim de frear a destruição provocada pelo neoliberalismo” (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p.7), e preconizava a participação e a proatividade na democracia.

Logo, esse modelo de sociedade veio acompanhado de ausência de memória, ou seja, a experiência vivenciada com o socialismo do século XX foi deixada para trás, já que, esse modelo foi responsável por estatizar os meios de produção ao invés de socializá-los, restando apenas uma lembrança como pano de fundo da história. Em consonância com Lander (2017, p.40):

Quando o processo bolivariano é declarado como Socialismo do Século XXI, este se faz fundamentalmente sem memória histórica. Os grandes temas que haviam conduzido ao fracasso do socialismo do século XX não são debatidos como alternativa ao capitalismo e ao padrão civilizatório hegemônico que foram destacados no início deste trabalho: antropocentrismo, eurocentrismo, seu caráter universalista monocultural, patriarcado, fé cega no progresso e nas chamadas forças produtivas do capitalismo.

Por conseguinte, as sociedades intituladas socialistas, no século XX⁸, “terminaram em transições abruptas ou graduais ao capitalismo” (Ibid, p.3). Consoante a isso, esse mesmo autor aponta também elementos que foram primordiais para entender o insucesso do socialismo do século XX como alternativa ao capitalismo:

- As visões antropocêntricas e eurocêntricas da modernidade, encarnadas pelo capitalismo, não foram questionadas. [...] Isso conduziu a um aprofundamento do assalto e depredação da natureza, dando continuidade ao ataque moderno antropocêntrico e patriarcal à Mãe Terra que ameaça as condições das quais depende a reprodução da vida.
- Preservou-se uma fé acrítica na ciência e na tecnologia capitalistas, nas chamadas forças produtivas do capitalismo, como terreno material para a construção de uma sociedade socialista.

⁸ Tais considerações a respeito do Socialismo do século XX, bem como do século XXI foram realizadas objetivando uma compreensão histórica da sociedade venezuelana, não havendo a pretensão neste trabalho de tecer um debate ampliado sobre esses temas.

- A crítica à democracia liberal como democracia de classe burguesa levou à anulação de toda forma de democracia, conduzindo à criação de Estados autoritários.
- Seu caráter altamente centrado no Estado/partido conduziu a uma completa falta de autonomia dos múltiplos âmbitos da sociedade, empobrecendo radicalmente o tecido multiforme desta.
- Não houve reconhecimento do extraordinário valor da pluralidade de culturas existente no planeta, radicalizando a monocultura colonial da modernidade. Falta de incorporação efetiva de múltiplas dimensões da vida social para além da economia (Ibid, p. 3).

Chávez havia conseguido germinar no imaginário da população a esperança de construir um novo modelo de produção, apresentou propostas mais concretas do que na Bolívia com Morales e no Equador com Corrêa, que seguiam um modelo semelhante de governo, como: “incentivos às Empresas de Produção Social (EPS) e o apoio à formação de cooperativas em comunidades, com o controle da produção e dos recursos a cargo de um conselho constituído pelos próprios moradores” (ARAÚJO, 2015, p.7), aspectos essenciais no projeto de construção do novo socialismo com ênfase na democracia participativa.

No entanto, apresentou, mais tarde, atitudes que foram de encontro ao apelo participativo difundido anteriormente. Em uma busca por lealdade e controle, passou a priorizar o centralismo democrático, a saber: “[...] subordinação do conjunto da organização à direção; a subordinação de todos os militantes a seus organismos; a subordinação dos organismos inferiores aos superiores; a subordinação da minoria à maioria [...]” (LANDER, 2017, p.42).

Ainda segundo o pensamento de Araújo (2015), o “comandante”⁹ da Venezuela tentou, por um tempo, a terceira via¹⁰, porém alegou que a essência do capitalismo não leva o ser humano em consideração, explora e massacra por bem dos lucros, recorre-se ao pensamento de Mészáros (2011) que chamaria de ir para além do capital:

[...] o objetivo estratégico real de toda transformação socialista é, e continua sendo, a radical transcendência do próprio capital, em sua complexidade global, e na realidade de suas configurações históricas dadas e potenciais, e não meramente dessa daquela forma particular de capitalismo mais ou menos desenvolvida [...]. (p.1057).

Esse socialismo não extirpou o setor privado e nem as parcerias público-privada, haja vista o interesse no desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Houve uma retomada de políticas desenvolvimentistas. Assim, Araújo (2015) afirma que ocorreu um distanciamento do marxismo, pois, passou-se a ter uma retórica de não discussão da exploração do trabalho e se pregava a harmonia entre capital e trabalho.

⁹ Comandante era como Hugo Chávez era chamado (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p.11).

¹⁰ A conciliação do socialismo com capitalismo.

Tendo as políticas desenvolvimentistas caracterizadas por se referirem “[...] ao objetivo de combinar crescimento econômico com reestruturação produtiva e distribuição de renda, concedendo ao Estado um papel ativo” (PRATES; FRITZ; PAULA, 2017, p. 188), o que afeta a esfera do trabalho diretamente.

Consequentemente, o verdadeiro processo de reestruturação radical – condição crucial para o sucesso do projeto socialista – só pode progredir se os objetivos estratégicos para a supressão radical do capital, enquanto tal, reduzirem consciente e persistentemente o poder de regulação do capital sobre o próprio sociometabolismo em vez de proclamar como realização do socialismo a algumas limitadas conquistas pós-capitalistas (MÉSZÁROS, 2011, p.1057).

Portelli (1977) faz alusão a Lenin no que diz respeito ao Estado e a sua aproximação com o capital: “somente na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas for definitivamente aniquilada, quando terão desaparecido e não haverá mais classes [...], somente então o Estado deixará de existir” (p. 41). Assim, o discurso de Chávez sem o real afastamento do capital transforma em um engodo o tal socialismo do século XXI.

Quanto ao mercado de trabalho e às vertentes neoliberais, não se observou que as políticas de governo estavam voltadas aos trabalhadores assalariados, a preocupação central era de reduzir a exploração do trabalhador, sem levar em consideração o nível de emprego e de salário. As consequências disso foram o aumento das subcontratações e contratações temporais (GARCIA; CALVETE, 2015).

A principal atividade econômica era proveniente da atividade petrolífera, o que repercutiu diretamente na política e nas políticas sociais.

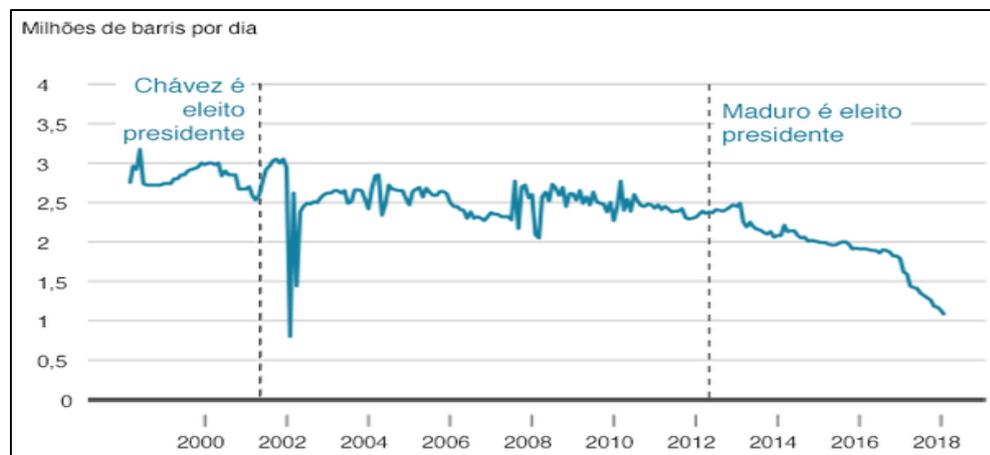
[...] a dependência do Estado com o produto, desde o início do século XX, permite apelidar o país de *nação petroleira* e, isso não pode ser considerado um benefício econômico sem ressalvas. Frise-se que o preço do barril é condicionado pelo mercado mundial, uma vez que a principal destinação do produto na Venezuela é a exportação. Além disso, na Era Chávez, especificamente a partir de 2003, houve a nacionalização do petróleo, o que proporcionou a aplicação da arrecadação petroleira em programas sociais. No entanto, isso só foi possível, devido aos altos preços no mercado internacional. Logo, a distribuição da renda em políticas públicas depende do balanço comercial internacional e, este é influenciado por inúmeros fatos, o que condiciona o bem-estar social da Venezuela às variáveis econômicas do mercado mundial (BASTOS; OBREGON, 2018, p.12).

Chávez faleceu em março de 2013 e seu sucessor, Nicolás Maduro, assumiu e herdou uma crise econômica devido à queda nos preços do petróleo, e também uma composição majoritária de aliados do Parlamento eleito em 2010, além da esmagadora maioria de 20

governadores - 23 estados federais (BERNARDES, 2015). Por conseguinte, em menos de um ano se viu “faltarem produtos básicos nas prateleiras do país, a inflação disparar, a economia desacelerar, e a moeda, já em espiral descendente, se desvalorizar ainda mais” (SANTOS; VASCONCELOS, 2016, p. 5).

Esse declínio referente ao petróleo pode ser visto, para uma melhor compreensão, na figura 1, que demonstra a queda da produção e, conseqüentemente, do preço.

Figura 1 - Produção do Petróleo na Venezuela.



Fonte: BBC, 2019.

No entanto, Bernardes (2015) afirma que se estabelece uma nova bipolarização política (forças governamentais e a oposição organizada na Mesa de *la Unidad Democrática*-mud), tendo a oposição um direcionamento democrático-liberal que não concorda com a democracia da revolução bolivariana.

Ainda quanto à queda do preço do barril de petróleo, observa-se que inúmeros fatores foram se associando e geraram essa crise, segundo o *site* Politize (2019):

- 1) A Arábia Saudita e alguns países pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) recusaram diminuir suas produções para manter os preços.
- 2) Os Estados Unidos aumentaram sua produção de xisto (rocha metamórfica), ocorrendo a produção de petróleo de xisto, impactando nas importações advindas da Venezuela.
- 3) A produção petrolífera diminuiu em virtude da infraestrutura precária da Petróleo da Venezuela S.A. (PDVSA).

- 4) O governo adquiriu dívidas públicas, a solução foi imprimir mais dinheiro, para que fosse possível cobrir os desfalques das contas públicas, o que gerou inflação.

De acordo com Zero (2017), existem fatores naturais e fatores artificiais que envolvem essa crise. Concernente aos fatores naturais, é possível identificar a submissão frente à exportação do petróleo, sendo o principal responsável por fazer a economia girar, e é imprescindível salientar uma das expressões da questão social aqui revelada: a exploração ambiental. Dado que, não se fez nada de concreto para poupar o meio ambiente, apenas se transferiu a culpa aos países industrializados e o seu consumo de combustíveis fósseis, porém, em seu programa de governo das eleições de 2012, Chávez colocou como uma das metas preservar a vida no planeta, todavia, nesse mesmo plano almejava consolidar o papel da Venezuela como potência energética mundial duplicando a produção de petróleo até 2019. Posteriormente, continuando a depredação do meio natural, optou-se por explorar economicamente a atividade mineradora dentro de um território indígena (LANDER, 2017).

Por conseguinte, quanto aos aspectos artificiais, destacam-se o desabastecimento de bens essenciais, no qual as importações são realizadas parcialmente, para que o restante do dinheiro (dólar) seja “guardado” no exterior; o contrabando dos alimentos que são vendidos no mercado informal a preços altíssimos e outros são repassados a países vizinhos. Outro ponto pertencente aos aspectos artificiais é a inflação induzida em virtude de um câmbio negro fortemente atuante. Além disso, a Venezuela sofre, desde 2013, com bloqueios financeiros.

[...] a Venezuela experimentou em sua história contemporânea - que se evidencia no aumento da criminalidade, nos crescentes conflitos sociais e trabalhistas mais numerosos e em um sentido coletivo de instabilidade e angústia para o futuro, difícil de medir, mas que se traduz em diversos fenômenos, incluindo a tendência crescente de emigrar de um número cada vez maior de venezuelanos. [...] Tudo isso ameaça alterar definitivamente o precário equilíbrio político do país, que permanece em flor desde a morte de Hugo Chávez e a chegada de Maduro ao poder há quase três anos. (URRIBARÍ, 2016, p.366, tradução nossa).

Portanto, a busca pela dominação do mercado petrolífero pelos Estados Unidos tem impacto direto nessa crise enfrentada pela Venezuela, tanto que seu objetivo é “remover as barreiras que possam ser colocadas ao acesso a reservas fora do território norte-americano” (RIBEIRO, 2009, p. 77). A Venezuela quando da opção por nacionalizar a atividade petroleira, desagradou o poderoso Estados Unidos, que exportava seus produtos essenciais para Venezuela e era o seu principal comprador de petróleo (40% da produção petrolífera).

Assim, segundo Neves (1992, apud NATALINO, 2011) o petróleo da Venezuela é útil aos Estados Unidos em virtude da sua localização geográfica, haja vista que os superpetroleiros

levam somente cinco dias de viagem da Venezuela até os portos americanos, enquanto o carregamento vindo do Golfo Pérsico, atual fornecedor, demora de 30/40 dias para completar a viagem.

Desta maneira, no mapa seguinte, é possível observar as rotas do petróleo até os Estados Unidos, sendo: a linha azul a rota do Golfo e a linha vermelha é a distância pela Venezuela.

Figura 2 - Rota do Petróleo até os Estados Unidos.



Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de bibliográfica, 2020.

Logo, os Estados Unidos, sob os desígnios de “ajuda humanitária”, impuseram sanções, a partir de 2017, que afetaram mais a população do que o governo propriamente. Segundo Sachs e Weisbrot (2019), essas sanções são:

- 2017 – O Estados Unidos impediram o governo venezuelano de contrair empréstimos nos mercados financeiros dos Estados Unidos, o que afetou a negociação da dívida externa, além de reduzir as importações de bens essenciais.
- 2019 - os Estados Unidos cortaram a compra de petróleo.
- 2019 - a administração Trump pressionou outros países, incluindo a Índia, a não comprar o petróleo.
- 2019 - congelamento de bilhões de dólares de ativos venezuelanos.

- 2019 - bloqueio da venda de diluentes de petróleo utilizados na produção de gasolina e outros combustíveis.

Nesse panorama de embargos econômicos aconteceu a autoproclamação de Juan Guaidó como Presidente da Venezuelana, em 23 janeiro de 2019, com a promessa de restaurar a democracia. Guaidó então deputado, que em 2018 assumiu a presidência da Assembleia Nacional e se tornou o principal líder da oposição venezuelana. Por conseguinte, os Estados Unidos conferiram a Guaidó poderes quanto às contas oficiais da Venezuela no *Federal Reserve Bank*, em Nova York, e nos demais bancos americanos que possuem transações com a Venezuela (BBC BRASIL, 2019).

Porém, a sua autoproclamação fugiu às condutas democráticas, principalmente, pelo fato de ter estreitas ligações com o governo americano, de acordo com Cohen e Blumenthal (2019).

Nesse cenário, a população padece com falta de produtos de primeira necessidade como remédios e alimentos. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Condições de Vida, realizada por três universidades¹¹ da Venezuela, a mortalidade, em geral, aumentou 31% de 2017 a 2018, sendo um aumento de mais de 40.000 mortes (SACHS; WEISBROT, 2019). A Organização das Nações Unidas (ONU), segundo dados do Portal G1 (28 de março de 2019), afirma que 7 milhões de pessoas têm necessidades urgentes de assistência integral e proteção nesse país.

Além disso, essa tentativa de desestabilização política e econômica da Venezuela, conta com apoio de alguns países, dentre eles o Brasil (no governo de Jair Bolsonaro). Visto que, na atualidade, o governo brasileiro se encontra seguindo um pensamento conservador de extrema direita e submisso aos ditames americanos.

A junção desses fatores supracitados levou a população a procurar a solução para seus problemas, ocorrendo uma significativa saída de milhares de pessoas em busca de qualidade de vida e resguardo de sua dignidade. Porém, é primordial que a solução seja diplomática, respeitando a soberania da Venezuela e a sua democracia.

1.2.1 A chegada dos venezuelanos ao Brasil.

A crise atual enfrentada pela Venezuela evidencia o panorama político-econômico decorrente de um contexto histórico de dependência do mercado internacional do petróleo, que eclodiu na transição do governo de Chávez para o de Nicolás Maduro, tendo como protagonista

¹¹ Universidade Católica Andrés Bello (UCAB), a Universidade Central da Venezuela e a Universidade Simón Bolívar.

o preço do barril de petróleo, pois a abrupta queda do preço repercutiu na capacidade de produção de bens e serviços. Conseqüentemente, no produto interno bruto (PIB) do país e, principalmente, no acesso pela população aos meios que garantem o mínimo de dignidade. Tudo isso, consubstanciou um ambiente inseguro e incerto, e contribuiu, significativamente, para que a população visualizasse melhores condições de vida em outros países vizinhos, como, por exemplo, o Brasil.

Nesse contexto de mobilidade, é natural do ser humano procurar por condições melhores de vida em outros lugares, quando necessário. Por isso, fica evidente a necessidade de um olhar atento para esse movimento, pois ocorre em várias partes do mundo e que precisa ser apreciado pelos governantes com o intuito de que não existam mais violações de direitos.

Primeiramente, é imperioso entender o conceito de migrante (imigrante e emigrante), visto que existem vários equívocos com essas denominações. Assim, imigrante é denominado como “a pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil e o emigrante é o brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior” (JARDIM, 2017, p.33). Vale ressaltar que os migrantes ainda mantêm a proteção de seu país de origem, podendo retornar quando desejarem.

Nesta discussão, torna-se premente, também, fazer a diferenciação de outros termos que designam a situação conceitual de pessoas em deslocamento. Dessa forma, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados são:

Refugiados: estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.

Solicitantes de refúgio: alguém que solicita às autoridades competentes ser reconhecido como refugiado, mas que ainda não teve seu pedido avaliado definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção e refúgio.

Deslocados internos: são pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado.

Apátridas: são pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, tais como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países.

Retornados: refugiados e solicitantes de refúgio que retornam voluntariamente a seus países de origem (ACNUR, 2018, p.8, grifo nosso).

A perspectiva abordada para a compreensão dos venezuelanos em deslocamento é a migração, solicitante de refúgio e refúgio, e por essa razão, se torna necessária uma revisão do

processo de reconhecimento desses como sujeitos de direitos, assegurados tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no plano internacional.

Sabe-se que é a violação dos Direitos Humanos que impulsiona as pessoas a abandonarem seus lares, sendo “o respeito e vigência dos direitos humanos nos países de origem é a melhor maneira de prevenir os deslocamentos forçados de pessoas” (PITA, 2016, p. 7).

Logo, quando se questionam os motivos pelos quais deixaram tudo para trás, respostas elucidativas e gerais não são recorrentes. Porém, nessas circunstâncias apresentadas na Venezuela, o norte principal e imediato é a procura pela satisfação de suas necessidades mais básicas.

No Brasil, no que tange à migração propriamente dita, em 2017, inaugurou um marco importantíssimo dentro do paradigma humanista de como enxergar o estrangeiro: a Lei 13.445, revogando o Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980), que era carregado de estigma. Vale salientar que o referido estatuto era proveniente do Regime Militar em uma conjuntura de “ameaça à estabilidade e à coesão social” (OLIVEIRA, 2017, p. 171). O caminho percorrido até este marco atravessou o período escravocrata, chegou ao imigrante europeu ideal como força de trabalho e ao estrangeiro que era ameaça à segurança nacional (JARDIM, 2017).

O debate relativo à construção da nova lei de imigração foi importante e conduziu a uma estruturação amplamente participativa, pois estavam presentes nesse cenário a sociedade civil por meio da I Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar) de 2014, a Secretaria de Assuntos Estrangeiros (SAE) que buscava a mudança da lei almejando um aumento na esfera do trabalho qualificado, e a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) que pretendia garantir o acesso a direitos dos imigrantes (OLIVEIRA, 2017). Após várias discussões, em maio de 2017, a lei foi sancionada.

Por conseguinte, para direcionar as ações voltadas aos assuntos relativos aos imigrantes no Brasil, foi criado em 13 de agosto de 1980 o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), ainda ativo, composto por 20 membros oriundos de diversos segmentos (representante do governo federal, dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade civil) e suas funções são:

- a) formular a Política de Imigração Laboral; b) coordenar e orientar as atividades de imigração; c) efetuar o levantamento periódico das necessidades de mão-de-obra estrangeira qualificada, para admissão em caráter permanente ou temporário; e d) Promover ou fornecer estudos de problemas relativos à imigração (BRASIL, 2019, on-line).

A dignidade da pessoa humana é princípio fundamental da República Federativa do Brasil (artigo 1º, inciso III, da Constituição de 1988) e nos casos de refúgio é necessário pautar as ações por meio do princípio da precaução humanitária, corolário desse princípio. Vale destacar que o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo a qual, todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, além disso, têm a capacidade para gozar dos direitos fundamentais, sem distinção de qualquer espécie.

Após a Segunda Guerra Mundial, a figura do refugiado passou a ganhar notoriedade em virtude dos deslocamentos oriundos da guerra. Por essa razão, foi imprescindível que houvesse uma instituição que cuidasse dessas questões provenientes desses deslocamentos. Assim, a ONU criou uma agência para refugiados em 1950, que iniciou as atividades em janeiro de 1951, o ACNUR, tendo como plataforma de suas atividades a Convenção de 1951 da ONU referente aos refugiados (ACNUR, 2018).

O trabalho do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados se declara como não tendo caráter político [...]. Essa postura de “neutralidade política” é o que tem sido utilizada para possibilitar o trabalho do ACNUR e sua intervenção nos conflitos armados. Contudo, isso, tem sido questionado por estudiosos da expressão do refúgio, entre os quais podemos destacar: Fridjof Nansen e James McDonald², considerando que o trabalho do ACNUR, como um órgão subsidiário da ONU, está sujeito ao controle formal da sua Assembleia Geral, que nunca pode ser totalmente independente dos órgãos político das Nações Unidas (BERNARDON, 2009, p.23).

Em 1960 o Brasil assinou a Convenção de 1951, Convenção das Nações Unidas para resolver a situação dos refugiados na Europa, contendo direitos, deveres e caracterizando o refugiado. No entanto, o Brasil estipulou uma cláusula geográfica que contemplava apenas àqueles oriundos da Europa. E sob esses moldes, também assinou o Protocolo de 1967, todavia, não gerou impacto nas esferas política e jurídica (MILESI; ANDRADE, 2017).

Importante salientar que “todos os instrumentos gerais de direitos humanos e de direito humanitário são aplicáveis para a proteção dos refugiados e solicitantes de asilo” (PITA, 2016, p. 7), não havendo diferença entre nacionais e estrangeiros. Afora isso, a questão central da proteção é o princípio da não devolução (*non-refoulement*), ou seja, “solicitantes de refúgio e pessoas refugiadas não podem ser retornadas a nenhum país ou território onde sua vida e integridade estejam em risco” (ACNUR, 2018, p. 6).

Um marco importante na América Latina foi a Declaração de Cartagena, 1984, estabelecendo “um vínculo claríssimo entre o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional de Refugiados” (PITA, 2016, p.8), e ratificou os instrumentos já citados (Convenção de 1951 e Protocolo de 1967). A declaração expandiu o conceito de refugiado,

acrescentando a violação generalizada de direitos humanos e perturbação da ordem pública como um direcionamento na categorização dessas pessoas, conceito esse abarcado, mais tarde, pela Lei 9474 de 1997, no seu artigo primeiro.

O Governo Brasileiro solicitou do ACNUR auxílio para a construção da supracitada lei, assim algumas pautas foram recomendadas, entre elas: “disposições relativas ao conceito ampliado de refugiado, as cláusulas de exclusão do estatuto de refugiado, a garantia da ‘não-devolução’ na fronteira, a criação do Comitê Nacional para Refugiados” (MILESI; ANDRADE, 2017, p. 54).

Isso posto, em 1997, foi sancionada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Lei nº 9474, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Essa lei foi resultado de articulações conjuntas de diversos atores sociais e acompanhou o fluxo de redemocratização política — Estado, sociedade civil, organismos internacionais — (ACNUR, Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil dentre outros) (Ibid, 2017).

Essa Lei 9.474/1997 inaugurou um novo tempo quanto à segurança jurídica para os refugiados e trouxe um novo aparato no acesso a direitos, que foi o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Esse comitê é presidido pelo Ministério da Justiça e integrado pelo Itamaraty (Vice-Presidência), pelos Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho e Emprego, pela Polícia Federal e por organizações não-governamentais dedicadas a atividades de assistência: o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e as Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Importante frisar que o ACNUR participa das reuniões, porém, não tem direito a voto.

O CONARE representou a plena assunção, pelo Estado brasileiro, de todo o procedimento de análise da solicitação de refúgio, bem como da política de proteção e apoio aos que forem considerados refugiados. Compete ao CONARE analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado, bem como decidir pela cessação e perda (RAMOS, 2017, p.281).

A questão da solicitação de refúgio que, por sua vez regulariza, de maneira temporária, a permanência no território brasileiro, para evitar ficar em situação irregular (caso se enquadre nas condições estabelecidas para solicitar o refúgio), sendo assegurados os mesmos direitos e a mesma assistência que qualquer outro estrangeiro que já tenha regularizado a sua situação no país, como: direitos civis básicos (liberdade de pensamento e de deslocamento e não-sujeição à tortura e a tratamentos cruéis e degradantes), direitos

econômicos, sociais e culturais (como acesso aos serviços de saúde pública e educação, direito ao trabalho e à liberdade de culto) (ACNUR, 2010).

Assim, os venezuelanos que chegam ao Brasil, conforme nota de orientação do ACNUR de 2018, têm na Declaração de Cartagena o suporte jurídico necessário para sua permanência nesse país, pois, podem ser considerados como refugiados. Tanto que, em 2019, o CONARE reconheceu a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela embasado nessa mesma declaração também, o que facilitou e desburocratizou o atendimento.

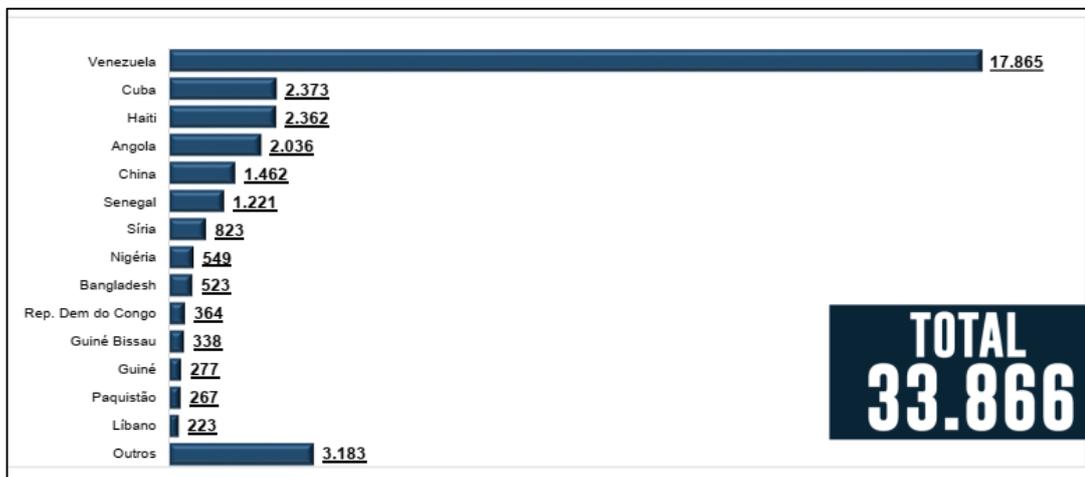
À luz da vasta gama de informações disponíveis sobre a situação na Venezuela, o ACNUR considera que as amplas circunstâncias que levaram ao fluxo de saída de nacionais venezuelanos se enquadrariam no espírito da Declaração de Cartagena, resultando em uma presunção relativa de necessidade de proteção internacional (ACNUR, 2018, p. 3).

O deslocamento dos nacionais venezuelanos para o Brasil é uma realidade que precisa ser enxergada e entendida tanto pelo poder público como pela sociedade. Neste sentido, o poder público, em meio a esse desafio, precisa ofertar políticas que contemplem esses sujeitos em suas mais variadas necessidades.

Visto que, segundo a Secretaria Nacional de Justiça (BRASIL, 2018b) entre janeiro e setembro de 2017, cerca de 48.500 venezuelanos solicitaram refúgio no mundo, até julho do mesmo ano cerca de 300.000 venezuelanos estavam na Colômbia, 40.000 em Trinidad e Tobago, e 30.000 no Brasil.

Como se pode observar na figura 3, em 2017, os venezuelanos foram os estrangeiros que mais solicitaram refúgio.

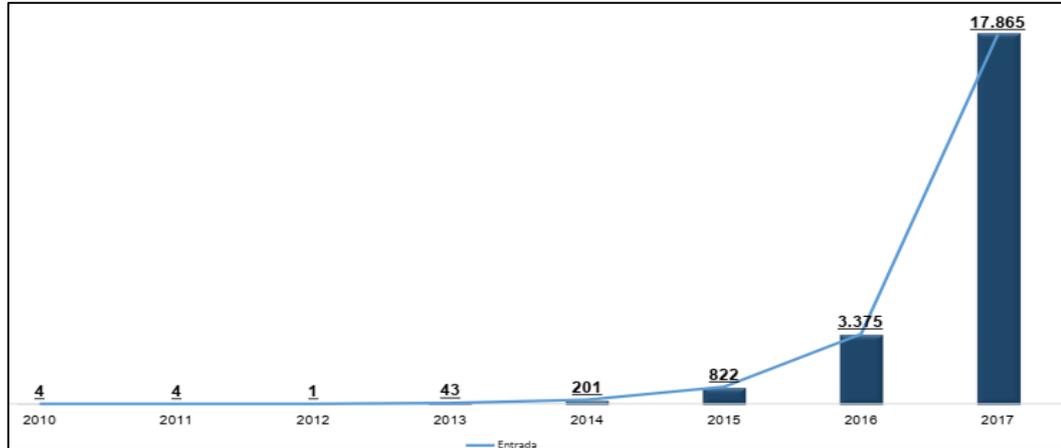
Figura 3 - Solicitação de reconhecimento de refugiado em 2017 no Brasil



Fonte: Secretaria Nacional de Justiça, 2018..

Já a figura 4 evidencia o salto quantitativo dessas solicitações em comparação com o ano de 2010. Escancara-se a problemática de desespero e temor na incerteza do amanhã.

Figura 4 - Solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil de 2010 – 2017



Fonte: Secretaria Nacional de Justiça, 2018.

Outro dado importante é que, em agosto de 2020, o Brasil chegou a ter o maior número de venezuelanos reconhecidos como refugiados na América Latina, 46 mil pessoas (ACNUR, 2020).

Por conseguinte, quando se foca apenas em números, esquece-se de que esses se materializam em pessoas, e estas são feitas de esperanças, aspirações, medos, inseguranças e vontade de viver com dignidade. Trata-se de apreender a situação exposta, criar condições e possibilidades que articulem a narrativa individual e as reais alternativas de protagonismo, pois já se encontram completamente fragilizados.

A questão primordial está em propor outro modo de relação com o estrangeiro. Por isso, é fundamental uma hospitalidade de encontro, uma ética do encontro. Isso não significa simplesmente “abrir” a fronteira, como parece exigir uma postura incondicional de oferta de hospitalidade, pois, de fato, uma fronteira nunca está realmente aberta ou fechada. O ponto é que, em uma rotação de perspectiva o Estado para o sujeito, pode-se começar a perceber que nós mesmos somos a fronteira (GODOY, 2016, p. 42).

Todavia, essa abertura da fronteira não representa abertura de políticas públicas e nem de acolhimento, pode representar apenas uma aceitação ratificada por leis, na qual justifica o “agasalho”. Não se pode negar que certos acontecimentos chocam e chamam a atenção da mídia e também da sociedade, como o caso da criança síria que morreu afogada em uma praia da

Turquia. Mas até que ponto essa sensibilização pode ser objetivada no país que recebe os refugiados?

De acordo com Friedrich e Benedetti (2016), sobre esse assunto é importante destacar cinco princípios: não devolução, não discriminação, cooperação internacional, solidariedade internacional e unidade familiar.

O princípio da **não devolução**, já citado anteriormente, como cerne do direito do refugiado, encontra-se na Convenção de 1951 em seu artigo 33 e, também, no artigo 22 da Convenção Americana de Direitos Humanos, assim como na Declaração de Cartagena que foi assinada pelos países da América Central e do Sul. Portanto, esse princípio “entra no rol dos valores mais essenciais da comunidade internacional, como um direito que não pode ser negociado ou derogado por qualquer acordo internacional” (Ibid. p. 73).

Por conseguinte, o princípio da **não discriminação** é entendido como a “salvaguarda de todo e qualquer ato discriminatório em virtude de gênero, raça, cor, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza” (Ibid. p. 75).

O princípio da **cooperação internacional** “está relacionado ao reconhecimento, pelos Estados, de sua impossibilidade de resolverem determinados problemas sozinhos, tendo se consolidado especialmente após a Segunda Guerra Mundial” (Ibid. p. 75).

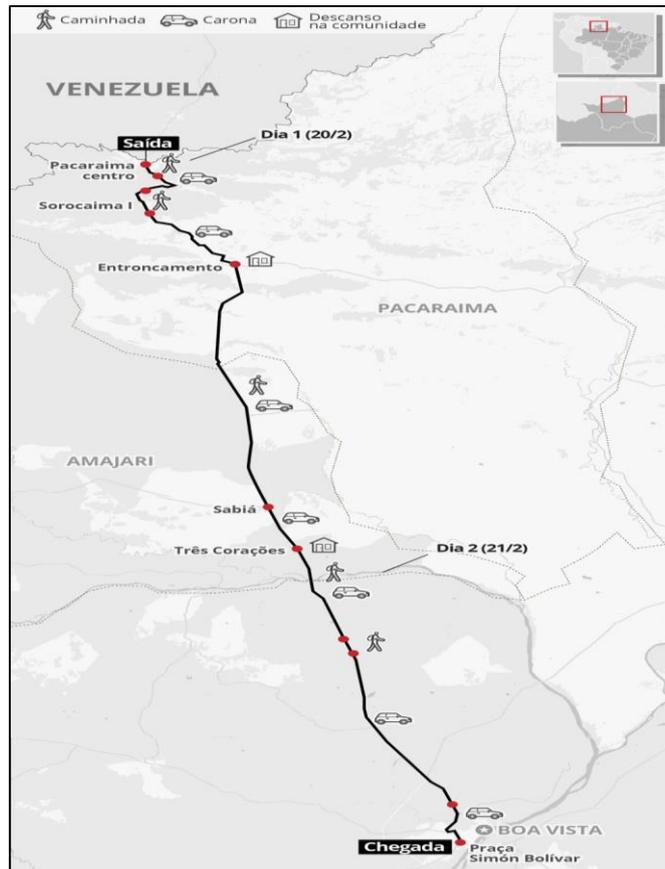
Já a **solidariedade internacional** diz respeito à responsabilidade compartilhada em virtude das necessidades e carências do outro, onde a justiça social tem um destaque e uma aplicação.

Por fim, o princípio da **unidade familiar** denota a ideia de proteção da família e do refugiado, buscando sua agregação no sentido de ser um suporte para a reconstrução, acolhimento e despertar o sentimento de pertença para reerguer sua vida.

Neste panorama, os venezuelanos chegam ao Brasil e escolhem Boa Vista como sede inicial de sua jornada, uma vez que, sua localização e o acesso favorecem a travessia. Todavia, de imediato, desejam apenas se alimentar e alimentar os seus; “o objetivo é levar comida para as famílias na Venezuela; uma forma de combater o que eles/as chamam de ‘*la dieta de Maduro*’” (VASCONCELOS, 2018, p. 140).

A figura abaixo revela o percurso que os venezuelanos fazem para chegar até Boa Vista, que começa no município de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, no extremo Norte do Brasil, totalizando 215 km (Pacaraima/ Boa Vista).

Figura 5 - Percurso utilizado pelos venezuelanos para chegar a Boa Vista – Roraima/Brasil.



Fonte: Costa; Brandão, 2018.

A figura mostra ainda datas para ilustrar o tempo que levam para chegar ao seu destino, os meios de locomoção utilizados (caminhada ou carona) e os descansos necessários para aguentar a árdua viagem.

Imbuídos pelo sentimento de esperança, esse público acredita que este percurso é o caminho inicial para o reconhecimento humanitário de suas carências, é em virtude disso que resolvem fazer esse trajeto, pois ignoram os possíveis riscos desse caminho e mesmo sem entender a real situação que originou a sua partida, a busca pela dignidade fala mais alto, ou seja, o instinto da sobrevivência prevalece.

Portanto, o reconhecimento como refugiado, solicitante de refúgio e imigrante se torna um instrumento eficiente para que possam se resguardar de perseguições e ameaças, pois a partir de sua solicitação se encontram protegidos juridicamente e passam a acessar alguns direitos já citados (VASCONCELOS, 2018).

Para proporcionar ajuda humanitária, o governo federal brasileiro no início de março de 2018 criou a *operação acolhida* que é coordenada pela Força-Tarefa Logística Humanitária,

reúne as Forças Armadas, Casa Civil, 11 ministérios, agências do Sistema ONU no Brasil e entidades da sociedade civil organizada.

As atividades voltadas aos nacionais da Venezuela nesta *operação acolhida* incluem o fornecimento de refeições, abrigo, cuidados de saúde, regularização da situação em virtude do deslocamento para que sejam amparados legalmente, visando à interiorização. Assim, a *operação acolhida* tem como objetivo:

reduzir o impacto da chegada de refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima, permitindo que tenham novas oportunidades [...] identificam locais de acolhida ao redor do país, realizam melhorias estruturais nos abrigos, prestam orientação sobre as cidades de destino, organizam a viagem e o receptivo nos novos destinos, além de conscientizar o setor privado para a absorção da mão de obra refugiada. Especial atenção é dada às mulheres, crianças e grupos mais vulneráveis. Em Boa Vista, as pessoas que aderem voluntariamente à estratégia de interiorização são registradas, documentadas e imunizadas, além de receber informações sobre as cidades de destino, e materiais informativos sobre o acesso a serviços e assistência à saúde. As pessoas interiorizadas são acompanhadas durante o voo até as cidades de destino (ACNUR, 2019, p. 1).

A *Operação Acolhida* é baseada em três pilares: 1) **ordenamento da fronteira** – expedição de documentos, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro; 2) **acolhimento** – incluindo moradia, alimentação e cuidados de saúde; 3) **interiorização** – deslocamento voluntário de venezuelanos de Roraima para outros Estados.

Segundo informações do *site* da *operação acolhida* organizado pelo Governo Federal, o venezuelano ao entrar no Brasil é encaminhado ao Posto de Recepção e Identificação (PRI), onde recebe alimentação, cuidados com higiene/saúde e tem os documentos necessários expedidos (CPF e Carteira de Trabalho). Em seguida, são direcionados para um dos 13 acolhimentos (em Roraima) disponíveis, posteriormente para o processo de interiorização.

A tabela seguinte destaca as ações realizadas referentes ao eixo *Ordenamento da Fronteira*. Esses dados foram compilados de 2018 até 11 de maio de 2020, e mostram que esse primeiro contato tem como objetivo inicial satisfazer as necessidades imediatas desses sujeitos (alimentação e higiene). A intenção é conhecê-los, acolher suas demandas e dar suporte, dentro do ordenamento jurídico brasileiro, para que possam ter acesso a serviços, programas e benefícios ofertados no Brasil.

Tabela 1 - Ordenamento da fronteira.

Solicitaram regularização migratória	264.285
Atendimentos na Fronteira	889.859
Doses de vacinas administradas	388.010
Solicitantes de residência	129.558
Atendimentos Sociais	216.738
CPFs emitidos	251.610
Carteiras de Trabalho	89.173

Fonte:BRASIL, 2020c.

No quadro 3 se encontram as atividades detalhadas também deste mesmo eixo.

Quadro 3 - Ordenamento da Fronteiras

POSTO DE RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO
Recepção e orientação aos imigrantes venezuelanos
Identificação e controle de entrada
Imunização
Defensoria Pública
POSTO DE TRIAGEM
Cadastro e regularização migratória
Emissão de CPF e carteira de trabalho
Atendimento Social
Proteção e Defesa de Direitos
POSTO DE ATENDIMENTO AVANÇADO
Atenção médica de emergência e casos de isolamento

Fonte: BRASIL, 2020c.

Posterior a isso, o eixo seguinte trata do abrigamento a essas pessoas, pois não possuem local para se fixarem e são alocados em acolhimentos disponíveis segundo critérios de família, estado civil e etnia (como é o caso dos indígenas Waraos). A gestão desse serviço de acolhimento é compartilhada entre as Forças Armadas, Ministério da Cidadania e ACNUR.

O quadro 4 demonstra quais as atividades realizadas e como funciona a rotina desse acolhimento. Nota-se que existe a integração por meio das aulas de português que são

ministradas, a manutenção das tradições por meio do artesanato confeccionado pelos indígenas, bem como o respeito aos laços familiares por meio do serviço de comunicação dispensado.

Quadro 4 - Operação Acolhida ações e atividades

AÇÕES
Três refeições por dia;
Distribuição de fraldas e kits de higiene pessoal e de limpeza;
Limpeza diária;
Aulas de português e atividades para crianças;
ATIVIDADES CULTURAIS, LÚDICAS E RECREATIVAS;
Fornecimento de matéria-prima para artesanato indígena Warao;
Provisão telefônica para comunicação com parentes na Venezuela;
Proteção e defesa de direitos
Segurança 24h.

Fonte: BRASIL, 2020c.

O relatório mais atualizado, até o presente momento no site oficial, que identifica o quantitativo de venezuelanos e as cidades que os recebem é de outubro de 2019. Nesse relatório, constam as 369 cidades integrantes da interiorização, sendo Manaus a que mais recebe os venezuelanos, seguida por São Paulo, Dourados, Curitiba e Porto Alegre. A tabela seguinte ilustra essa afirmativa.

Tabela 2 - Cidades que mais recebem venezuelanos

Manaus	3.909
São Paulo	1.766
Dourados	1.327
Curitiba	999
Porto Alegre	860

Fonte: BRASIL, 2020c

A interiorização tem proporcionado a integração dos venezuelanos, constituindo-se como um meio de protagonismo, pois estando fora de Roraima onde a pressão é bem grande,

seja em virtude do aumento de pessoas, seja por conta da xenofobia exacerbada e, principalmente, pela ausência de estrutura física e social para atender essas pessoas, torna-se mais fácil a socialização e integração em outro lugar.

Quanto a isso, a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGVDAPP), Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR) realizaram um estudo, em 2019, referente ao impacto do fluxo da chegada dos venezuelanos em Roraima. Constatou-se um crescimento econômico, alteração demográfica, crescimento das exportações e da arrecadação. Porém, o desemprego e a extrema pobreza aumentaram. Sendo que taxa de desemprego entre 2017 e 2019 no Brasil caiu 0,6 pontos percentuais e em Roraima cresceu 6,1 pontos percentuais (tendo o terceiro trimestre de cada ano como comparativo). Já a taxa de extrema pobreza em Roraima foi a 5,7% em 2018, superando a de 4,2% do Brasil em 2019.

A recomendação final do estudo citado é relativa às implicações nas políticas públicas, e que a opção pela interiorização precisa ser vista como uma necessidade prioritária para que essas pessoas possam ser assistidas integralmente.

Os resultados do estudo têm implicações para as políticas públicas. Primeiro, recomenda-se que há uma necessidade urgente de reforçar o programa de realocação voluntária da Interiorização. O oferecimento de programas de qualificação profissional para a população de refugiados e migrantes melhorará ainda mais sua capacidade de contribuir economicamente após a realocação. Além disso, o treinamento de autoridades públicas nos municípios anfitriões melhorará bastante a capacidade de gerenciar os fluxos de refugiados emigrantes. Também é recomendado aumentar as redes de proteção social para apoiar a integração social após a realocação (FGV DAPP, 2020, p. 2).

Assim, não existe forma mais fácil de lidar com essa situação se não for por meio da cultura de paz, tolerância, solidariedade, justiça social e, principalmente, por meio de políticas públicas voltadas para sua integração, que contemplem suas especificidades. É preciso unir sem separar dessas pessoas aquilo que os tornam “diferentes” de nós, ou seja, é necessário que eles possam nutrir sua cultura e seus costumes em um ambiente acolhedor, que proporcione um intercâmbio que será benéfico para ambos os lados, até chegar um momento em que não existam lados, apenas pessoas comungando de um mesmo sonho, de uma mesma esperança: uma vida digna.

1.2.2 O deslocamento forçado dos venezuelanos como expressão da questão social.

No contexto do binômio desenvolvimento/atraso vivido pela América Latina na formação econômica e social, expresso na dificuldade da reprodução da vida material da população, é importante compreender o desenvolvimento do capitalismo latino-americano. Resgata-se nesse trabalho, para dar conta de deslindar a situação que ocorre na Venezuela, a Teoria Marxista da Dependência (TMD)¹² e o Imperialismo.

Esse fluxo migratório como expressão da questão social tem suas raízes na base do capitalismo, relação capital x trabalho, e a busca por riquezas impulsiona a dominação espacial, já que o capital globalizado financeiro tem livre circulação no mundo.

Inicia-se, conforme a visão de Marine (1973, p. 111, tradução nossa), com o conceito de dependência: “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

De acordo com Fernandes (1975, p. 45), existe a constante “depleção das riquezas”, que, por sua vez, é baseada na exploração do trabalhador assalariado e dos excluídos de modo geral, e visa o bem da expansão comercial. Gera com isso o subdesenvolvimento econômico, cultural, social e político, ou seja, cria impactos na sociedade como um todo, que maximiza as diferenças entre as classes, mantendo a acumulação de riquezas.

Ainda segundo Marine (1973), esta seria a essência da dependência na América Latina: expansão e exploração. Pois, o trabalhador é importante para consumir as mercadorias, mas para ter seu reconhecimento na valoração do seu salário, acaba se tornando inimigo dessa expansão. E esta contradição vai delineando as peculiaridades da questão social na América Latina.

Paiva, Rocha e Carraro (2010, p. 150) asseveram que “[...] a história engole a história para produzir outra história: a história do subdesenvolvimento da América Latina na história do desenvolvimento do capitalismo mundial”. Logo, a entrada da América Latina no processo capitalista de acumulação no cenário mundial influenciou a sua formação política e social, porém, quanto à parcela do excedente da expansão comercial, essa não foi usada para beneficiar o desenvolvimento local. Um destaque importante a ser feito é referente à raiz dessa sociedade: oligarquia forte, mão de obra escrava e produção de produtos primários voltados ao mercado externo.

¹² “A TMD, desenvolvida por intelectuais como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, foi a vertente teórica que melhor elucidou, do ponto de vista econômico, o fenômeno do imperialismo na América Latina” (XAVIER, 2018, p.389).

Com esses valores enraizados, o intercâmbio desigual¹³ (exportação de produtos primários e importação de produtos tecnológicos e equipamentos, sendo esses últimos com valores muito mais elevados do que as exportações) fica mais fácil de acontecer. É evidente a desvantagem nessa “troca”, o que onera ainda mais o trabalhador na extração da mais-valia.

Esse modelo econômico – periférico e dependente - revela a situação do país e da região: a classe trabalhadora na América Latina (que seria o sujeito de direitos num país central) é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há sequer vínculo salarial formal nem muito menos acesso à proteção social, decorrentes da sociedade salarial (Ibid, 2010, p.157)

Porém, outro aspecto se faz necessário aparecer nesta discussão: o imperialismo. Em virtude de:

Os conceitos imperialismo e dependência [...] são conceitos pares, gêmeos, reciprocamente necessários e determinados. Um produz o outro; e os dois se produzem e reproduzem um no outro. Eles correspondem a dois polos complementares, interdependentes, diversos, antagônicos e dialéticos do sistema capitalista considerado como um todo (IANNI, 1971, apud, IAMAMOTO, 2009, p.118).

O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo (LÊNIN, 2007), fase em que o capital precisa se expandir, internacionalizar sua produção e ampliar mercados, o que gera o aumento da desigualdade entre nações e afeta diretamente seus povos.

Desta maneira, observa-se que o capitalismo tem propensão em criar crises e a partir disso se reorganizar. Essas crises são expressas por meio de “[...] excedentes de força de trabalho e de capital – pela superabundância de mercadorias no mercado, pela capacidade produtiva inutilizada e presença de excedente de dinheiro e capital” (ALCÂNTARA; LEITE, 2011, p.4).

Logo, o capital internacional necessita fluir e se manifesta por meio da financeirização do capital invisível e do fetichismo financeiro. Assim, essa expansão vai se materializar na relação espaço/temporal. Neste sentido, Netto (2011, p. 23) afirma que esse direcionamento do capitalismo “rearranja inteiramente a divisão internacional capitalista do trabalho, dando curso a renovadas políticas neocoloniais”, ou seja, com a produção em escala internacional. Ainda segundo esse autor, a contradição entre socialização da produção e propriedade privada é controlada sobre povos e Estados, para a máxima dos lucros.

¹³ Termo utilizado por Ruy Mauro Marine em sua obra *Dialéctica de la dependencia*.

Outrossim, pontua-se as características fundamentais do imperialismo, são elas: a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, passa-se a exportar capital, o que deixa as mercadorias secundarizadas e se formam associações internacionais de monopólios que partilham os territórios nacionais (SAMPAIO JÚNIOR, 2011).

Todavia, o imperialismo não se caracteriza, de maneira sucinta, em subjugar territórios, mas envolve atividades econômicas, militarismo, posicionamento diplomático, estratégias para continuar logrando êxito em suas investidas e se perpetuar.

A financeirização passa a ditar como será a distribuição de riquezas, o mercado de trabalho, a economia e seus investimentos, tendo os bancos, companhias de seguro, fundos de pensão e sociedades financeiras, como seus principais organizadores (ALCÂNTARA; LEITE, 2011).

A burguesia, neste cenário, elava sua taxa de exploração e alienação. Sendo, nas palavras de Netto (2011, p. 20): [...] a sociedade burguesa ascende a sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tomam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica”.

Todavia, a organização e ascensão de uma oligarquia financeira marca uma característica desse modelo de exploração. A influência política e econômica cresce perante o Estado e “levam à formação de uma economia mundial, marcada por uma complexa teia de relações de dependência e dominação” (SAMPAIO JUNIOR, 2011, p.42).

Neste panorama, a Venezuela e sua história entrelaçada ao petróleo demonstram momentos claros da força do imperialismo. Desde 1960 que os Estados Unidos compram petróleo da Venezuela e essa relação merece ser entendida em seu interior. Em outros termos, a presença da força capitalista dos Estados Unidos na gestão do petróleo, em especial no governo de Chávez, gerou um impacto em sua estrutura política, econômica e social.

Destaca-se que a interação entre a sociedade capitalista monopolista, proprietário fundiário e o industrial, ocorreu na Venezuela, e que por sua vez foi mediada por essa indústria petrolífera e o Estado.

Chávez, como já citado anteriormente, quando assumiu a presidência organizou uma nova Constituinte, buscou também consensos na Assembleia para obter apoio, e por isso fez acordos com vários partidos, muitos deles ligados à burguesia, latifundiários e capitais estrangeiros. E assim, articulou suas ações, tanto que colocou junto ao governo pessoas de orientação política de direita e esquerda (militares e civis). Importante salientar que, algumas

dessas pessoas possuíam ligações com os Estados Unidos, como por exemplo Luis Miquilena¹⁴, que se relacionava com a família Bush e com financistas com relações nas empresas norte americanas (LOPES, 2009).

A nova Constituição trouxe outro direcionamento para a política petrolífera, com o intuito de impulsionar o mercado, já que o preço do barril estava em baixa quando assumiu a presidência. Lander e Maya (2003) destacam alguns aspectos dessa reformulação na política petrolífera, que deixava nas mãos do Estado as decisões sobre esse setor, dentre eles estava o fortalecimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹⁵ e respeito aos compromissos realizados; e a não privatização da PDVSA, no entanto não houve a negação da participação de capital privado no setor. À oposição não agradou tais direcionamentos, representada por:

Do lado da oposição, estão as instituições da velha ordem do pacto de Punto Fijo, buscando manter seus privilégios dependentes do papel do Estado e, principalmente, dos recursos do petróleo. Fazem parte deste grupo: os velhos partidos políticos (Ação Democrática - AD – e o Democrata Cristão - COPEI), que governaram a Venezuela juntos nos 40 anos que antecederam a chegada de Chávez ao Executivo; a principal organização empresarial para a ação coletiva do país (Fedecámaras); a decadente Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), representando o sindicalismo de conciliação; o alto escalão da Igreja Católica; os banqueiros; os interesses dos EUA e até grupos que reivindicaram o leninismo e participaram da luta armada na década de 1970, mas hoje são pragmáticos, como o caso do Bandera Roja. Também estão deste lado estudantes provenientes dos setores mais abastados da sociedade. Os meios privados de comunicação exercem a liderança e o papel de porta-vozes deste setor (MORAES, 2011, p. 2).

O governo de Chávez era entrelaçado por diversas camadas da sociedade, não só a oposição. Moraes (2011) pontua outros dois grupos, a base social do governo, formada por alguns partidos e diversas organizações sociais; e grupo dos mais radicais, que englobava o movimento sindical, campesino, comunitário e estudantil e exigiam o fim do capitalismo na Venezuela. Portanto, “o governo Chávez é marcado [...] por conflitos e conciliação de classes e frações de classe” (LOPES, 2009, p. 51).

A burguesia e os monopólios privados de comunicação, com suas estreitas ligações com os Estados Unidos, financiavam e incentivavam conflitos contra Chávez. Pois, as suas ideias anti-imperialista e antineoliberais desagradaram os interesses das multinacionais do petróleo e os Estados Unidos, com a reestatização da PDVSA e a estatização de outras empresas

¹⁴ Ministro do interior e presidente da Assembleia Constituinte.

¹⁵ Venezuela é membro desde 1960.

privadas, afetando àqueles que eram diretamente favorecidos com o posicionamento neoliberal, e possuíam em seu interior, a presença do capital financeiro dos Estados Unidos.

Poulantzas (1975, apud LOPES, 2009) explica que:

[...] o externo só se concretiza no interno, seja por meio das inversões, das fusões, do uso da mão-de-obra dada pela nova divisão internacional do trabalho, da formação dos grandes monopólios, seja por meio da constituição do bloco no poder de determinado país.

Assim, Netto (2011) enfatiza que esse modelo de capitalismo evidencia a burguesia pura, mostra que existe a separação da propriedade da gestão e dos grupos monopolistas, e por isso a apropriação da mais-valia não vem justificada com um cargo no processo de produção, essa é a função parasitária da burguesia. Nas palavras de Lopes (2009, p. 43) “as classes dominantes locais equilibravam o domínio do país por meio de contratos, concessões ao capital estrangeiro e corrupção, beneficiando as empresas petroleiras [...]”.

Todavia, mesmo diante das alternativas postas: adesão ao projeto bolivariano ou adesão aos ideais imperialistas, Chávez de fato não propõe uma ruptura com o capitalismo, porém, conseguiu avançar quanto às reivindicações populares. Assim, as políticas sociais, materialização do imbricamento das funções políticas e econômicas do Estado, agem na preservação da força de trabalho, conformando a intervenção nas sequelas da questão social. Aqui entendida, segundo Netto (2011), como o conjunto de problemas, políticos, sociais e econômicos imposto pelo surgimento da classe operário (sentido amplo).

No mais:

A questão social venezuelana está estreitamente relacionada à sobrepopulação¹⁶ relativa, ampliada pelo colapso da acumulação rentística de capital. O novo ciclo aberto a partir de 2003, ao qual às políticas de aumento da arrecadação fiscal petroleira se somam a um aumento sustentado dos preços do petróleo, se caracterizará pela criação de políticas sociais massivas e pela elevação do nível de vida de amplas parcelas da população. Durante esse ciclo, inaugurado por um violento enfrentamento aos setores empresariais e gerenciais da Venezuela e sustentado em uma crescente renda petroleira, emerge uma perspectiva socialista (RIBEIRO, 2017, p.309).

Por conseguinte, essa relação dialética entre o imperialismo e a dependência, (originada pelo afastamento ideológico neoliberal, que reinava na Venezuela há bastante tempo), segundo

¹⁶ Ribeiro (2017, p. 303) se utiliza do pensamento de Marx para explicar a sobrepopulação: “apresenta uma visão que une na mesma classe ocupados e não ocupados, diretamente produtivos e improdutivos, etc. Essa concepção ampla do proletariado é necessária para sua explicação da lei geral da acumulação capitalista”

a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2019) essa situação não é recente e esse interesse do país norte-americano nas riquezas naturais da Venezuela advém desde o início desse afastamento da concepção neoliberal:

Desde 1999, com o triunfo eleitoral do movimento bolivariano, a Venezuela luta para implementar um projeto societário independente das grandes potências estrangeiras que a dominaram por séculos e, não sem contradições, tem ousado pensar numa política nacional autônoma. Devido a isso, a Venezuela se tornou um problema para o império estadunidense, que segue se 'autoproclamando' vigia da América, pois é uma prova vivente de que o neoliberalismo – com a dependência econômica e o servilismo político que comporta - não constitui a “única” possibilidade histórica para os povos do mundo (ABEPSS, 2019, p.1).

A partir desse direcionamento, as ofensivas imperialistas se intensificaram, os bloqueios e as sanções, já descritas anteriormente, afetaram a população diretamente. A dependência do petróleo e uma burguesia parasitária conduziram o país a uma crise humanitária, que levou a saída de milhares de pessoas da Venezuela.

Diante desse quadro, ressalta-se que Mézáros define com maestria essa retórica americana em relação à suposta ajuda humanitária e preocupação com os habitantes da Venezuela:

[...] somos bombardeados com discurso da pior espécie: uma camuflagem cínica da realidade que apresenta os mais gritantes interesses imperialistas dos Estados Unidos como a panacéia da '*democracia multipartidária*', a defesa seletivamente tendenciosa dos '*direitos humanos*' [...], e a denunciada "dominação por monopólios no país e no exterior" como o '*mercado livre*' (2006, p.19, grifo do autor).

Mézáros continua sua reflexão e afirma, de maneira contundente, que se chegou à fase mais perigosa do imperialismo. Tal assertiva denuncia a racionalidade exigida pelo capitalismo global, ou seja, vai-se aos extremos para garantir a totalidade da dominação. Extremos representados pela barbárie, e esta, objetivada pela violência, a já citada depleção das riquezas e a força militar.

Um exemplo disso é a fala do secretário de Estado americano, Mike Pompeo, em relação a uma suposta ação militar na Venezuela comandada pelos Estados Unidos, para forçar a saída de Maduro do Governo: “A ação militar é possível. Se isso for necessário, é o que os Estados Unidos farão” (BBC, 2019).

Dessa forma, milhares de pessoas são compelidas a deixar a Venezuela em virtude das várias violações de direitos sofridas. É notório, diante do que foi exposto, reconhecer que a

guerra (mesmo que indireta) é um recurso utilizado pelos Estados Unidos para dominar, expandir e expropriar.

1.2.3 A questão Social e o Serviço Social: o olhar dos assistentes sociais entrevistados em Manaus sobre o deslocamento forçado dos venezuelanos

Faz-se uso das palavras de Yamamoto (2009, p.16), que diz que “a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas”. Assim, fica evidente que a questão social é intrínseca ao capitalismo, é produto do jogo desigual, da luta travada diariamente pela sobrevivência em meio às transformações que esse sistema requer. A banalização da exploração conduz a uma sociedade voltada para o “seu”, o seu eu, o seu desejo, sua vontade, é o supérfluo sobre a essência, sobre a coletividade.

Nesta arena, encontra-se o assistente social, que não está alheio às transformações e exigências do capital, pelo contrário, está no centro desse cenário, posto que, a questão social é a sua matéria-prima. Vale destacar que esta foi responsável pela sua inserção na divisão social e técnica do trabalho.

É importante pensar como hoje se dão os contornos e nuances da questão social, advindas das transformações no mundo do trabalho (flexibilização, precariedade e desproteção). Paralelo a isso, tem-se uma parcela do proletariado sem consciência de classe, que prefere se enxergar como burguesia a ter que assumir a dor da exploração, fruto da alienação e da ideologia propagada pela elite. Essa pequena burguesia tem em seu imaginário um sonho, que é de fazer parte, efetivamente, da classe dominante, mas seu pesadelo é se identificar com o proletariado e por isso aceita o papel de disseminadora e guardiã desse pensamento conservador, reacionário, autoritário na ilusão da inserção na esfera do consumo (CHAUÍ, 2013).

Nessa conjuntura, encontram-se presentes os meios institucionais e sociopolíticos usados para o enfrentamento da questão social, sejam eles advindos da coisa pública, sejam eles da esfera dos sujeitos sociais. Logo, a coisa pública é representada pelo Estado, cujos instrumentos usados são as políticas sociais e os demais direitos assegurados no ordenamento jurídico. Quanto ao âmbito dos sujeitos, recorrem-se às iniciativas da sociedade civil na complementação do Estado, e também ao modelo em voga tido como benéfico, chamado empreendedorismo. Todavia, “em ambas situações, o que está em jogo é a tensão entre as necessidades do capital e as do trabalho [...]” (MOTA, 2003, p.4).

O serviço social precisa dar conta dessa dinâmica que envolve a questão social, pois suas mais variadas expressões estão postas no cotidiano, além de ser desigualdade e rebeldia, que “por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2008, p. 28). Sendo este o desafio do assistente social: decifrar essas múltiplas expressões da questão social. Enfatiza-se que o desvelamento da realidade é atravessado por projetos distintos e até mesmo contrários ao projeto ético-político do serviço social. A imposição, muitas vezes velada, por um direcionamento elitista, que prescinde a classe trabalhadora, leva o assistente social a ratificar seu projeto profissional nos espaços institucionais que ocupa, e se associar aos espaços coletivos integrados aos movimentos sociais para se fortalecer enquanto categoria.

Destaca-se o posicionamento de Faleiros (1999, p. 37) em relação à questão social, pois para ele “[...] seria, por sua vez, contraditório colocá-la como objeto particular de uma profissão determinada”, enfatiza que a definição descrita pela ABEPSS na reforma curricular é muito genérica e apenas uma profissão não poderia, mesmo com estratégia e um aparato institucional, dar conta de sua magnitude, já que está no cerne da contradição da acumulação capitalista.

Logo, outros profissionais também têm seus processos de trabalho atravessados pela questão social, no entanto o que particulariza o serviço social é o seu aporte teórico-metodológico hegemônico:

[...] o método proposto por Marx também tem na realidade empírica seu ponto de partida, mas ao desvendá-la, possibilita uma crítica radical à sociedade capitalista, revestindo-se, assim, de grande força política na luta pela transformação social (SIMIONATTO, 2009, p.4).

Assim, as formas de enfrentamento da questão social se dão pela sua manutenção sob a ótica da burguesia, ou uma possível superação da ordem que a opera. Nesse esquema de contradição, exclusão e apropriação, o assistente social não pode se prender ou se perder na realidade aparente, para não correr o risco de reproduzir ações burocráticas, subalternizantes, desconexas da relação capital x trabalho e de suas atribuições/competências

Por conseguinte, nesse processo contemporâneo de expropriações vivido pelos venezuelanos em deslocamento forçado, os assistentes sociais se encontram:

[...] nas áreas de acolhimento e na integração local, que promove não somente o atendimento direto, como também em grupos, além da produção de conhecimento e divulgação/formação sobre a temática, articulação com as políticas intersetoriais e o sistema de garantia de direitos (CFESS, 2019, p. 1).

Para além disso, os/as assistentes sociais estão inseridos nas tensões provocadas pelo capital e a garantia de direitos. Bem como, têm o desafio de entender a realidade apresentada por essas pessoas e a partir disso traçar suas estratégias de intervenção. Todavia, as expressões da questão social presentes nesse contexto devem ser entendidas sob a perspectiva de totalidade, pois ater-se, somente, às expressões da questão social em âmbito local fragmenta o olhar da intervenção.

O quadro 5 identifica como as profissionais entrevistadas neste estudo compreendem esse deslocamento. Todas afirmam ser uma expressão da questão social.

Quadro 5 - Deslocamento forçado dos venezuelanos como expressão da questão Social.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Narrativas das assistentes sociais entrevistadas
Agravamento da questão social na Venezuela (5)*;	<p>O país de origem deles está enfrentando uma grave crise política e econômica, isso afeta diretamente a vida dessas pessoas, tornando mais graves e visíveis as expressões da questão social, tais como: fome, desemprego, falta de moradia, violência, agravos na saúde etc (Profissional A).</p> <p>Vieram em busca de melhores condições de vida, de novas oportunidades e com o sonho de reconstruírem suas vidas. Ouvi muitos relatos de fome, desemprego, falta de saneamento, uma realidade muito sofrida e privada de direitos sociais básicos (Profissional B).</p> <p>Acredito que a má gestão do Governo da Venezuela ocasionou a crise política, econômica e humanitária. Com isso milhares de venezuelanos migraram para outros países à procura de melhor qualidade de vida [...] (Profissional C).</p> <p>Os imigrantes se deslocam para o Brasil, por questão de sobrevivência. Já que a Venezuela está sem alimentação para o seu povo (Profissional D).</p> <p>Eles saíram de seu país devido à crise financeira e política que se materializa em diversas expressões da questão social: precarização nos serviços públicos, desemprego (Profissional E).</p>
Agravamento da questão social no Brasil (1)*;	[...] O deslocamento dos venezuelanos resultou visivelmente em uma situação de miséria, situações de risco social e pessoal, agravamento de doenças, violência e etc. (Profissional F).

*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Nesse horizonte, as falas das profissionais se aproximam quando direcionam suas análises da questão social e apontam para as suas possíveis manifestações que surgiram após a

saída da Venezuela e das vivenciadas ainda na Venezuela. Isto é, a análise se pautou pelas características mais aparentes, sem deixar claro o que pode ter originado, de fato, esta saída.

É comum encontrar a seguinte dicotomia: ou se analisa a questão social na América Latina apenas pelos elementos mais imediatos – por exemplo, ao descrever o desemprego, descrever a desigualdade, descrever as condições de trabalho, mas sem entender o porquê isso existe, da maneira que existe, sem uma teoria sobre o que é a dependência latino-americana; ou então se analisa somente as determinações mais essenciais do capitalismo, porém sem compreender que isso não existe dissociado da história, não existe anistoricamente, não existe fora das condições concretas nas quais existe. Portanto, a questão social tem sim particularidades na América Latina que precisam ser compreendidas, porque a realidade social latino-americana existe e tem particularidades, assim como qualquer outra realidade social (GOUVEA, 2018, p.14).

No quadro seguinte, as profissionais foram perguntadas sobre os direitos dos venezuelanos de terem acesso à política de assistência social. Das falas foram extraídas quatro categorias: Descumprimento da legislação, legalista, falta de orientação e visão humanista.

Quadro 6 - Visão sobre os direitos dos venezuelanos ao acesso à proteção social da política de assistência social.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Narrativas das assistentes sociais entrevistadas
Descumprimento de Lei (1)*;	[...] temos a lei de migração que diz que eles possuem os mesmo direitos e deveres que os brasileiros, no entanto, seus mínimos direitos sociais aqui no país têm sido violados, por exemplo, temos dificuldade de empregos, mesmo que eles possuem as qualificações necessárias, pois eles não possuem o PIS e enfrentamos muita burocracia para conseguir isso, e a carteira de trabalho para os mesmos, coisas simples que poderiam ser fáceis de serem resolvidas, sem a necessidade de termos que nos deslocar até o local do serviço. O cadastro no programa bolsa família, também só conseguimos com nosso contato dentro da SEMASC [...] (Profissional A).
Legalista (3)*;	De acordo com a lei 13445/2017 disciplinou a migração no Brasil e estabeleceu princípios e diretrizes para as políticas públicas para o migrante. Portanto, todo migrante tem direitos e deveres com base na lei, desde que esteja com seus documentos obrigatórios (Profissional C). Eles são alcançados pela política, pois ao adentrarem no país, tem a emissão dos seus documentos fazendo com que tenham acesso a todos os direitos (Profissional E). No que diz respeito ao Brasil, a partir do momento que conseguem a permanência no país, já são detentores de todos os direitos e acesso à política de assistência (Profissional B).
Falta de Orientação (1)*;	Para terem direitos, eles precisam conhecer esses direitos, coisa que não acontece (Profissional D).

Visão humanista (1)*;	[...]Sou completamente a favor da viabilização dos direitos, pois também sou uma trabalhadora que vende sua força de trabalho e acima de tudo, sou humana e sempre procuro me colocar no lugar do outro (Profissional F).
-----------------------	---

*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

A legislação vigente no Brasil referente à imigração e o refúgio é considerada bastante avançada, pois coloca o sujeito em deslocamento sob os holofotes dos direitos humanos e da igualdade. É oportuno comentar que, longe de realizar algum tipo de avaliação das leis (13.445/2007 e 9474/97), pois não é essa a pretensão desse trabalho, apenas pelas falas das profissionais, que lidavam com a problemática, nota-se que são instrumentos extremamente importantes para a realização do trabalho, como também, para os venezuelanos se sentirem, mesmo que superficialmente, amparados.

Na contramão da concepção de direitos, destaca-se a fala da profissional A que demonstra o não cumprimento da lei que protege os imigrantes e refugiados, que são direitos que estão sendo negados, são pessoas que estão sendo negligenciadas. Quanto aos direitos socioassistenciais, ainda a fala da profissional A concernente à inserção no Cadastro Único, que é a porta de entrada de vários programas, aponta que o acesso desse público só ocorre em virtude da rede de amizade construída pela profissional.

Já as profissionais B, C e E se orientam por uma direção legalista da situação apresentada. Em conformidade com Moreira (2008), a legalidade é diferente de legitimidade, não necessariamente quer dizer justiça, pois, pura e simplesmente, acatar uma norma positiva pode falsear a realidade.

A mera e rotineira execução das políticas sociais contemporâneas tolhe o desenvolvimento de um trabalho atento às reais necessidades desse usuário, ir além dos muros ideológicos institucionais e legalistas é defender o seu plano de trabalho e ratificar seu compromisso ético. A visão positiva escamoteia a realidade e fragmenta a compreensão das expressões da questão social, o acompanhamento, e também pode levar o profissional a se perder em amontoados de normativas.

Afora o descumprimento legal e o legalismo, a profissional D cita a falta de conhecimento dessas legislações. Todavia, faz-se uso das práticas educativas no cotidiano profissional para compreender essa narrativa, pois ela enfatiza, ao final de sua fala, como se não tivesse alternativa para essa problemática.

Reitera-se como uma premissa básica que a mobilização e a educação popular, enquanto instrumentos pedagógicos na perspectiva da educação emancipatória voltada para formação de sujeitos capazes de participar crítica e conscientemente da práxis transformadora [...] (ABREU, 2011, p. 233).

Com a dimensão educativa, na concepção dialética e emancipatória, o profissional pode conduzir a construção de pensamentos potencialmente libertadores, porém a visão legalista, já vista anteriormente, pode produzir uma concepção política reduzida aos ditames legais, porém o direcionamento crítico, educativo e transformador pode levar o usuário ao protagonismo. Longe de romantizar ou de tratar messianicamente essa dimensão, mas, sobretudo:

Sendo assim, a Assistência Social também pode e deveria ser um espaço de desenvolvimento de experiências de educação popular. [...] nós, assistentes sociais, temos uma função pedagógica em nosso fazer profissional, que deveria apontar para a organização de uma nova cultura, distinta da produzida e reproduzida pelo capital [...] (ABREU; FARAGE, 2011, p. 260).

Ainda sobre os apontamentos da profissional D, observa-se uma postura fatalista da realidade ao cristalizar a falta de conhecimento dos usuários como inalterada e relegando as possibilidades. Por fim, a Profissional F agrega em sua resposta um reconhecimento enquanto pertencente à classe trabalhadora, e também exprime um pensamento humanista em seu fazer profissional.

Demarca-se que o pensamento humanista está presente na profissão:

[...] o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

Faleiros (2013, p. 88) destaca o cuidar na profissão:

Numa perspectiva do Serviço Social crítico, o cuidar não se reduz apenas a um estilo de relação pessoal, mas se constrói como um valor que se agrega ao trabalho profissional e faz parte de uma relação de inclusão, escuta e reconhecimento do outro e de sua alteridade como forma de acolhimento e qualidade da atenção.

Destarte, esse posicionamento humanista não pode pautar ações profissionais por similitudes pessoais, como demonstra Faleiros. Importa ressaltar que no projeto humanista de Marx se encontra a tentativa de libertar o homem de tudo que o aliena e que o escraviza, para que sua liberdade seja plena, “é através da produção real, liberta da alienação, que o homem

apropriar-se de sua essência em todas as dimensões, e reencontra o seu ser e o ser do outro” (ALVES, 2012, p.19).

Salienta-se que o humanismo em Marx difere do humanismo conservador adotado nos primórdios da profissão sob os desígnios da igreja católica, pois o sujeito era visto na dimensão da filantropia e da caridade.

Por conseguinte, as profissionais foram indagadas sobre uma possível mudança na vida social desses imigrantes, após as ações ofertadas pela política de assistência social desenvolvidas no seu cotidiano profissional. No quadro 7 constam os principais apontamentos dessas profissionais. Dessas sobressaem três categorias: papel do Estado, políticas públicas e trabalho.

Quadro 7 - Percepção sobre mudanças na esfera da vida social dos venezuelanos em virtude das ações desenvolvidas na política de assistência social.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Narrativas das assistentes sociais entrevistadas
Papel do Estado (1)*;	[...], ter uma carteira de trabalho para poder conseguir uma ocupação, ter um local seguro para ficar até conseguir um trabalho, um curso profissionalizante, podem definir a vida de uma pessoa que está buscando novas oportunidades em um país estrangeiro. Infelizmente, não dispomos de recursos financeiros para fazer mais, somos [...] fruto da iniciativa da sociedade civil organizada. Estamos fazendo o papel que cabe ao Estado, temos consciência disto, cobramos do Estado, nos articulamos com outros movimentos sociais [...], mas as dificuldades são enormes (Profissional A).
Trabalho (3)*;	As ações que foram realizadas em permanência no abrigo foram pensadas com o intuito de prevenção, orientação e ensino para geração de renda (Profissional B). [...] mas segundo relatos dos usuários eles deixam seu país em busca do mínimo para sobreviver, e no Brasil eles conseguem atendimento médico e alimentação. No entanto, quanto a conseguir trabalho, eles se deparam com duas problemáticas: a qualificação profissional, que a maioria não tem, e a língua portuguesa (Profissional C). [...] já conheci pessoas que foram acolhidas e hoje estão empregadas, conseguiram alugar uma casa e estão suprindo as necessidades de suas famílias (Profissional F)
Políticas Públicas(1)*;	[...] Muitos chegam ao Brasil doentes, por falta de assistência médica em seu país. A desnutrição por falta de alimento afeta a todos mas principalmente, as crianças, mulheres e idosos (Profissional D).

	[...] mesmo diante de todas as dificuldades que é imigrar, ir para outro país e ter acesso à políticas públicas que os possibilitam recomeçar [...] (Profissional E).
--	---

*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020 (Conclusão).

A profissional A, mesmo evidenciando algumas das seguranças afiançadas pela política de assistência social¹⁷ – segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia) e de acolhida, o acesso aos direitos socioassistenciais e transversalidade com as políticas setoriais, fica em destaque em sua fala que o papel do Estado está sendo suprido pela sociedade civil. A desresponsabilização do Estado, na ótica da reestruturação produtiva e da gestão gerencial adotada pela administração pública, é a forma de responder as expressões da questão social, ou melhor, terceirizar essas respostas¹⁸.

Já as profissionais B, C e F afirmam que a mudança percebida por elas está na esfera do trabalho, pois as ações direcionadas para esse fim tiveram êxito. A Política Nacional de Assistência Social preza pelo trabalho intersetorial e com a rede socioassistencial, não de forma segmentada e sim integrada, em virtude das multifaces apresentadas pelas manifestações da questão social. Essa relação complementar que deve existir entre as políticas é a universalização da proteção social. O direito ao trabalho passa a ser imprescindível em uma sociedade capitalista, afora isto, representa a reconstrução da dignidade, um recomeço e acolhimento.

Distante de fantasiar uma realidade que é atravessada pelos desígnios do capital, sabe-se que as políticas, especialmente, são também instrumento desse capital e com isso a sua operacionalização precisa ser além do que é esperado. Assim, essa transversalidade fica comprometida, principalmente, porque o papel que o sistema espera da política de assistência social é ser àquela que vai dar conta dos excluídos do mercado de trabalho.

¹⁷ As seguranças afiançadas pela política de Assistência Social são: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. “**A segurança de rendimentos** não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. [...] **Por segurança da acolhida**, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. **A segurança da vivência familiar** ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade” (BRASIL, 2004, p.31, grifo nosso).

¹⁸ Esse movimento será melhor explicado no capítulo seguinte.

As profissionais D e E também destacam a importância da transversalidade das políticas para ultrapassar as dificuldades desse processo do deslocamento forçado na busca pelo atendimento as suas necessidades básicas.

Em que pese a realidade do capital posta ao cotidiano profissional, o desvelamento das expressões da questão social presentes no deslocamento forçados dos venezuelanos é realmente difícil de decifrar, já que, de fato, essa é a real intenção desse modelo. Lidar com uma realidade nebulosa, de estruturas globais, com um show midiático orientado para falsear as intenções do capitalismo, vai camuflando as expressões da questão social e a transformando em apelo por ajuda humanitária.

Nessa estreita relação entre senso comum, que transforma a crise vivida na Venezuela em um mero socialismo fracassado, e o jogo capitalista de acumulação, está o assistente social, que precisa apreender os movimentos globais do capital, pois os rebatimentos são sentidos em todo lugar, visto que seu projeto ético-político dá suporte e sustentação para tal

CAPÍTULO 2

ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA QUEM DELA NECESSITAR: INCLUSIVE REFUGIADOS E IMIGRANTES VENEZUELANOS

Este capítulo aborda a trajetória da assistência social como política pública, com o surgimento do tripé da seguridade social (saúde, assistência social e previdência social) em uma conjuntura de lutas por garantia e reconhecimento dos direitos. Todavia, o que se segue, imediatamente, é uma tentativa de desmonte desses direitos, quando da opção em seguir o traçado internacional, que recomendava reformas estruturais, e objetivava uma suposta entrada do Brasil no cenário mundial e globalizado do mercado econômico. Por conseguinte, a política de assistência social, no decorrer dos anos, foi se estruturando e tentando afastar o estigma de troca de favores, filantropia e assistencialismo, uma vez que o “direito” à assistência era visto pela perspectiva da benemerência. Contudo, a opção pelo neoliberalismo garantiu a manutenção da pobreza. Logo, o recorte histórico é fundamental para que seja possível compreender as configurações assumidas no contexto de afiançamento de seguranças, bem como identificar que a assistência social não mais se caracteriza como política para “pobres”, e precisa ser entendida sob a ótica macro na concepção de que as pessoas estão sujeitas às vicissitudes sociais e naturais do ciclo da vida, e dessa forma se ampliaram os seus usuários, sendo que suas ações e serviços são destinadas a quem dela necessitar. Assim, na recepção dos imigrantes e refugiados oriundos da Venezuela, a Política de Assistência Social, inicialmente, precisou se organizar e estruturar seus serviços e benefícios para garantir a inclusão desse público em um paradigma de reconhecimento de direitos, já que, o fator nacionalização é indiferente para a proteção socioassistencial. Por fim, o debate aqui realizado teve como objetivo mostrar a proteção aos venezuelanos em situação de refúgio e imigração na proteção social especial, no que concerne, especificamente, aos equipamentos destinados ao acolhimento institucional.

2.1 A Política de Assistência Social Brasileira: Após a Constituição de 1988 e os dias atuais

A política de assistência social ganhou o *status* de política pública com a Constituição de Federal de 1988 (CF), que trouxe consigo a esfera da Seguridade Social¹⁹ consubstanciando a proteção social²⁰. Todavia, o contexto desse marco foi envolto nos ditames neoliberais, haja vista os imperativos do Consenso de Washington²¹ que aconteceu em 1989 e colocou a retração do Estado como norte central de reformas estruturais redirecionando as políticas de proteção social, que nos termos de Behring (2003, p.22) significa a “[...] contrarreforma do Estado, que implicou um profundo retrocesso social, em benefícios de poucos”.

Essas mudanças no âmbito da gestão pública brasileira tiveram como suporte político-ideológico os ditames do chamado neoliberalismo.

As chamadas Políticas de Ajuste Estrutural, como propostas e medidas econômicas bem como estratégias político-institucionais, partem do entendimento do NEOLIBERALISMO como um projeto global para a sociedade, com políticas articuladas, que não se limitam a medidas econômicas de efeitos conjunturais e/ou transitórios, trazendo consequências sociais graves e permanentes, muitas vezes de difícil volta atrás (TAVARES, 2001, p.171, grifo do ator).

A ampliação dos direitos sociais estabelecida pela CF/88 foi bastante combatida pela elite, e a opção pelo projeto de “desenvolvimento” neoliberal teve como consequências o aumento da pobreza e a estagnação econômica, pois o desejo de inserção do Brasil na economia mundial tornou os setores econômicos a prioridade máxima, porém, sem privilegiar a economia interna e submetendo o Estado à lógica do mercado. O resultado foi um período de “profunda contradição” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008, p. 30), dado que, nesse momento, toda a garantia estabelecida pela Seguridade Social, assim como toda a estrutura dos direitos que ali foram elencados pela Constituição passa a disputar espaço com um projeto de posturas restritivas e orientado pela exclusão dos atores sociais, sob o pretexto de modernidade.

De maneira sumária e de acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010), destacam-se aqui algumas características da Seguridade Social brasileira a partir desse cenário neoliberal: 1) focalização e seletividade das políticas públicas de tendências compensatórias; 2) surgimento

¹⁹ A Constituição Federal de 1988 traz em sua capítulo II, artigo 194 que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

²⁰ Segundo Jaccoud (2009, p. 58) proteção social é “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais”.

²¹ O “termo ‘Consenso de Washington’ foi cunhado por Williamson no ano de 1989, em referência às dez políticas que deveriam ser adotadas pelos países da América Latina na visão consensual dos organismos financiadores do governo dos Estados Unidos e organizações multilaterais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional” (OLIVEIRA, 2020, p.165).

do cidadão consumidor e do cidadão pobre, pois a orientação é para “comprar” a saúde e a previdência, e apenas “enquadrar” o pobre nos parâmetros da linha da pobreza; 3) o Estado passa a contar com novos atores para executar programas e projetos na área social: voluntários, empresa socialmente responsável, dentre outros; 4) novas categorias que, de forma estanque, explicam e estruturam as políticas, porém, não são capazes de dar concretude à análise da realidade, pois são usadas de maneira simplórias, como por exemplo: território, comunidade, relação entre inclusão e exclusão, dentre outros e; 5) a falta de integração entre a Assistência Social e as políticas de intervenção em relação ao mercado de trabalho.

Assim, é nessa conjuntura que a expansão da Assistência Social ocorre, sendo que, as políticas do sistema de seguridade apresentam uma situação contraditória: saúde e previdência sendo tensionadas pelo mercado, que pressiona o Estado para que sejam destinadas somente aos que podem pagar, enquanto a assistência social aparece como a “salvadora” para aqueles desprovidos de dinheiro, ou seja, os ditos pobres.

Logo, pode-se notar a forte investida da classe dominante em desmontar a seguridade social, já que “[...] tudo o que limita ou substitui o mercado em nome de um direito social – ou da justiça social –, é uma vitória da economia política do trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2009, p.26).

A lógica foi, então, obscurecer esse novo direcionamento em relação aos direitos postos pela Constituição, em meio a uma conjuntura de crise estrutural, pois os rebatimentos da ofensiva neoliberal são sentidos em vários aspectos da vida social (regulação da vida social). Torna-se urgente a necessidade da instauração de uma ideologia sociopolítica, para manter e dar concretude a ordem societária vigente, além da desestruturação do aparato sindical, perda da centralidade do trabalho e a ideia de um mercado mais livre, leia-se: menos leis trabalhistas, menos gastos com a esfera social (Estado Mínimo) e garantia de estruturas que deem subsídio ao capital.

No Estado mínimo se cumprem apenas algumas funções básicas, e suas responsabilidades são delegadas à sociedade civil, sob o discurso de solidariedade. O que traduz na refilantropização da questão social, ou seja, nas palavras de Yazbek (2009, p.18), “o social constringido pelo econômico. O social refilantropizado, despolitizado e despublicizado”. O social torna-se moeda de troca, sob o título de responsabilidade do empresariado (responsabilidade social), que visa o afastamento da tal caridade/filantropia e quer transparecer uma preocupação com a sociedade, porém pede em troca retorno do Estado, por meio da dedução de impostos.

Nota-se, que as especificidades do Brasil ajudaram a delinear esse pacote estrutural de reformas:

Cabe ressaltar que o Brasil, por ser um País periférico e que não teve um Estado de Bem-Estar Social, apresenta uma concepção reducionista na construção dos direitos, nos mecanismos compensatórios que se implementaram (como a política de combate à pobreza) (LAGE, 2019, p.124).

Nesse sentido, tem-se uma classe trabalhadora que acaba sendo cooptada pela ideologia neoliberal, frisa-se também, que a cultura escravista é muito presente no país, e os direitos são colocados como benesses e favores que precisam ser validados/acessados através de comportamentos esperados pela classe dominante. Assim, fica difícil a compreensão da luta pela garantia e efetivação dos direitos.

Por conseguinte, essa mercantilização atrelada ao crescimento de políticas compensatórias, torna o cidadão, que antes estava apto (nos moldes capitalistas) para o trabalho, público da assistência social. A impossibilidade de garantir o direito ao emprego, em virtude dessa forma de gerir o Estado – com subempregos, massa de trabalhadores supérfluos, a figura do autônomo, a solidariedade e o socialmente responsável – conduz a naturalização da ordem burguesa e da camuflagem da relação entre pobreza e acumulação de riquezas. Desse modo, transforma a Assistência Social em mecanismo integrador com caráter de uma super política. Logo, cria-se o mito²² de que ela pode, isoladamente, dar conta do enfrentamento da questão social (MOTA, 2010).

Pereira (1996) indica que a assistência social trouxe inovação, mas também surge com traços historicamente marcados. Tendo uma dimensão *lato sensu*, a qual integra o arcabouço das outras políticas por estar legalmente embasada, acompanha o movimento da sociedade e delinea o contorno das políticas capitalistas de cunho social. E sua dimensão *stricto sensu* que denota sua raiz assistencialista que demarcava e caracterizava o pobre.

Em seu artigo 203, a Constituição Federal (1988) deixa claro que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

²² Para aprofundar a discussão ver o texto *O Mito da Assistência Social*.

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Nesse panorama, a assistência social traz a concepção de auxílio a todo e qualquer cidadão como dever do Estado. Logo, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8742/1993 – surge para regulamentar e organizar ela como política social. Yazbek, (2005, p.223), sinaliza a respeito desta lei:

[...] inova ao afirmar para a Assistência Social seu caráter de direito não contributivo (independentemente de contribuição à Seguridade e para além dos interesses do mercado), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social e ao apresentar novo desenho institucional para a Assistência Social. Inova também ao propor a participação da população e o exercício do controle da sociedade na gestão e execução dessa política. Tendência ambígua, de inspiração neoliberal, mas que contraditoriamente pode direcionar-se para os interesses de seus usuários.

Vale ressaltar que a assistência social foi a última política, das que fazem parte da Seguridade Social, a ser regulamentada. Como aponta Couto (2010), isso se deu em virtude de dois possíveis motivos: o primeiro é referente ao preconceito que a política carrega, pois é vista como política para pobres, ocasionando também uma falta de debates; já o segundo, diz respeito ao contexto pós-construção da Constituição Federal de 1988, que preconizava o enfraquecimento dos gastos com a esfera social direcionado para o neoliberalismo, o que já foi anteriormente citado.

Mais tarde, em 2004, surgiu a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que trouxe a materialidade da LOAS, agregando características socioterritoriais em sua conformação, gestão compartilhada, além de se ater: “as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família” (BRASIL, 2004, p.15). Inaugura algumas dimensões, expostas por Couto, Yazbek e Raichelis (2017), como por exemplo, a intersetorialidade (articulação entre políticas públicas), abordagem territorial, proteção social (Básica e Especial), matricialidade sociofamiliar, seguranças, financiamento, informação (monitoramento e avaliação) e recursos humanos (a figura do trabalhador da assistência social). Tais dimensões configuram a oferta de programas e serviços.

Cabe destacar, dentre essas dimensões, a proteção social, que é formada pela básica e especial. Essas duas proteções, dentro de suas características próprias, delineiam o modo de como os usuários irão acessar seus direitos, ou seja, respeitando a condição individual e as

vivências de cada cidadão. Então, a porta de entrada dos serviços se dará em virtude dessas particularidades.

Logo, por proteção social básica (PSB) entende-se:

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2005, p.33).

Essa proteção busca prevenir violações de direitos por meio do fomento ao protagonismo e fortalecimento de vínculos, seja familiar ou comunitário, bem como, conta com suporte da rede socioassistencial e intersetorial para garantir a efetivação de suas ações, assim previnem possíveis rupturas desses vínculos, por meio da inserção nos serviços executados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ainda na proteção básica, tendo como alternativas de intervenção, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, ampliando as trocas de vivências entre os usuários em um contexto de inclusão, pertencimento e identidade.

Quanto à proteção social especial (PSE):

é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005, p.37).

Essa modalidade exige, muitas vezes, a participação efetiva de outras instituições, como o Poder Judiciário e Ministério Público, requer também acompanhamento individual e atenção protetiva. É dividida em média e alta complexidades para que suas intervenções respondam, conforme o nível de agravamento de cada situação, às demandas postas. Os serviços são ofertados, em sua maioria, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Dessa forma, a proteção social especial de média complexidade é dispensada quando os direitos, de alguma forma, sofreram violação, mas os vínculos (familiar e comunitário) não se

alteram, carecendo de acompanhamento técnico. Os serviços ofertados nessa modalidade são: Serviço de orientação e apoio sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de Rua, Cuidado no Domicílio, Serviço de Habilitação, Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida) e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência (BRASIL, 2005).

Por conseguinte, a proteção social especial de alta complexidade atende o usuário de forma integral, pois existe a necessidade de afastamento do convívio familiar e/ou comunitário, e por isso, requer moradia, alimentação, dentre outros. Os serviços são: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) e Trabalho protegido (BRASIL, 2005).

Destarte, seguiu-se com a construção e aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, que sistematizou a gestão compartilhada e estruturou os serviços, enfatizando a participação dos entes federativos, trabalhadores e sociedade civil em uma rede hierarquizada, idealizada na LOAS.

Mota (2010) destaca que, com a implementação do SUAS, houve uma expansão dos objetivos da PNAS, haja vista a ampliação dos seus usuários. Essa situação, segundo a autora, requer uma atenção em virtude da oferta dos serviços, para que não os comprometam, pois as categorias de vulnerabilidade e de risco social são bastante amplas e conduzem a “uma relativa fragilidade na delimitação dos usuários e dos próprios serviços a serem prestados para atender aos níveis de proteção propostos” (Ibid, p. 191).

Por conseguinte, a participação democrática, o controle social, a intersetorialidade atrelada à rede socioassistencial e as seguranças afiançadas (acolhida, convívio familiar/comunitário e desenvolvimento da autonomia) consubstanciam o SUAS aos moldes da atual Constituição Federal. Esse sistema desenha toda a estrutura necessária para a gestão da política, objetivando a participação democrática e a qualificação do acesso aos direitos. Assim, a partir do SUAS, o arcabouço normativo para a organização da oferta dos atendimentos foi sendo formado, para que o usuário tivesse um maior aproveitamento de suas ações.

Esse aparato para estruturar e organizar a assistência social no Brasil foi um “choque de gestão” (CFESS, 2011, p. 86), e representou uma nova maneira de gerir essa política. A partir de então, ela foi se estruturando normativamente, ampliando os serviços/equipamentos e tentando construir um novo direcionamento na garantia de direitos.

Outro componente importante na esfera da política social, que precisa ser melhor explicitado, é a transferência de renda, que se expandiu a partir de 2001 por meio de programas

orientados sob a focalização, seletividade e residuais, gerindo as formas mais drásticas da pobreza. A expansão da assistência deu-se por essa ferramenta, transferência de renda, e essa expansão, de certa forma, sobrepôs-se ao próprio SUAS, principalmente em termos de financiamento.

Já que, conforme Silva (2020, p.58):

Tal tendência é perceptível ao reportarmos para o orçamento da política de assistência social, em que o mesmo demonstra que mais de 90% dos recursos dessa política historicamente são destinados aos programas de transferência de renda, tal dado revela a contradição no processo de implementação do SUAS, considerando a centralidade da destinação dos recursos aos programas de transferência de renda e uma fragilidade na garantia de recursos voltados para estruturação dos serviços que constituem tal política.

No Brasil essa opção pelos Programas de Transferência de Renda possuiu dois posicionamentos ideológicos que desenhavam seus traços, como pontuam Silva, Yazbek e Giovanni (2008), sendo um voltado aos pressupostos neoliberais que apontavam para o mercado, o consumo e a manutenção da sobrevivência. Já o outro, tratava como redistribuição de renda, indicando a inclusão e vislumbrando uma cidadania universal. Todavia, a escolha pautou-se pelos moldes neoliberais, pois vários atores foram se envolvendo, como os partidos políticos de várias ideologias, e o consenso foi pela manutenção da pobreza.

É relevante destacar que:

O neoliberalismo é impulsionado no governo Fernando Collor, intensifica-se e se consolida no governo Fernando Henrique Cardoso, expressa sua continuidade nos governos Lula e Dilma Rousseff e se aprofunda no governo ilegítimo de Michel Temer (STOPA, 2019, p.233).

Collor (1990-1992) já apresentava uma proposta para reestruturar a administração, seguindo o parâmetro neoliberal, que objetivava “diminuir a intervenção do Estado na economia e na vida dos cidadãos, por meio da redução do tamanho das máquinas burocráticas [...]” (SILVA, 2020, p.30).

No Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), a orientação política escolhida foi pela sintonia com o mercado e diminuição do Estado na esfera social, o que foi traduzido com o Programa Comunidade Solidária, que foi de encontro ao que estava sendo construído na assistência social em face à LOAS. A solidariedade trazia, ao então terceiro setor, a responsabilidade na execução do que deveria ser realizado pelo Estado, que ficaria com

função de fiscal dos recursos aplicados. Importante destacar que nesse momento houve a criação de programas de transferência de renda com condicionalidades e critérios de elegibilidade, como Bolsa Escola, Vale Gás, dentre outros.

Na era do Partido dos Trabalhadores (PT), inicialmente com Lula (2003-2011) e depois Dilma (2011-2016), ocorreram avanços quanto ao aparato legal objetivando a organização, estruturação e melhor gestão da política. Ainda assim, a tônica adotada continuou sendo neoliberal, em um acordo entre a burguesia política, a burguesia monopólica e a classe trabalhadora que interagem em um jogo de democracia de cooptação²³. De forma breve, porém não menos danosa, assume o governo em 2016, após um golpe sofrido por Dilma, Michel Temer que fica até 1 de janeiro de 2019 na presidência, deixando uma marca bem profunda na esfera social: o congelamento de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016 (Teto de Gastos); e o resgate da figura do primeiro-damismo na representação do Programa Criança Feliz, que demarca a não responsabilidade estatal, prioriza a descentralização e precarização do trabalho²⁴ (SILVA, 2020).

Logo, com a EC 95 se estabeleceu um novo regime tributário, e foi aprovado que nenhum investimento em áreas sociais poderá exceder o reajuste inflacionário por vinte anos (2017-2036), com a justificativa de evitar o crescimento da relação dívida pública/PIB por meio da contenção das despesas. Isso posto, foi realizada uma projeção das atividades de responsabilidade do ministério gestor dessa política – por meio da Nota Técnica nº 27 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – e foi identificado que não houve atenção quanto às possíveis mudanças socioeconômicas no cenário idealizado para o planejamento das ações frente as imposições da EC.

Resumidamente, em um cenário base (levando em consideração o cenário vigente no ministério gestor) quanto ao Benefício de Prestação Continuada²⁵ (BPC), em que foram consideradas as regras de concessão já vigentes, o valor já pago (um salário mínimo), o envelhecimento da população e a quantidade de benefícios emitidos em junho de 2016, que foram 4,5 milhões. Já referente ao Programa Bolsa Família (PBF), a média do quantitativo de beneficiários de 2012 a 2016 – 13 milhões – sem ganhos reais frente à inflação e muito menos previsão de um possível crescimento de famílias em situação de pobreza em decorrência das

²³ “[...] poderia oferecer pouco aos trabalhadores em troca de sua aceitação da ordem burguesa, mas mesmo este pouco seria considerado muito pelos setores burgueses no controle do Estado” (IASI, 2017, p. 10).

²⁴ Para mais informações buscar Nota Pública do CFESS: Por que dizer não ao Programa Criança Feliz.

²⁵ A Lei 8742 de 1993 prevê em seu Art. 20. “O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção”.

oscilações do mercado de trabalho por exemplo. Os outros serviços e ações foram projetados em observância da renda per capita vigente em 2016²⁶.

Desse novo regime fiscal (NRF), extrai-se que, mesmo com essa projeção realizada, o que prevalece é despesa autorizada (cenário baseado no NRF), ou seja, representa perda para a política de assistencial social, e também dificultará a expansão dos serviços. Faz-se um adendo, que o cenário base, exposto anteriormente, ainda não era o ideal.

A figura seguinte mostra as perdas estimadas para a Assistência Social ao longo desse congelamento (2017 a 2036), sendo que, em 20 anos chega a mais de 860 milhões.

Figura 6 - Perdas estimadas para a Assistência Social

Ano	Despesa Cenário Base (A)	Despesa Cenário NRF (B)	Perda estimada (C-B-A)	
			em R\$ milhões 2016 (C)	% (D=C/A)
2017	85.646,38	79.052,09	- 6.594,29	-8%
2018	87.657,64	79.297,59	- 8.360,05	-10%
2019	90.239,05	79.462,35	- 10.776,70	-12%
2020	93.094,06	80.088,05	- 13.006,01	-14%
2021	96.710,01	80.088,05	- 16.621,95	-17%
2022	100.510,11	80.088,05	- 20.422,06	-20%
2023	104.492,43	80.088,05	- 24.404,38	-23%
2024	108.672,08	80.088,05	- 28.584,02	-26%
2025	113.042,91	80.088,05	- 32.954,85	-29%
2026	117.617,91	80.088,05	- 37.529,86	-32%
2027	122.403,08	80.088,05	- 42.315,03	-35%
2028	127.391,18	80.088,05	- 47.303,12	-37%
2029	132.567,22	80.088,05	- 52.479,16	-40%
2030	137.912,70	80.088,05	- 57.824,65	-42%
2031	143.434,45	80.088,05	- 63.346,39	-44%
2032	149.139,74	80.088,05	- 69.051,69	-46%
2033	155.023,83	80.088,05	- 74.935,78	-48%
2034	161.096,52	80.088,05	- 81.008,46	-50%
2035	167.360,76	80.088,05	- 87.272,70	-52%
2036	173.820,55	80.088,05	- 93.732,49	-54%
Perda acumuladas em 10 anos (2017 a 2026)			-199.254,17	
Perda acumuladas em 20 anos (2017 a 2036)			-868.523,66	

Fonte: IPEA, 2016.

Esse corte de gastos representou o desmonte e o retrocesso na proteção social, somando-se à reforma da previdência. Nas palavras de Campos e Ferraz (2020, p. 23), “um verdadeiro ataque normativo-jurídico despontou de forma acelerada para fazer ruir qualquer pretensão intencionalidade de dar ao capital uma face mais humana no Brasil [...]”.

Por conseguinte, conforme, Wanderley, Sant’Ana e Martinelli (2019, p. 209) “o ano de 2019 marca a chegada ao poder, pelo voto direto, de um presidente ultraconservador, Jair Messias Bolsonaro, que traz no seu plano de governo uma proposta econômica radicalmente

²⁶Razão entre a dotação orçamentária da função Assistência Social e a estimativa populacional produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em agosto de 2016 (com data de referência em 1º de julho de 2016, para saber mais consultar nota técnica que versa sobre orçamentos das Unidades da Federação na Função Assistência Social, disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2016/12/NotaT%C3%A9cnica-Estados-2016.pdf>.

liberal”, dando continuidade às políticas do seu antecessor, Michel Temer. Significativo salientar que sua campanha se pautou pelo ódio à esquerda, ao resgate da “moral e dos bons costumes”, manutenção da família tradicional, banalização da violência, religiosidade e um discurso deslocado do real sobre o comunismo e ciência. Inaugura-se, também, um período no qual se identifica claramente uma ofensiva à democracia, aos moldes da Ditadura Militar de 1964.

O quadro ministerial é constituído, basicamente, por duas alas: a militar e a ideológica, e nem sempre estão de acordo, o que gera confusões, distrações e até mesmo situações pouco comuns, ou até mesmo vergonhosas para a Presidência.

O Governo centraliza suas ações no desmonte e desregulamentação de direitos, sob o lema: menos direitos e mais trabalho, seguindo alinhado “com o governo americano e seus interesses neofascistas” (SANTOS, 2019, p.490).

Logo, a seguridade acaba se tornando um estorvo no meio do caminho do “desenvolvimento”, pois cada um, dentro dessa lógica, é responsável por suas necessidades básicas, não tendo o Estado que arcar com esse ônus. Esse Governo ultraconservador conduz à percepção de que a exploração do capital não é vista como injustiça, mas sim como impulsionador da economia (COUTO, 2010).

Afora isso, uma baliza importante na história do reconhecimento da Assistência Social como política pública foi, em 2004, a criação de um Ministério para a sua gestão e construção do SUAS. No entanto, no Governo Bolsonaro, a assistência social passou a fazer parte, junto com as pastas do Esporte e da Cultura, do Ministério da Cidadania.

Faz-se uso do pensamento de Couto, (2015), para contribuir com esse debate, pois a autora destaca que a presença do pensamento conservador dificulta uma intervenção pautada no reconhecimento da luta por direitos e acesso a riquezas socialmente produzidas. Deste modo, os sujeitos são vistos como culpados por sua situação de carência, em um mundo onde a meritocracia dita as regras, pessoas que se encontram recebendo um benefício assistencial são vistas como vagabundos, dependentes e até mesmo criminosos, o que deixa bem evidente a tentativa de desqualificar o sujeito, enfraquecer a luta dos trabalhadores e despolitizar a assistência social.

Esse governo se direciona para a refilantropização, o voluntariado e o “chamado divino” na gestão das políticas. Além de satanizar a ciência, canonizar o capital e crucificar o trabalhador.

Em decorrência da pandemia do coronavírus surge a emergência, no Brasil, de um auxílio financeiro²⁷, objetivando o atendimento à população para suprir suas necessidades mais básicas, já que precisou reorganizar sua rotina pessoal e de trabalho, devido ao alto risco de contágio do vírus. Assim, por falta de gestão e conhecimento da estruturação do sistema, a política de assistência social foi relegada quanto a sua posição na proteção social, garantia de direitos e responsabilidade do Estado, uma vez que o auxílio foi repassado como bem-estar e ajuda aos pobres.

Esse panorama da política de assistência social foi necessário para entender como essa política surge, se organiza, é sistematizada e como está nos dias atuais, haja vista que o aporte neoliberal não ficou restrito aos governos no início dos anos 90, e isso dita os rumos que a assistência social toma. Neste sentido, a política da seguridade, de modo geral, vai se aprisionando na focalização, seletividade e mercantilização. A ideia fortemente difundida é a de que o aparato público não tem qualidade, e a privatização é a melhor alternativa para a população. Essa falácia contribuiu para quebra da seguridade, sucateamento das instituições e culpabilização dos servidores públicos de cargos efetivos.

Dessa forma, a cidadania do consumo se fortalece e deixa de lado o acesso universal garantido pela Constituição Federal de 1988 aos serviços da política de assistência social. Essa cidadania de consumo é embasada em uma ideologia tão perversa e ao mesmo tempo tão popular, que a classe que vive do trabalho passa a defender sem compreender, de fato, o seu significado.

2.1.1 As atividades complementares no âmbito da PNAS e a Sociedade Civil

O direcionamento neoliberal trouxe, conforme descrito anteriormente, cortes na esfera social, privatizações, seletividade e a descentralização administrativa. Todos esses aspectos se conformaram sob a bandeira da necessidade de modernizar a gestão do Estado.

Desta maneira, em 1995 foi criado o Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) que foi o responsável pela organização e estruturação dessas mudanças na administração pública por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.

[...] Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1995, p. 6).

²⁷Lei Federal nº 13.982, de 02 de abril de 2020.

No trecho extraído do plano, identifica-se que, de fato, a intenção pretendida era justificar o aporte neoliberal, a opção por privilegiar a economia e tentar conseguir o apoio popular. Afora isso, outros trechos deixam bem claros a pressão sobre o servidor público “[...] os bons funcionários, que constituem a maioria absoluta, nada têm a temer” (Ibid, p. 7).

De modo breve, serão aqui descritos os dois modelos de gestão (Patrimonialista e Burocrática) adotados no Brasil, para que se possa compreender o cenário desenhado por esse plano, pois sua “emergência” visou guiar a administração pública à modernidade e superar esses modelos até então usados. Então, essa modernidade chegaria com a Administração Gerencial.

O primeiro deles é o Patrimonialista, que colocava o Estado como uma extensão do soberano, com presença significativa do nepotismo e corrupção. E o outro, o Burocrático, o qual o Estado acabava deixando de lado seu papel de servir a sociedade e se prendia a controles rígidos dos processos, hierarquia e formalismos.

Assim, a Administração Gerencial surge para substituir essas formas de gestão e visava:

a) definição precisa dos objetivos que o administrador público deve atingir em sua unidade; b) a garantia da autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros; c) a cobrança a posteriori dos resultados; d) a descentralização; e) a permeabilidade aos anseios da sociedade; f) a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços públicos; g) a ênfase nos resultados alcançados, mais do que nos processos internos (TEIXEIRA, 2009, p.12).

A princípio, era imperioso estruturar as ações da administração pública para evitar distorções do papel do Estado. Logo, foram divididas em núcleos: atividades exclusivas do Estado; serviços não exclusivos do Estado; e produção de bens e serviços para o mercado. Tudo isso apoiado no discurso da busca pela eficiência e qualidade.

As organizações do chamado terceiro setor²⁸ “seriam constituídas pela esfera privada, com a diferença de que esta buscaria interesses públicos” (CALEGARE; SILVA JUNIOR, 2009, p. 140).

Todavia, não se pode afirmar que se tratam apenas de organizações privadas com interesses públicos, pois se torna uma visão simplória e deslocada da totalidade, é necessário situar ideologicamente esse termo, já que foi pensado por intelectuais orgânicos do capital, ou seja, foi criado para servir a esse capital. Também, não pode ser visto como elemento estanque/

²⁸ Termo advindo dos Estados Unidos, pois a partir dos anos de 1950 as instituições que praticavam a filantropia e caridade foram reconhecidas. Foi a invenção do “sem fins lucrativos” (*nonprofit sector*). Mais tarde, a partir de 1970, essas instituições tornaram-se um setor importante dentro da sociedade, então nasce o termo *Third Sector* (CALEGARE; SILVA JUNIOR, 2009).

segmentado que compõe um todo (moldes neoliberais) que faz parte da estrutura da sociedade – primeiro setor (Estado), segundo setor (Mercado) e terceiro setor (Sociedade Civil). Na verdade, trata-se de uma forma de responder às demandas provenientes da questão social (novas expressões) no processo de reestruturação do capital, sinalizando para a desresponsabilização do Estado e direcionando para a família, comunidade e setor privado o provimento do bem-estar social (MONTAÑO, 2003).

Caberia, então, ao Estado “um papel de coordenador suplementar das políticas públicas” (BEHRING, 2008 apud PINHO JUNIOR, 2016, p. 245). Esse modelo passa apenas a acompanhar “a distância” a manutenção das expressões da questão social, haja vista que o terceiro setor não pode e não deve dar conta sozinho da proteção social. Vale ressaltar que suas ações estão, nos termos de Montaña (2003, p. 195), em “microespaços isolados”, desconexas da esfera nacional e assim acabam sendo pontuais (mesmo tendo bons resultados), o que demonstra a emergência do Estado em assumir o seu papel.

Aqui, após essa breve explicação quanto ao porquê da adoção do terceiro setor, destacam-se como as atividades complementares na Política de Assistência Social são desenvolvidas e organizadas.

Destarte, a Política Nacional de Assistência Social, em seu escopo, identifica dois papéis da sociedade civil enquanto partícipe de suas ações: primeiro como controle social “enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado” (BRASIL, 2005, p.51); e como parceira “na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios” (Ibid, p. 47).

Desta forma, a discussão aqui realizada será direcionada para a melhor compreensão desta última função descrita anteriormente, a participação como parceira nas ações da política de assistência social. Nessa perspectiva, é oportuno que seja explicado, em conformidade com a legislação, como essa participação acontece.

A LOAS destaca em seus artigos que:

Art. 3º. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 9º O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

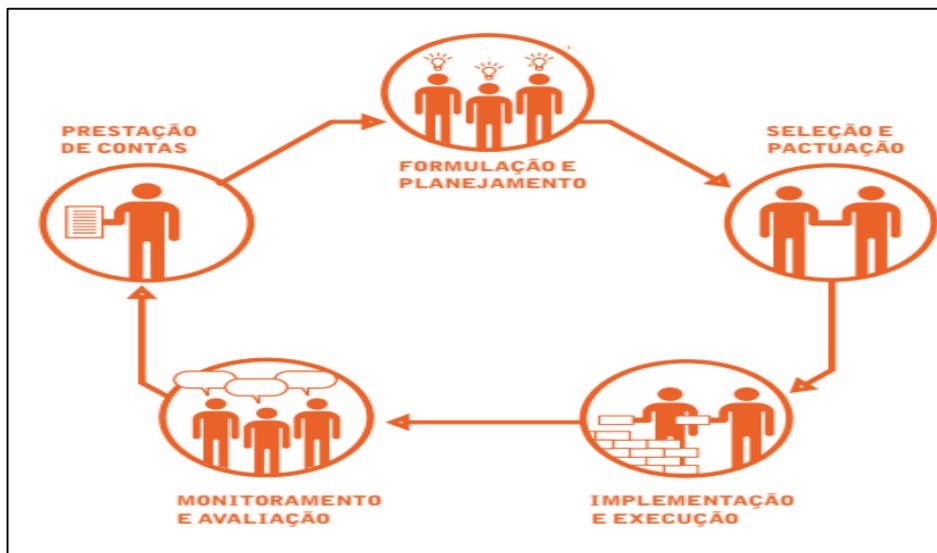
Art. 19. Compete ao órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social: XI - coordenar e manter

atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, em articulação com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

Importante observar também, nessa composição, a resolução Nº 21 de 2016 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que estabelece como essa parceria é celebrada, observando a Lei nº 13.019, de 2014, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que indica em sua ementa que “o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público [...]” (BRASÍLIA, 2016, p. 67).

O MROSC amplia a segurança jurídica nas relações de parcerias para as organizações, traz novas formas de se estruturarem para estarem aptas a celebrações de contratos. Assim como a administração pública possui contrapartidas para que se efetive essa relação. Na figura seguinte, observa-se essa relação e suas etapas.

Figura 7 - Cinco etapas principais da realização da parceria Estado e OSC



Fonte: MROSC, 2016.

Assim sendo, entende-se que para fazer parte desse sistema (SUAS), é primeiramente necessário que a instituição se enquadre, segundo o entendimento da legislação, como entidade/organização de assistência social, posteriormente a inscrição em um Conselho Municipal ou do Distrito Federal, se for o caso, e estar cadastrada no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS).

Afora isso, essa inscrição no Conselho de Assistência Social é regulamentada pela Resolução nº.14 de 2014 do Conselho Nacional de Assistência Social. Segundo informações colhidas na página oficial do Ministério da Cidadania (2020):

A inscrição é a autorização de funcionamento concedida pelo poder público para as organizações da sociedade civil [...]

- a) atuem exclusivamente com a política de assistência social, sendo inscritas como entidades e organizações de assistência social;
- b) atuem exclusivamente com a política de assistência social fora do município sede. Nesse caso, somente a(s) oferta(s) executada(s) será(ão) inscrita(s);
- c) atuem em outras políticas e executem ofertas socioassistenciais (serviços, programas, projetos e benefícios). Neste caso, será(ão) inscrita(s) apenas a(s) ação(ões) realizada(s).

Em um panorama mais geral e melhor explicitado, essa resolução enumera os tipos de entidade conforme sua linha de atuação, que podem ser isoladas ou cumulativas de atendimento, de assessoramento, de defesa e garantia de direitos. Sendo, em conformidade com o artigo 3º da LOAS (1993, p. 1):

§ 1º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 2º São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

§ 3º São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

Todavia, de acordo com Sposati (2009, p. 36):

Embora, pela Loas, caiba aos conselhos municipais a inscrição de uma organização/entidade para atuar no campo da assistência social, o dispositivo não é impeditivo de sua instalação e funcionamento. Apenas é um passo fundamental para que essa organização obtenha reconhecimento na própria política pública de assistência social.

Por conseguinte, excetuando o PAIF e o PAEFI que são exclusivamente desenvolvidos pelo Estado no CRAS e CREAS, os outros serviços descritos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais podem ser executados pela sociedade civil, porém, precisam ser referenciados ao equipamento correspondente - CRAS ou CREAS.

Atualmente, segundo Andrade *et al.* (2017), a intersetorialidade está sendo colocada como papel principal da esfera privada na execução dos serviços, no entanto, deveria ser apenas de forma complementar, segundo a legislação, haja vista a primazia estatal. Destarte, a lógica capitalista precisa da mão do Estado na oferta das políticas, porém os gastos não devem ser demasiados para não obstaculizar seu crescimento, é assim que a esfera privada ganha espaço nessa equação.

2.1.2 Os usuários da Política de Assistência Social

A Constituição de 1988, como já citado anteriormente, sai do campo da meritocracia para o campo da seguridade, amplia os direitos sociais e institui a universalização e com isso, alarga o público dessa política, quando traz em seu texto que a assistência social será estendida **a quem dela necessitar.**

Por conseguinte, a LOAS identifica como um dos seus objetivos a proteção social a “segmentos populacionais definidos por gênero ou faixa etárias” (SILVA, 2014, p. 31) – proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Já a PNAS ratifica de forma mais explicativa e ampliada o que diz a Constituição, trazendo a definição de usuário:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Por conseguinte, a assistência social tem marcas (distorções) históricas que a acompanham e acabam caracterizando o seu usuário, posto que, é acionada pelo Estado no trato da questão social.

Yazbek (2018) pontua essas distorções que fazem a política ser vista fora do arcabouço normativo da garantia de direitos, e conseqüentemente deixam o usuário à margem do respeito e da dignidade: a primeira delas é a matriz do favor, da troca, do paternalismo, do comprovadamente necessitado e da culpabilização; a outra distorção remete à esfera da filantropia e das ações pontuais assistencialistas, despidas de estruturação e profissionalização; e por fim, o local que ocupa enquanto parte da administração pública, ou seja, seu desprivilegio quanto à primazia do Estado no financiamento e na condução de suas ações.

Desta forma, o usuário da assistência social carrega um estigma histórico, oriundo da herança conservadora que o caracteriza como pobre, carente, vagabundo, dependente, subalterno, excluído. Na verdade, esse usuário é àquele que faz parte de uma sociedade capitalista e sofre suas mais duras conseqüências (SILVA, 2014).

Contudo, é necessário compreender que o público demandatário da política em questão é permeado por categorias que se complementam e proporcionam um melhor entendimento quanto ao lugar que ocupam na sociedade, além de incitar uma reflexão a respeito das relações político-sociais presentes. Estas categorias são pobreza, subalternidade e exclusão.

Isto posto, a pobreza, na maioria das vezes, é categorizada pela ausência de renda e escassez de subsistência, porém possui multidimensionalidade, sendo uma categoria política, pois denota “carência de direitos, oportunidades, informações, de possibilidades e de esperança” (YAZBEK, 2010, p. 153).

Destaca-se a centralidade na esfera do trabalho e suas transformações, como um dos elementos de análise da pobreza na contemporaneidade, pois o capitalismo é um produtor da pobreza, uma vez que se alicerça na exploração e na concentração de riquezas. Desse modo, a sociedade vai se relacionando e naturalizando a pobreza, haja vista a ideologia propagada de que é saudável para o seu desenvolvimento que exista um lado desfavorecido, pois assim os integrantes desse lado se tornam aptos para a cooptação por parte da burguesia. Burguesia esta, que culpabiliza o pobre “[...] a pessoa quer receber a comida, a roupa, ela quer uma ajuda, e não quer ter responsabilidade, e isso tá muito errado [...]” (CUT, 2020, on-line)²⁹. Uma observação relevante, é que o pobre, no seu imaginário, almeja uma “ascensão social” (SILVA, 2014, p. 47) por meio da esfera do trabalho.

Essa naturalização/banalização da pobreza descaracteriza a sua dimensão política e relega esse sujeito à exclusão. Nesta perspectiva, na abordagem da categoria exclusão, a gradação da pobreza se torna um indicador importante, ou seja, a variável econômica dos

²⁹Trecho extraído do diálogo entre a primeira-dama de São Paulo, Bia Doria, e a intitulada socialite Val Marchiori, em 3 de julho do corrente ano.

sujeitos é que vai ditar o que esse pode ou não acessar dos recursos disponíveis (transporte, educação, moradia, dentre outros) para se sentir incluído na sociedade. Essa exclusão, do que a riqueza socialmente produzida pode alcançar, conduz a subalternidade que resulta em características próprias dessas pessoas, que são materializadas no modo de vestir, de falar, de agir, dentre outras, e acabam sendo rotuladas como qualidades negativas pela burguesia (YAZBEK, 2018).

Acrescenta-se também, conforme Cardoso (1995 apud TOLEDO, 2017, p. 230) que: “a condição de subalternidade está ligada ao lugar ocupado pelos segmentos de classe nas relações de produção na sociedade capitalista, determinando as demais formas de dominação, seja política ou ideológica”.

Na organização da assistência social, a partir da PNAS como já supracitado, surgem dois termos que identificam os usuários no acesso às proteções (básica e especial) segundo a garantia ou violações de direitos: Risco social e Vulnerabilidade social.

Na conexão com a política, tanto o risco como a vulnerabilidade possuem gradação, “os sujeitos podem ser mais ou menos expostos, mais ou menos atingidos” (SPOSATI, 2009 apud ALVARENGA, 2012, p. 64) e por isso as proteções afiançadas podem ser diferentes para cada destinatário.

A respeito do conceito de risco, Sposati (2009) faz uma correlação com vários campos que são geradores de risco no cotidiano das pessoas, evidenciando também sua amplitude, são eles: separação espacial; fatores oriundos da convivência familiar e comunitária; contingências da natureza; intolerância/ preconceito (etnias, gênero, orientação sexual e religião) e desigualdade socioeconômica. Porém, destaca o papel selvagem desempenhado pelo capital, pois produz expropriações – natureza e homem, e isso coloca a vida dos trabalhadores em risco e se desdobra em vulnerabilidades. Assim, afirma que todos são suscetíveis a riscos, todavia, a sua condição de vida vai dizer como isso vai ser sentido e como vai ser enfrentado, parte-se do entendimento que os riscos expõem às vulnerabilidades. Defende também, que para trabalhar com as situações que envolvem risco é importante conhecer “as incidências, as causalidades, as dimensões dos danos para estimar a possibilidade de reparação e superação, o grau de agressão do risco, o grau de vulnerabilidade/resistência ao risco” (p. 29).

Dessa maneira, “o exame da vulnerabilidade social diz respeito à densidade e à intensidade de condições que portam pessoas e famílias para reagir e enfrentar um risco, ou mesmo, de sofrer menos danos em face de um risco” (Idem, p. 35). Logo, a vulnerabilidade não pode ser vista apenas como mero sinônimo de fragilidade, é imperioso que sirva para acionar a função preventiva da política e trabalhar não só as potencialidades do usuário, mas sobretudo,

avançar quanto a garantia e ao reconhecimento como portador de direitos, objetivando a ruptura com os estigmas do usuário da assistência, e ir além da esfera assistencialista de favor e cooptação.

Tendo em vista os aspectos observados sobre o público demandatário da assistência social, nos termos de Silva (2014), tais conceitos que constam expressamente no texto das normas (risco e vulnerabilidade) não foram explicados claramente e com isso se abrem possibilidades para diversos entendimentos.

Acredita-se que a focalização desse público ainda é muito presente, e pode limitar o acesso à política, haja vista que o público não é mais o “tradicional”, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, ditam o rumo da vida social e cabe ao Estado organizar suas ações para atender essa demanda. Especialmente em 2020, com a Pandemia do Covid-19, pessoas que antes não eram consideradas usuárias da assistência passaram a buscar orientações e benefícios. O que se conclui desse quadro atual é que a universalização promovida pela Constituição se ratifica (quem dela necessitar), porém sem uma configuração de direito por parte do Governo Federal, de forma superficial e politiquera. Todavia, não é pretensão deste trabalho tecer um debate sobre esse momento, apenas se realiza uma observação quanto ao papel representado pela referida política.

Enfim, a universalidade deixa claro que para ter acesso a essa política basta apenas dela necessitar independentemente do território onde vivem, de comprovação e muito menos nacionalidade, basta ser reconhecido como sujeito de direitos, o cidadão usuário.

2.2 A Centralidade da Assistência Social na garantia de direitos dos refugiados e imigrantes venezuelanos

A assistência social procurou ampliar suas ações socioassistenciais, em meio ao contexto do aumento das demandas oriundas do deslocamento dos venezuelanos, visto que, um dos seus princípios preconizam a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais em um parâmetro de garantias, contemplando as seguranças cobertas pela Política Nacional de Assistência.

Emergencialmente, essa política precisou priorizar a expansão da rede de serviços de acolhimento, sublinhando aqui o serviço de acolhimento para adultos e famílias, englobado na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Esse serviço garante que as necessidades prementes sejam atendidas para que os usuários não fiquem em condição de rua, preconiza também, a privacidade, respeito aos costumes e tradições, com um direcionamento para a

prestação de um atendimento personalizado, bem como, favorecer o convívio familiar e comunitário, dentro de um ambiente participativo e coletivo.

Com efeito, é substancial reconhecer que essa política está se delineando referente à demanda de fluxos migratórios desde o sismo ocorrido no Haiti, em 2010, levando seus habitantes a migrarem para buscar melhores condições de vida. Foram então realizadas ações que contribuíssem para o atendimento a esse público. Embaixadas, prioritariamente, pela LOAS em seus artigos 12, 13, 14 e 15 que tratam do atendimento em caráter emergencial.

Art. 12. Compete à União:

III - atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.

Art. 13. Compete aos Estados:

III - atender, em conjunto com os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;

Art. 14. Compete ao Distrito Federal:

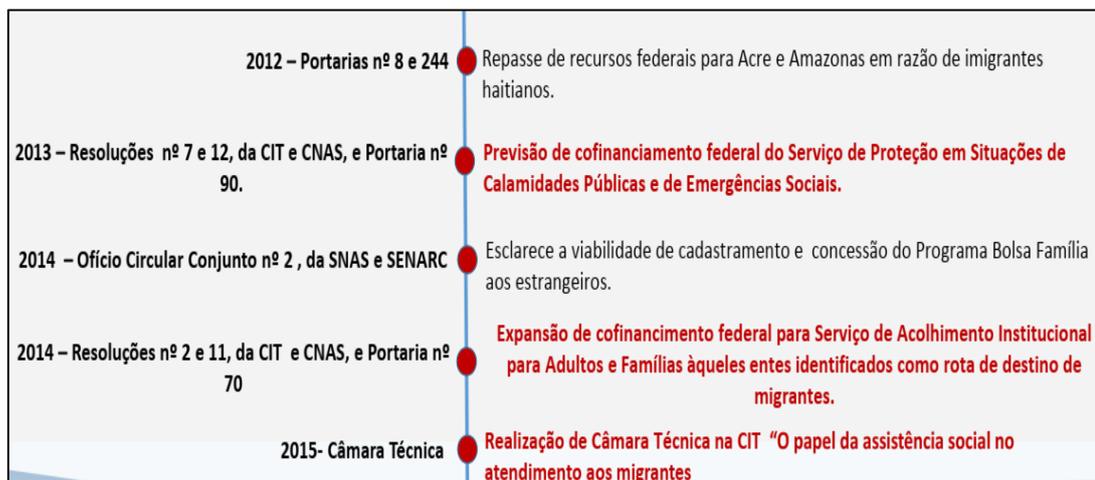
IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

Art. 15. Compete aos Municípios:

IV - atender às ações assistenciais de caráter de emergência

Neste sentido, a figura seguinte identifica o caminho legal utilizado na promoção do atendimento aos haitianos, que mais tarde vai conformar, juntamente com outras normativas, o atendimento aos venezuelanos.

Figura 8 - Histórico de atuação da SNAS no contexto dos fluxos migratórios.



Fonte: Ministério da Cidadania, 2019.

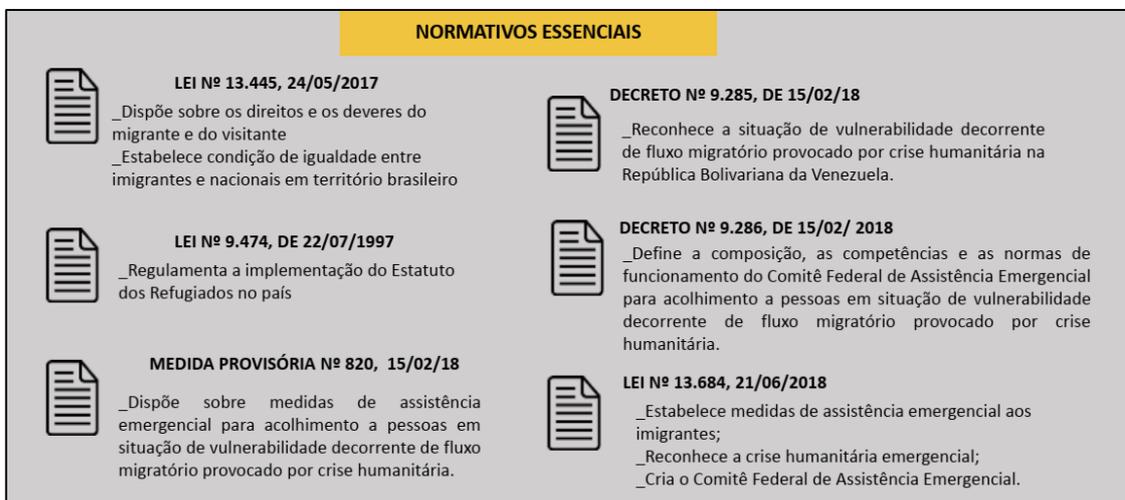
Nessa direção, a partir de 2016 com a intensificação do fluxo migratório proveniente da Venezuela, surgem outras medidas legais que dão concretude aos serviços destinados a esse público, uma vez que o Estado de Roraima não estava conseguindo ter efetividade em suas

ações, em virtude da ausência de estrutura física, quantitativo baixo de recursos humanos, deficiência orçamentária e problemas de segurança pública.

A operacionalização da política de assistência social deve a partir do conceito de proteção integral desse migrante³⁰, vislumbrar uma conjuntura de não isolamento e muito menos messiânica, tendo na intersetorialidade um aporte estratégico que vai contribuir na escolha de um direcionamento.

Por conseguinte, é possível visualizar na figura 9 os principais documentos normativos que são essenciais para a garantia e promoção de direitos.

Figura 9 - Normativos Essenciais.



Fonte: Ministério da Cidadania, 2019.

Destaca-se nesse âmbito, a lei nº 13.684 de 2018 que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, que tem o objetivo de:

Articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos (BRASIL, 2018a, p. 1).

Um fato significativo para a proteção básica é o acesso do estrangeiro ao BPC. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o estrangeiro residente no país pode ter acesso ao benefício. Tal decisão foi embasada no artigo 5º da Constituição, que versa sobre a igualdade

³⁰ O termo migrante empregado se refere tanto ao imigrante quanto ao refugiado e também ao solicitante de refúgio.

dos direitos para brasileiros e pessoas de outras nacionalidades, haja vista que o Decreto nº 6.214/2007 negava essa prerrogativa³¹.

Destarte, é fundamental que o atendimento aos imigrantes e refugiados da Venezuela perpassse todos os níveis de proteção – básica e especial, de acordo com seus carecimentos. Todavia, a proteção social especial será melhor detalhada neste trabalho, tendo em vista ser a responsável pela disponibilização do serviço de acolhimento.

Outra importante conquista foi a abertura para o Programa Bolsa Família, desde que se enquadrem no perfil estipulado e estejam inscritos no Cadastro Único.

Para tanto, é fundamental destacar também quanto à competência local, o Plano Estadual de Política Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos do Refugiados, Migrantes e Apátridas do Amazonas, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – Decreto 39.317/ 2018, o qual descreve e divide as responsabilidades de cada eixo temático (setor), dentro do período de 2018 a 2020. Os eixos citados são: saúde, educação, habitação, assistência social, formação, trabalho e renda, produção de informações e direitos humanos. Especificamente, para este trabalho, no corpo do texto será apenas detalhado o eixo referente à assistência social.

Logo, esse eixo tem como objetivo geral garantir a oferta de serviços socioassistenciais à população migrante com vistas a sua autonomia e inclusão social. Assim, contempla oito linhas de atuação: 1) inserir no cadastro único as famílias em vulnerabilidade social; 2) considerar que a rede de atendimento socioassistencial ofereça seus serviços respeitando suas especificidades; 3) garantir o acolhimento institucional; ampliar os espaços de acolhida transitória; 4) elaborar manual com as informações necessárias aos migrantes; 5) assegurar a participação nos espaços de controle social; 6) garantir o atendimento socioassistencial; 7) garantir a inclusão; e 8) fomentar a autonomia em articulação com a rede SUAS e demais instituições privadas e/ou públicas.

Pontua-se que tais linhas de atuação estão sob a responsabilidade, conforme plano, das secretarias municipais de assistência social. Vale ressaltar que o acolhimento institucional também é ofertado pelo Governo do Estado.

Desta forma, em 2019, a Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas (Seas) elaborou um plano referente à organização do atendimento ofertado a esse público. Esse plano foi estruturado tendo o seu período de execução de agosto de 2019 até janeiro de 2020 e desenvolvido em quatro etapas:

³¹ O Recurso Extraordinário 587970 – STF, de 20 de abril de 2017.

- 1) acolhida humanizada, construção do Plano Individual de Atendimento e encaminhamentos para inclusão em serviços e benefícios;
- 2) mapeamento da rede e estruturação de um fluxo de atendimento;
- 3) inclusão no mercado de trabalho; e
- 4) avaliação técnica.

Portanto, a política de assistência social precisou articular seus instrumentos para auxiliar na ressignificação de seus serviços, objetivando apresentar ações que possam ser de fato concretas quanto às especificidades desse público, para que se obtenha êxito na intervenção.

2.2.1 Proteção Social Especial: da inclusão emergencial ao debate sobre ações permanentes

Da atenção emergencial e transitória quanto à migração haitiana, para o atendimento mais expressivo aos venezuelanos, ocorreu uma significativa mudança de paradigma, principalmente quanto ao marco legal, como explicitado anteriormente, a Lei de Migração muda a concepção de “ameaça” à segurança nacional, para o alinhamento internacional referente aos direitos humanos.

Esse cenário de mudanças pode ser observado na orientação voltada para o atendimento aos migrantes de 2016 elaborado pelo então Ministério de Desenvolvimento e combate à Fome (MDS), quando os princípios dessa política foram reformulados apontando um direcionamento para a valorização, inclusão e respeito as especificidades desse público:

- a) Universalidade: todos os migrantes têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
- b) Gratuidade: a assistência social aos migrantes deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida;
- c) Integralidade da proteção social: o migrante tem direito a oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (com ressalvas para o Benefício de Prestação Continuada que é previsto apenas para brasileiros natos ou naturalizados, conforme estabelece o Decreto nº 6.214/2007);
- d) Intersetorialidade: a oferta de serviços socioassistenciais aos migrantes deve se pautar pela integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;
- e) Equidade: os serviços socioassistenciais ofertados aos migrantes devem levar em conta o respeito às diversidades nacionais, regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social (BRASIL, 2016, p.17).

Todavia, anterior à criação do SUAS, esses fluxos eram englobados no âmbito da população em situação de rua que necessitava de abrigo temporário em casas de passagem.

Naquela conjuntura, o migrante era percebido como o indivíduo ou família, nacional ou estrangeira, que migra entre territórios e que demandaria serviços de acolhimento temporário no que hoje se enquadraria na demanda espontânea em unidades de passagem, chamados na ocasião de abrigos ou albergues (PEROTTI, 2018, p.2)

Com a implantação do SUAS e a organização das ações, esse público passou a fazer parte do serviço de acolhimento voltado para adultos e famílias (BRASIL, 2016). Também contou com as diretrizes do serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, para que a política pudesse ser viabilizada. A partir disso, a política se adequa para que esses usuários fossem assistidos, com uma possível expansão ordenada e qualificada dos serviços.

Essa demanda mais expressiva de imigrantes e refugiados revela dificuldades antigas do sistema:

[...] concretizar o princípio da intersetorialidade; estabelecer uma dinâmica de trabalho em rede mais sólida e eficiente; fortalecer os processos internos no sentido da efetiva referência e contrarreferência entre níveis de proteção; ampliar as capacidades técnicas e de gestão com ênfase nos processos de trabalho no SUAS, na capacitação e estabilidade das equipes, na segurança financeira e estrutural para a implementação da política (PEROTTI, 2018, p. 12).

Acrescenta-se a isso, a necessidade de uma vigilância socioassistencial estruturada para a produção de conhecimentos, tendo como suporte a análise das relações entre necessidade, oferta de serviços, risco, vulnerabilidade e território, avaliando a capacidade protetiva das famílias. Haja vista, que após o desafio de receber, acolher e dar seguimento às questões, de competência dessa política, na conjuntura dos venezuelanos em um contexto de carências diferenciadas dos haitianos, a assistência social se delinea e alarga suas bases na construção de metodologias apoiadas em uma consciência humanitária.

Dessa maneira, reconhece-se na proteção social especial um dos instrumentos para o alcance da proteção integral por meio da oferta do serviço de acolhimento institucional, conforme explicitado anteriormente. Esse público necessita de um local seguro para se instalar e tentar vislumbrar alternativas para a sua nova condição de vida. Assim, destaca-se o serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias.

Esse serviço, consoante a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014, p. 44), tem como principais características:

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

Ainda de acordo com a tipificação (BRASIL, 2014, p.45) pode ser desenvolvido nas seguintes modalidades respectivamente em Abrigo Institucional e Casa de Passagem, a saber:

1. Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 pessoas por unidade e de quatro pessoas por quarto;
2. Atendimento em unidade institucional de passagem para a oferta de acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

A Proteção Social Especial é hoje, para além de suas características descritas anteriormente, um braço para a socialização e a adaptação dos imigrantes venezuelanos no Brasil, visto que, suas rotinas se cruzam e passam a fazer parte de um todo, que devem convergir e interagir, objetivando a criação de laços de pertencimento e dinâmicas que possam contribuir com essa nova forma de viver.

Os acolhimentos deixam de ser meros espaços para abrigo, para se tornarem o lar de muitas famílias e um local do recomeço.

Porém, para a sua função protetiva e para sua operacionalização, a existência de um olhar individual e cuidadoso para com esse público evita a classificação de violações como se fossem iguais e retílineas, isto é, cada pessoa/família, mesmo que aparentemente estejam vivendo a mesma problemática (saída de seu país), precisam ser assistidos dentro de suas particularidades.

A respeito disso, ressalta-se que nesses serviços estão presentes seguimentos distintos, e que têm direitos assegurados em virtude disso, ou seja, existem crianças, adolescentes, idosos, mulheres, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTQ+)³² e cada um demanda uma forma de resposta perante suas necessidades. No mais, essas particularidades devem ser vistas dentro desse arcabouço legal e normativo, e não em sua condição de estrangeiro.

Sublinha-se que “o serviço de atendimento aos migrantes é realizado, principalmente, nas unidades de acolhimento para adultos e famílias, não sendo excluídos migrantes de unidades

³² O símbolo + significa a existência de outras denominações que não estão representadas nesse acrônimo (CISCATE, 2019).

de outros públicos” (BRASIL, 2016, p. 16), melhor dizendo, não é adequado que exista a separação entre estrangeiros e brasileiros.

Importa informar que em Manaus, sob a gestão das esferas pública e privada, existem nove unidades de acolhimento voltadas para os venezuelanos não indígenas, sendo dois sob a responsabilidade do Estado, seis de responsabilidade da sociedade civil e um exclusivo na rodoviária de Manaus, para o público recém chegado, gerido pela Operação Acolhida com gestão compartilhada. Ressalta-se que o acolhimento Beato João Scalabrini se encontra em reforma.

Figura 10 - Serviço de Acolhimento para os venezuelanos em Manaus

	Abrigo (Capacidade)	Perfil
01	Jacamim (20)	Famílias ñ Indígenas, casos de proteção
02	Coroadó (200)	Famílias ñ indígenas
03	Casa do Migrante “ Beato João Scalabrini” (60)	Adultos ñ indígenas
04	Madre Assunta (20)	Adultos ñ indígenas, homens
05	Filhos Prediletos (14)	Adultos ñ indígenas, homens
06	Casa Miga	Adultos ñ indígenas, LGBTI
07	Oásis I (25) – under renovation	Famílias ñ indígenas
08	Oásis II (15)	Famílias ñ indígenas
09	PRA/Rodoviária (overlay)	

Fonte: Governo do Estado do Amazonas, 2020.

A figura mostra a configuração atual dos serviços de acolhimento. Ressalta-se que houve mudanças em relação ao cenário da pesquisa, pois o serviço de acolhimento Maria de Miranda Leão (fez parte do *loci* da pesquisa) não está mais em funcionamento³³.

Por conseguinte, os quadros 8 e 9 apresentam as ações que são voltadas para o público venezuelano em situação de acolhimento nos serviços pesquisados. Percebe-se uma gama de atividades realizadas pelas profissionais, em conjunto com outras instituições e outras categorias também.

A princípio, é imperativo conhecer o que a Tipificação diz sobre o atendimento:

³³ O serviço de acolhimento Maria de Miranda Leão não está mais em funcionamento, pois foi criado atender esse público no primeiro pico da pandemia em Manaus.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis (BRASIL, 2014, p. 44).

Acrescenta-se ainda os objetivos desse serviço (BRASIL, 2014, p.46):

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.

Dado esse horizonte no que tange ao atendimento, vê-se que nas narrativas a seguir, que a maioria dos serviços se direcionam pelo que é preconizado pelo SUAS, mesmo que de forma mais parcial, em alguns casos. Assim, caminha-se para um possível protagonismo, promoção e acesso a direitos.

Quadro 8 - Ações e os serviços ofertados aos venezuelanos.

Narrativas das assistentes sociais entrevistadas
Nós temos cursos profissionalizantes, que são ofertados por meios dos nossos parceiros [...] língua portuguesa, oferecemos curso de culinária vegana, [...] pelas dificuldades da revalidação dos diplomas deles, que muitas das vezes nem mesmo eles trazem esses documentos da Venezuela, nós fizemos uma parceria com o SESC, então os matriculamos e eles estão estudando desde o ensino fundamental e médio para poder tirar o diploma. Nós também encaminhamos para tirar os documentos necessários, NIS, cadastro no bolsa família, acompanhamos eles para tratamento de HIV/AIDS e ISTs no Hospital Tropical e outras doenças, se houver, temos aulas de Yoga e Fit Dance, curso de pintura em tecido, de língua inglesa e o preparatório para o vestibular [...] (Profissional A).
Acolhimento, alimentação, kit de higiene, atendimento de saúde, atendimento psicossocial, expedição de documentação, oficina de geração de renda, acompanhamento psicológico, reestruturação dos vínculos familiares, elaboração de currículo e encaminhamento ao mercado de trabalho (Profissional B).
Atendimento psicossocial, escuta qualificada em grupo e individual, orientação sobre seus direitos e deveres, encaminhamentos, [...] oficinas mini cursos, palestras (Profissional C).
Acolhimento Institucional (Profissional D).

Encaminhamento para o mercado de trabalho, atividades socioeducativas, encaminhamento para emissão de documentos pessoais, encaminhamento para o CRAS, atendimento psicológico e social (Profissional E).

Fazíamos muitos currículos, pesquisas em RH, orientação para ir fazer cadastro no SINE (Profissional F).
--

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

O trabalho desenvolvido pelas profissionais na perspectiva totalizante é fruto do reconhecimento da questão social como resultado do modelo capitalista. Não é por acaso que se adotou a teoria social de Marx para a compreensão das teias que envolvem a sociedade. As atribuições e competências do assistente social dão o suporte para desvendar a realidade, que na maioria das vezes, apresenta-se nebulosa.

Algumas competências são apontadas pelo CFESS (2011, p.18, grifo nosso) para o desenvolvimento do trabalho na assistência social:

- **apreensão crítica dos processos sociais** de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise **do movimento histórico da sociedade** brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, **nos cenários internacional e nacional**, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- **identificação das demandas** presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Os destaques realizados evidenciam como é relevante e contundente para a profissão o reconhecimento de seu projeto profissional. As competências vão se tornando palpáveis na medida em que são transformadas em respostas às expressões da questão social. Lógico, que as dimensões (ética-política, teórico-metodológica e técnico-operativa) devem se complementar para direcionar a ação.

Pelas narrativas apresentadas, nota-se uma preocupação latente (quadro 8) em relação ao fomento à empregabilidade e capacitação, que são ações também procuradas na rede de políticas para dar efetividade aos atendimentos. O atendimento psicossocial aparece também no cotidiano profissional e é até muito comum no âmbito da assistência social, porém vai muito além de atendimentos em conjunto, é apreender a multidimensionalidade do sujeito.

Importa dizer que “assumir uma atitude profissional que potencializa as ações dos sujeitos” (CEFESS, 2011, p. 34) denota não só um compromisso ético, mas também corrobora com a negação de posturas conservadoras na assistência social. Ouvir o usuário é respeitar sua

dignidade, o seu lugar de fala³⁴. Ações que promovam o autocuidado e a inclusão produtiva fazem parte dos objetivos específicos do serviço de acolhimento (BRASIL, 2014). Tais ações podem ser vistas nesses quadros (respeito ao idioma, participação em reuniões, realização de palestras com temáticas variadas, encaminhamento ao mercado de trabalho, suporte nas confecções de currículos, dentre outros).

O quadro 9 trata, especificamente, da participação social no interior desses serviços. A participação social tão comentada e na maioria das vezes, desconhecida, tem a prerrogativa de encurtar caminhos e alargar horizontes. Para os autores Rocha, Paiva e Carraro (2010, p. 255, grifo nosso) “[...] tal controle social tem sido **portador da utopia de superação** (grifo nosso) da herança autoritária no campo da pobreza e da desigualdade, porém, os limites são evidentes e crescentes”.

Diante dessa assertiva, hoje, isso é ainda mais preocupante, não como uma forma de impedir o poder público de realizar suas ações como demonstra o Presidente do Brasil³⁵ “nós queremos enxugar os conselhos, extinguir a grande maioria deles para que o governo possa funcionar” (MAZUÍ, 2019, on-line), mas sim de fortalecer o protagonismo do sujeito (individual e coletivo), criar locais permanentes de debates, firmar bases democráticas nas comunidades, ou seja, abrir um canal para aqueles “que lutam pelo reconhecimento da magnitude da vida humana e social em suas diferentes manifestações” (ROCHA; PAIVA; CARRARO, 2010, p. 256).

Salienta-se que no art. 5º do Código de Ética quanto aos deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: “a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais”.

Por conseguinte, a fala da profissional D, no quadro 8, limitou a finalidade do serviço de acolhimento ao sentido material/estrutural, e no quadro 9, observam-se as falas das profissionais D e E que dão visibilidade a um reducionismo nas ações de forma deslocada da realidade institucional e enfatiza a mera execução da política. Ademais, o assistente social guiado pela concepção crítica, munido de suas competências e arcabouço teórico e metodológico, mesmo diante da limitação do espaço ocupacional, tem capacidade de propor ações. Essas falas evidenciam uma preocupação enquanto categoria, pois o significado social que a profissão adquiriu ao longo dos anos acaba sendo minimizado nesses casos.

³⁴ “Não se trata, portanto, de afirmar experiências individuais, e, sim, entender como o lugar social que certos grupos ocupam implica na forma de caminhar pela vida” (SANTOS, 2019, p.361).

³⁵ O Presidente Jair Bolsonaro deu uma declaração, em 2019, informando que os Conselhos impediam o governo de trabalhar.

A respeito disto, faz-se uso das palavras de Raichelis (2010) que analisa o trabalho na assistência social e afirma que, a partir da sistematização da política, novas oportunidades de trabalho foram criadas, todavia para responder às requisições que foram surgindo, fez-se necessário desenvolver novas habilidades na perspectiva crítica da profissão. No entanto, a exigência vem com o pano de fundo burocrático, produtivista e “competente” solicitado pela esfera do trabalho. Soma-se a esses aspectos a relativa autonomia do profissional, pressão da precarização e desmonte de direitos trabalhistas, tudo isso em um cenário onde a pjetização³⁶ é vista como uma das saídas para não ser excluído do mercado de trabalho. Todavia, o papel de executor terminal de políticas é uma característica a ser ultrapassada pela profissão (NETTO, 2005).

Quadro 9 - Participação social dos venezuelanos na tomada de decisões.

Narrativas das assistentes sociais entrevistadas
Nós temos um Plano de Trabalho Individual, construímos juntos com eles, quando os mesmos chegam [...], nesse plano colocamos as metas que eles têm em relação à vida que pretendem construir aqui em Manaus. O plano inclui cinco eixos principais: documentação, educação, saúde, qualificação profissional e empregabilidade. E buscamos trabalhar com foco nessas metas, para que eles saiam [...] empoderados e qualificados para o mercado de trabalho, com um emprego e assim, ter meios para se sustentar e construir um novo projeto de vida (Profissional A).
Vídeos informativos, em espanhol, para facilitar a comunicação (Profissional B).
São através de reuniões, com a equipe psicossocial da instituição, gestora e gerente [...], com a participação deles (Profissional C).
Na realidade, as políticas de acolhimento são determinadas pelo ACNUR e executadas pelo Abrigo (Profissional D).
No período em que estive lá não vivenciei nenhuma participação deles (Profissional E).
Foram realizadas reuniões, palestras, rodas de conversas, atendimentos individual e coletivo. Os temas eram diversificados: cidadania, saúde, higiene, direitos da criança e do adolescente, dentre outros (Profissional F).

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

³⁶“A origem deste termo é derivada da abreviação (PJ) de Pessoa Jurídica empresarial, e vem sendo utilizado pela doutrina e pelos tribunais para denominar a fraude no contrato de emprego. Assim, sucintamente, a ‘pejetização’ pode ser conceituada como uma prática trabalhista fraudulenta, utilizada para o desvirtuamento da relação de emprego efetivamente existente [...]” (KFOURI NETO; JUNIOR; SOUZA, 2019, p.2).

Outro aspecto que é corolário ao controle social é a desburocratização nos ambientes institucionais para contribuir com a qualidade dos serviços prestados. Essa concepção está presente no Código de Ética, também no art. 5º: “g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados”. A racionalidade envolvida na esfera burocrática não pode ser enxergada apenas pelo aspecto de rotinas e processos, pois “o princípio efetivo da burocracia é o culto à autoridade” (IAMAMOTO, 2009, p.17).

Ademais, o cotidiano é onde o trabalho profissional se desenvolve e torna-se premente repensar a forma como a burocracia se apresenta. Dessa forma:

[...] levando em consideração que muitos de seus instrumentos de intervenção perpassam pelo campo da documentação, identifica-se um risco iminente no cumprimento de protocolos, imposto pela necessidade de responder às demandas que emergem no seu cotidiano de trabalho de forma metódica e acelerada (FAERMANN; SILVA, 2015, p. 55).

Neste horizonte, esses afazeres burocráticos vão atravessando os processos de trabalho em que se inserem os assistentes sociais e podem sobressair ao plano de trabalho traçado.

Percebe-se nas falas das profissionais entrevistadas na pesquisa de campo (quadro 10), excetuando a profissional D, que a representação da burocracia ocorre externamente ao espaço institucional que ocupa.

Quadro 10 - Estratégias usadas para desburocratizar o atendimento.

	Narrativas das assistentes sociais entrevistadas
Rede Intersetorial (5)*	Conhecer a rede, se fazer presente em todas reuniões com nossos parceiros, o diálogo, ligar sempre antes de ir até o local [...] (Profissional A).
	Articulação com a rede de apoio, acompanhamento às instituições (Profissional B),
	[...] articulação com profissionais de outros órgãos voltados para o atendimento das políticas públicas, baseado na nova Lei de Migração (Profissional C).
	Articulação interinstitucional, rede de contatos e parceiros (Profissional E).
	Foram realizadas visitas institucionais para firmar parcerias (Profissional F).
	Não soube responder (Profissional D)

*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Isso é um dado importante, tanto para realizar uma avaliação em relação à rede institucional e à transversalidade das políticas e serviços, como também para o profissional, seja da esfera pública ou da privada, visando compreender os processos de alienação presentes em seu trabalho profissional. Pois, o trabalhador está sob os ditames do capital e, naturalmente, sente-se inseguro dentro dessa lógica excludente.

CAPÍTULO 3

O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: RESPOSTAS À DEMANDA VENEZUELANA

O presente capítulo aborda, como norte principal, o trabalho profissional do assistente social na política de assistência social perante o atendimento aos venezuelanos (refugiados e imigrantes) na proteção social especial. Para tal, inicia-se com a contextualização sobre a concepção da categoria trabalho no serviço social. Aborda-se que essa categoria é imprescindível para a compreensão do trabalho em si em um sociedade capitalista, pois é o cenário onde ocorrerá a intervenção profissional.

A partir disso, discute-se a luta sócio-histórica para a construção do projeto profissional, e se evidencia o caráter coletivo e democrático presente nesse projeto, tendo a liberdade como eixo central e a opção pela classe trabalhadora como destinatária de suas ações. Esse processo gerou rebatimentos tanto no âmbito da formação, como no âmbito do trabalho profissional. Por conseguinte, busca-se ainda pensar como se desenvolve o trabalho do assistente social no SUAS sob o enfoque das contradições do mundo capitalista e se destaca as configurações do acesso ao direito socioassistencial dos imigrantes e refugiados venezuelanos em Manaus.

3.1 O Serviço Social e a concepção de trabalho

A categoria trabalho passou a fazer parte da concepção do serviço social, não por acaso, pois conforme Iamamoto (2008) o trabalho é constitutivo do ser social e, por isso, central na vida dos homens. Ele é o meio utilizado pelo homem para transformar a natureza e transformar a si próprio, pois se adquire novas habilidades, além de dar outro sentido/utilidade àquela matéria, ou seja, produz valor de uso para atender às necessidades humanas, ancorado em uma dimensão teleológica, que faz o homem “projetar antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido” (Ibid., p. 60).

Logo, o trabalho como responsável pela sociabilidade humana se assenta na criação das relações interpessoais que surgem por meio dessa atividade, já que não a realiza de maneira

isolada. Vale ressaltar que pressupõe, também, a existência de uma dimensão ética no modo de direcionar essa atividade e seus resultados.

Porém, essa relação oriunda do trabalho é esvaziada quando, em uma sociedade capitalista, a relação de produção se torna mediatizada pelo mercado e apenas o que se enxerga são os lucros e a propriedade.

Em todas as fases de sua evolução, o homem despendeu energia físico-intelectual para tornar a natureza consumível, adaptada as suas necessidades. Assim, organizou e planejou o tempo e a distribuição do trabalho, pois a existência humana sempre exigiu esforço e dispêndio de força vital. No entanto, na sociabilidade capitalista as necessidades sociais estão separadas da produção. Nela os homens passam a se defrontar como produtores privados, formalmente independentes uns dos outros. O dispêndio físico-intelectual, o tempo e a distribuição do trabalho passam a ser destinados à valorização do capital e a produção de valores de uso, cujo acesso é mediado pelo mercado (SILVA, 2017, p.5).

Assim, “pela atividade laborativa os homens puderam diferenciar-se do mundo orgânico e, inclusive, passaram a submetê-la, a manipulá-la e a dela se distanciar com uma relativa autonomia” (GRANEMANN, 2009, p.4). Essa assertiva denuncia a forma capitalista de se organizar, com os meios de produção, força de trabalho e divisão do trabalho.

Como já se sabe, segundo Iamamoto e Carvalho (2001, p.32), “o capital se expressa sob forma de mercadorias: meios de produção [...] e meios de vida”, mercadorias estas com valor de uso e valor de troca, atendendo a necessidade social, impregnadas de trabalho humano e fazendo girar a engrenagem deste sistema. Vale ressaltar que o real resultado da produção capitalista se expressa na mais-valia, um sobrevalor extraído da força de trabalho, que por sua vez é vendida para que o trabalhador consiga meios para sobreviver – salário - e sob uma ótica falseada de liberdade de escolha, já que existe um contingente de ativos ou exército industrial de reserva à espera de uma “oportunidade“ dada pelo capital, destacando-se neste ponto, que a força de trabalho nada mais é do que uma mercadoria, que perpassa a esfera familiar deste indivíduo para que a renovação desta força seja garantida futuramente.

É imprescindível pontuar que a relação de classes – trabalhadora e a capitalista – que é o produto desse sistema, é uma relação desigual, pois de um lado o trabalhador entrega sua força vital, de outro está o capitalista, que detém os meios de produção, que explora esse trabalhador para acumular riquezas, ao passo que, a classe trabalhadora “[...] cria, pois, em antítese consigo mesmo, os próprios meios de sua dominação, como condição de sua sobrevivência” (ibid., p. 47), ou seja, o trabalhador se empobrece (materialmente e

espiritualmente) enquanto a riqueza do capitalista aumenta, sendo essa a lei geral da acumulação do capital.

Logo, partindo da premissa de que o serviço social, enquanto trabalho, está envolto na produção e reprodução das relações sociais³⁷, requer apreender que existem diversas dimensões que interagem e divergem em meio aos trabalhadores, isto significa que é preciso captar seus movimentos e suas contradições, posto que, também vende sua força de trabalho, ou seja, integra a classe que vive do trabalho e padece com as oscilações no mercado, precarização, desemprego, baixos salários, e outras situações, como obrigações perante o seu empregador (poder hierárquico), mesmo dispondo de relativa autonomia não detém todos os meios necessários para realizar seu trabalho, embora seja considerado um profissional liberal. Importa destacar que essa autonomia é sentida no atendimento direto ao usuário e na escolha das ações em meio às demandas postas.

E a preocupação é de que o assistente social possa, enquanto profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho, enxergar essa totalidade da dinâmica da vida social no contexto das leis naturais propagadas pelo modo de produção capitalista.

Desde a década de 1980, vimos afirmando ser o Serviço Social uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. Esta orientação é distinta da prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Indagamos sobre significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, numa perspectiva de totalidade histórica (IAMAMOTO, 2018, p. 217).

Isto posto, o significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social está envolto a essa luta de classes, tendo o Estado como instrumento de mediação nas respostas relacionadas ao enfrentamento das expressões da questão social. Segundo Yazbek (2009), a questão social e suas diferentes matizes é a matéria-prima do serviço social, e assim se justifica o seu local ocupado na divisão do trabalho, bem como imprime um direcionamento à construção da identidade da profissão, sobretudo a partir da expansão do capital sob o signo do monopólio.

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo

³⁷ Reprodução das relações sociais para Iamamoto é “[...] reprodução da própria sociedade, da totalidade do processo social, da dinâmica tensa das relações entre classes” (2013, p.115).

que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação (IAMAMOTO, 2009, p.12).

O assistente social trabalha em meio ao sistema capitalista de produção, e esse sistema procura ir às últimas consequências para legitimar sua ideologia e a dominação material e espiritual da classe trabalhadora. Nesta trama, o profissional de serviço social é chamado para realizar a intervenção, constituindo seu fazer profissional, age sobre demandas constituídas socialmente que extrapolam sua intencionalidade e muitas vezes sua vontade. Ressalta-se que o serviço social nasceu para minimizar a contradição capital/trabalho por meio de respostas originadas pela burguesia, o consenso entre as classes foi sua intencionalidade inicial (NETTO, C., 2010).

Enquanto um dos responsáveis por atender as demandas da classe trabalhadora, o assistente social, principalmente em tempos de agravamento das expressões da questão social, muitas vezes não detém condições de respondê-las, pois se depara com a sua realidade também precarizada como trabalhador.

Posto que, o Estado (principalmente em sua versão neoliberal) busca realizar consensos, conduz a uma intervenção focalizada, seletiva, que visa a manutenção da pobreza por meio das políticas sociais para tentar administrar as mazelas oriundas do mundo do trabalho.

Trata-se de um contexto em que são apontadas alternativas privatistas e refilantropizadas para questões relacionadas à pobreza e à exclusão social. Cresce o denominado terceiro setor, amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas, não lucrativas, sem clara definição, criadas e mantidas com o apoio do voluntariado e que desenvolvem suas ações no campo social, no âmbito de um vastíssimo conjunto de questões, em espaços de desestruturação (não de eliminação) das políticas sociais, e de implementação de novas estratégias programáticas como, por exemplo, os programas de Transferência de Renda, em suas diferentes modalidades (YAZBEK, 2009, p. 16).

Dessa forma, o serviço social tenta se reinventar em meio a essas mudanças no mundo do trabalho e as novas expressões da questão social, pois é fundamental que se compreenda a mudança no bojo do cotidiano profissional a partir do surgimento de demandas oriundas dos trabalhadores, estejam eles formalmente servindo ao capital, estejam eles à mercê do capital.

Nesse contexto, do aporte neoliberal, as ideias privatistas, a refilantropização, a descentralização para a sociedade civil (terceiro setor), a responsabilidade empresarial e o voluntariado, ganham espaço na gestão da esfera social, e alinhados ao discurso seletivo e focalista passam configurar o modo pelo qual será realizada a manutenção da pobreza. Notabiliza-se que a refilantropização não remete à filantropia de outrora, mas sim a forma do grande capital impulsionar a descentralização do papel do Estado. Portanto, “este é um quadro

que interfere na leitura crítica da realidade e dificulta a implementação de programas, projetos e serviços” (NEGRI, 2011, p. 59).

Iamamoto (2009) frisa os desafios contemporâneos a serem enfrentados pelos assistentes sociais. A autora cogita a formação de um exército assistencial de reservas, que pode contribuir para o crescimento do voluntariado na área, destaca ainda uma preocupação com a formação qualificada, haja vista a expansão do ensino privado e principalmente à distância. Aqui, acrescenta-se, a grande retração do Estado quanto aos concursos públicos e o favorecimento de contratos terceirizados, por tempo determinado, com remunerações baixas³⁸, bem como a ferrenha luta pelo reconhecimento da “Lei das 30 horas”³⁹, falta de condições adequadas de trabalho, dentre outros.

Conquanto, em relação aos usuários que demandam atendimento, exige-se um profissional propositivo, investigativo, que esteja em constante aperfeiçoamento, para decifrar a dinâmica da sociedade. Logo:

Os assistentes sociais imprimem no seu trabalho uma direção, para isso necessitam conhecer a realidade social e seu objeto de intervenção, materializando em seu exercício profissional análises sólidas e informações suficientes que permitam a viabilidade do projeto ético-político-profissional. Assim estabelecendo uma intervenção que supere as demandas pessoais, institucionais e prevaleçam as demandas sociais dos usuários a partir da realidade social (NEGRI, 2011, p. 59).

Torna-se relevante que o profissional ultrapasse o cotidiano para que as transformações da realidade aconteçam, aguçando o aspecto investigativo e abrindo caminho para a leitura crítica do que é tido como aparente.

Todavia, o assistente social pode ser vítima da alienação no que concerne ao estranhamento com o seu objeto, estranhamento com o direcionamento de suas ações. Assim, um aspecto que este profissional precisa se apegar concerne à luta coletiva pela legitimação de sua autonomia (ainda que relativa), e busque romper com as unilateralidades atento à dinâmica sócio-histórica para evitar uma análise deslocada do real, e ter o cuidado para não ser mais um a reproduzir a ideologia dominante, pois é exatamente por causa disso que os profissionais, constantemente, redefinem suas estratégias e táticas para enfrentar tais situações, tanto na esfera da formação, como na esfera macro das lutas sociais. Embora, como já citada, a inserção do

³⁸ Destaca-se que atualmente está em tramitação o Projeto de Lei nº 2693, de 2020, que institui o piso salarial nacional dos assistentes sociais, no valor de R\$ 7.315,00, para jornada de trabalho de 30 horas semanais, de autoria do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Porém, desde 2008 que existem outros projetos tramitando: PL 4022/2008 e PL 5278/2009. Para mais informações, consultar <https://www25.senado.leg.br/>.

³⁹ Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que versa sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

assistente social no trabalho é um processo histórico, sendo esses profissionais chamados a serem “mediadores do capital” (IAMAMOTO, 2013, p. 105).

Importante destacar os instrumentos necessários para que o assistente social desempenhe o seu trabalho, ou melhor, a instrumentalidade, haja vista que a ideia de um conjunto de instrumentos e técnicas não abrange o real significado do trabalho realizado pelo assistente social. Portanto, a instrumentalidade, “é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos” (GUERRA, 2000, p. 2), e é assim que o profissional materializa sua intencionalidade, modifica o cotidiano (o profissional e o dos demandantes do atendimento), e delinea a intervenção utilizando os meios disponíveis.

No exercício profissional o assistente social lança mão do acervo ídeo-cultural disponível nas ciências sociais ou na tradição marxista e o adapta aos objetivos profissionais. Constrói um certo modo de fazer que lhe é próprio e pelo qual a profissão torna-se reconhecida socialmente (Ibid, 2000, p. 13).

Essa instrumentalidade, no campo das políticas, requer um profissional que atue tanto na sua formulação, como na sua implementação. Quanto a isso, a autora supracitada faz um destaque em relação à forma que essas políticas são encontradas no cotidiano da profissão: primeiramente, pelo modo que são estruturadas (focalizada, compensatória, com condicionalidades, entre outros), que dificultam a compreensão da totalidade consubstanciada na demanda apresentada, e desloca a atenção para os recortes da vida social; outrossim, exigem do profissional o conhecimento de procedimentos e técnicas variáveis.

Nestas circunstâncias, o profissional pode ser levado a privilegiar o que Iamamoto (2004) chama de “como fazer”, isso significa que a mera reprodução do fazer torna superficial o entendimento da realidade, seus contrastes, suas determinações e suas implicações.

O serviço social é atravessado pela dinâmica das relações sociais e o assistente social precisa ser dotado de habilidades que o permitam ir além das rotinas, desvelar o movimento das relações, compreender seus limites e possibilidades para desenhar seu plano de trabalho pautado em suas atribuições e competências.

Para isso, a instrumentalidade conta com três dimensões prático-formativas que contribuem tanto na formação quanto para o exercício profissional: dimensão teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Não possuem hierarquia entre si, mas sobretudo, complementam-se:

[...] Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da

vida social. Estes elementos, aliados à pesquisa da realidade possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conecta-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los (IAMAMOTO, 2004, p.33).

Portanto privilegiar apenas uma dessas dimensões leva o profissional a fragmentar suas ações e ter um olhar distorcido na condução da intervenção.

É imperioso fazer um destaque realizado por Yamamoto, (2008), que traz uma análise sobre as nomenclaturas, prática e trabalho profissional, pois a chamada “prática” acaba sendo uma forma comum de se referir ao que o assistente social faz. Logo, a autora destaca que não é apenas mera questão semântica, engloba significados muito mais abrangentes, uma vez que, a prática está inserida nos processos de trabalho do profissional, que envolve os usuários, os empregadores, outros profissionais e também os instrumentais necessários.

Sendo assim, os processos de trabalho nos quais o assistente social está inserido não são exclusivos, idênticos e muito menos isolados. Pois, o assistente social desempenha um trabalho combinado/coletivo, divide esse processo com outras categorias, além de que cada espaço sócio-ocupacional tem suas particularidades a serem captadas e compreendidas, forjadas pelos elementos externos que vão contribuir na direção da sua intervenção.

Portanto, os profissionais adeptos do projeto ético-político da profissão devem ditar suas ações para a liberdade do usuário, seja ela política, pessoal ou profissional. Liberdade esta que seja vivenciada de maneira digna, já que esse projeto coloca a profissão na defesa dos trabalhadores e da emancipação humana. Logo, o assistente social precisa agir para a defesa e concretude do seu projeto profissional, haja vista as ofensivas contra os direitos e valorização do mercado, que acabam enfraquecendo a luta coletiva, muitas vezes a marginalizam e descaracterizam.

3.1.1 O Projeto Ético-político do Serviço Social: a construção da maturidade da categoria

A construção de um projeto profissional é pautada por aspirações coletivas, parâmetros éticos, debates, afirmações, negações e denota o amadurecimento da profissão. Não se detém apenas em estabelecer normas e condutas. Para além desses aspectos:

[...] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) [...] e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...] (NETTO, 2007, p.144).

Há que se observar também, os aspectos político, ideológico e histórico os quais esse projeto profissional se vincula, já que essa construção não é simples, não é rápida e muito menos estática.

O projeto ético-político do serviço social no Brasil é pensado desde o final dos anos 70 do século XX, a partir da recusa dos moldes tradicionais do serviço social, haja vista o forte apelo por mudanças no bojo da profissão trazidas pelo movimento de reconceituação e pela redemocratização brasileira.

O movimento de reconceituação se iniciou nos anos de 1960, na América Latina, atravessado por uma conjuntura de dependência econômica, sob o domínio do imperialismo dos Estados Unidos, sendo que cada local possuía suas particularidades. Assim, o referido movimento marca uma revisão dos fundamentos teóricos e metodológicos, o afastamento das tendências conservadoras, a aproximação com a teoria social crítica e a opção pela classe trabalhadora (SILVA, 2002).

Sobre o modo pelo qual o serviço social se caracterizava:

[...] até a primeira metade da década de 60, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional, onde parecia imperar, sem disputa de vulto, uma consensual direção interventiva e cívica. A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização do Serviço Social, que as condições novas postas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante; são constitutivas desta laicização a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e a consequente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc.) (NETTO, 2005, p. 128).

O processo de renovação do serviço social deu-se para quebrar com essa postura descrita, para que se vinculasse ao projeto da classe trabalhadora, superar o modo positivista de agir dos profissionais, bem como romper com visões a-históricas e acríticas, ou seja, foi um momento de questionar criticamente a profissão, de erguer novas bases de um novo *ethos* (BARROCO, 2008).

Vale ressaltar que o serviço social estava sobre bases conservadoras oriundas da Doutrina Social da Igreja Católica, com posicionamento de cunho humanista sob a influência do pensamento Tomista⁴⁰, a questão social era vista como problema moral e religioso, sendo preciso a integração do indivíduo na sociedade; por conseguinte, o aporte positivista foi incorporado pelos profissionais quando da aproximação com o serviço social norte-americano,

⁴⁰ Pensamento de São Tomás de Aquino.

pois era preciso sistematizar as ações em virtude das demandas postas pela sociedade, essa junção é chamada por Yamamoto (2013) de arranjo teórico doutrinário.

Netto (2005) aponta três direções presentes nesse processo de renovação, são elas: perspectiva modernizadora (não negava a ordem ditatorial vigente, apoiada na modernização tecnológica e no estrutural-funcionalismo, tem nos documentos de Araxá-1967 e Teresópolis 1970⁴¹ sua expressão mais evidente); reatualização do conservadorismo (apoiada na fenomenologia, crítica discreta à ditadura, requisições psicologistas, ausência de análise profunda da realidade, valoração da personalidade e realidades psíquicas); e intenção de ruptura (buscava romper com o tradicional, bebe da fonte da tradição marxista, tem no Método BH⁴² como norte inicial acadêmico, pretendia se fortalecer na conjuntura emergente na luta pela democracia).

É significativo lembrar que o grande símbolo desse processo de ruptura foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, realizado em São Paulo, e é comumente chamado de Congresso da virada, haja vista que “uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p,12) e em seus lugares assumiram representantes do movimento dos trabalhadores. Importa destacar que esse congresso acontece em um momento de retomada e reorganização das lutas populares contra o autoritarismo.

Acrescenta-se ainda o relato de Abramides, (2017, p. 185), sobre os motivos de insatisfações de uma parcela de profissionais em relação ao III CBAS, que teve como resultado um documento com os seguintes pontos:

Repúdio ao convite a representantes da ditadura militar para estar na mesa de abertura do congresso, críticas à limitada participação dos estudantes, ao preço alto das inscrições, à definição de temas e setorização dos debates, à ausência de participação da categoria em todo o processo.

Desta maneira, a profissão avança quanto à superação do conservadorismo, deu-se início também a um novo direcionamento quanto aos aspectos teórico-metodológicos, a afirmação de um novo aporte para a profissão pautado na teoria social crítica marxista, já presente na profissão desde os anos de 1960. Nesse quadro, evidencia-se que em um primeiro momento, a

⁴¹ Para maior detalhamento sobre esses documentos consultar a obra: Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64.

⁴² Experimentado na Universidade Católica de Minas, na Escola de Serviço Social, trouxe para a formação profissional a aproximação com teoria crítica.

aproximação com a teoria de Marx se deu “sem Marx”, tendo em vista que “geralmente provinha de manuais de divulgação ou, em alguns casos, da referência a importantes pensadores marxistas [...]” (NETTO, 2009, p. 30).

Em outros termos, ontologicamente, o pensamento de Marx não foi alcançado, e sob esses moldes, um nome que ganhou destaque e influenciou, principalmente, o meio acadêmico em virtude da situação ditatorial vivida no Brasil, foi Althusser que respondeu as “possibilidades de sobrevivência intelectual” (BARROCO, 2008, p.154). Quanto a essa influência, a relação dos profissionais de serviço social com as instituições mudou, já que passaram a enxergá-las como aparelhos ideológicos do Estado, o que contribuiu para a aproximação com os pobres e com a militância.

Negri (2019, p.3) ressalta que essa aproximação com a teoria social de Marx “estabelece condições reais de construir leituras mais consistentes da realidade com a qual lida cotidianamente e de perspectivar parâmetros para o planejamento de ações”.

Toda essa movimentação em relação a uma nova direção social catalisou a construção do projeto ético-político da profissão. Com a derrocada da ditadura instaura-se a condição política para erguer suas bases, uma vez que só se realizam em uma sociedade democrática. Com a situação política favorável, era importante agregar outros componentes para que esse projeto pudesse ser constituído, sendo, no plano da produção de conhecimento, a associação com concepções teóricas e metodológicas que contribuíssem para a análise da realidade de uma forma crítica (inspiradas na teoria marxista), que propicia uma ruptura com o conservadorismo. Outro componente indispensável é referente à reforma curricular, que ganha importante destaque, haja vista o enfrentamento da questão social, em outras palavras, era extremamente necessária a adequação da formação, sob esse olhar não conservador, para a edificação de um novo perfil profissional (NETTO, 2007).

Teixeira e Braz (2009) trazem em seu texto os elementos que são constitutivos do projeto profissional do serviço social, são eles: princípios e valores ético-políticos; matriz teórico-metodológica; crítica ao capital e o lastro de desigualdade que produz; lutas e posicionamentos políticos. Afora isso, traça um paralelo com esses elementos e a forma que são visualizados, são materializados na sociedade, usando suas palavras, é a “visibilidade social” (ibid, p.8), pois não se tratam de elementos figurativos. Logo, destacam-se a produção de conhecimentos, as instâncias político-organizativas da profissão e a dimensão jurídico política (leis, normas e resoluções).

Assim, são por essas instâncias que a sociedade enxerga a profissão, no entanto os autores levantam o questionamento sobre a não efetivação integral desse projeto, pois “o

resultado prático, a transformação que operamos na realidade através de nossas ações, é sempre distinta do que pré-visualizamos em nosso pensamento” (ibid, p. 10), isso quer dizer que a realidade não depende da idealização do sujeito, tem suas próprias implicações e refrações. Afora isso, a realidade vigente é a realidade do capital, da sociedade capitalista, da exclusão, da concentração da renda e dos meios de produção. Conclui-se, então, que a integralidade desse projeto, por defender uma ordem sem exploração, sem submissão e baseada na liberdade, vai de encontro aos valores dessa sociedade.

Em meio a essas mudanças e redirecionamentos, tornou-se imprescindível realizar modificações no Código de Ética da profissão. Desse modo, atravessada por um clamor popular perante a falta de ética na vida política do país, que culminou no afastamento de Fernando Collor da Presidência da República em 1992, a reelaboração do código de 1986 ocorreu, já que não mais sustentava os avanços teórico-metodológicos e políticos engendrados na profissão. Essa reelaboração tem tônica de renovação e consolidação do projeto ético-político (BARROCO, 2008)

Dessa forma, a atenção se volta para a reafirmação dos seus valores fundantes (Liberdade e Justiça Social), sustentados pela democracia, que é o seu valor político central, e também no modo pelo qual o profissional vai se relacionar com a instituição, com os usuários, outros profissionais e com a categoria em si. Imperioso ressaltar que a liberdade é reconhecida como valor ético central (CFESS, 2012).

O Código de 1993 afirma a centralidade do trabalho na constituição do homem: sujeito das ações éticas e da criação dos valores. Revelada em sua densidade histórica, a sua concepção ética está articulada a valores ético-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia, e ao conjunto de direitos humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos) defendidos pelas classes trabalhadoras, pelos segmentos sociais excluídos e pelos movimentos emancipatórios ao longo da história (BARROCO, 2009, p.18).

Assim, esse código representou sobretudo uma “nova moralidade” (BARROCO, 2008, p.206), a negação do conservadorismo, a defesa dos direitos alicerçada em um projeto democrático, reafirma o compromisso profissional, demarca o aporte teórico-metodológico hegemônico (isso não quer dizer ausência de contradições), vinculado a um projeto societário que almeja a construção de uma nova ordem social sem exploração e desigualdade. Em suma, foram materializadas as lutas e as conquistas sócio-históricas de uma profissão.

Portanto, o profissional precisa conhecer esse processo de construção do serviço social, pois todos são partícipes dessa história. Apoderar-se desses conhecimentos leva a ser resistência

nos dias atuais, pois é emergente a defesa desses valores enquanto categoria, quando se tem uma corrente intitulada libertária⁴³ que prega direcionamentos completamente desconexos ao projeto ético-político da profissão; defesa também no patamar macroscópico, no que tange ao Brasil de modo geral, pois a democracia está sendo atacada, os direitos estão sendo rechaçados, o preconceito e a intolerância estão na “moda”.

3.2 O trabalho no SUAS e o compromisso com a garantia do direito socioassistencial

A partir da integração da assistência social enquanto direito no âmbito da Seguridade Social, ocorreu também o reordenamento, estruturação e sistematização dessa política a fim de garantir o acesso a quem dela necessitar. Todavia, esse novo modo de gerir a política exige uma nova configuração no que concerne à figura dos profissionais que dão materialidade às ações na ofertas dos serviços.

Um grande marco e avanço para o reconhecimento desses trabalhadores foi a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) – Resolução nº 269 de 2006, que inaugura a gestão do trabalho no SUAS, qualifica os serviços, estabelece diretrizes para gerir os equipamentos e desconstrói a imagem do não profissional. O trabalho aqui é visto de maneira estratégica, pois para poder desenvolver e aprimorar a política, o profissional, ou melhor, os profissionais que atuam nessa esfera precisam ser valorizados, capacitados e respeitados quanto as suas especificidades e seus saberes.

Importa resgatar o que foi evidenciado em capítulo anterior, sobre a caracterização histórica da assistência social como espaço propício para troca de favores, cooptação dos indivíduos, ações assistencialistas, filantrópicas e não-políticas. Esse traço marcante, e até mesmo atual, haja vista que os governantes insistem em relegar a dimensão de direitos presente nessa área, atinge também o profissional, pois essa tensão que a política é envolta instiga a “enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência teórica, técnica e política ao trabalho realizado” (COUTO et al., 2017, p. 92).

No corpo do texto, a NOB detalha suas diretrizes: princípios éticos; equipe de referência; capacitação continuada; plano de cargos; financiamento; relação com as instituições de assistência; aponta responsabilidade dos gestores e o modo de controle na gestão do trabalho.

⁴³ O Serviço Social libertário é um movimento iniciado em 2016 que prega a reforma da profissão. Se trata de um direcionamento ao liberalismo e ao tecnicismo, bem como “análises superficiais, aligeiradas e fragmentadas da sociedade; da exacerbação do individualismo, em detrimento da totalidade e do caráter coletivo das relações sociais; [...]” (SANTOS; OLIVEIRA, 2020, p.5).

Ou seja, a NOB traz elementos que possibilitem, através da valorização do profissional, um atendimento qualificado e essencialmente vinculado à garantia e fortalecimento dos direitos para a consolidação de uma política forte.

Portanto, cabe destacar os dez princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais (BRASIL, 2011, p.20):

- a) Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;
- b) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
- c) Promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
- d) Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
- e) Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;
- f) Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
- g) Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;
- h) Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;
- i) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
- j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

Neste sentido, o usuário é colocado como sujeito de direitos e detentor de escolhas, torna-se fundamental a adoção de uma postura profissional voltada para o atendimento e às necessidades desse usuário, denota a passagem da submissão para o protagonismo, da subalternidade à instituição do controle social, vale ressaltar, que esse processo se dá por meio das orientações, esclarecimentos e direcionamentos dos trabalhadores da política de assistência social.

Outrossim, a NOB/RH discute dimensões importantes para o fortalecimento das categorias integrantes do SUAS⁴⁴, como a constituição das equipes de referência que operacionalizam os serviços socioassistenciais, prevê que a sua composição deve respeitar as formações profissionais, o tipo de proteção (básica e especial), a complexidade e, também, a

⁴⁴ A resolução do CNAS N° 17, de 20 de junho de 2011, ratifica e reconhece as categorias profissionais do SUAS de nível superior. E a resolução n° 9, de 15 de abril de 2014, ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ensino médio e fundamental.

quantidade de famílias atendidas. A referência entendida, primeiramente, enquanto continuidade dos serviços/ações, e também em onde se quer chegar, em outros termos, é uma resposta qualificada às necessidades dos usuários. Sendo então:

Em resumo, a noção de famílias e indivíduos referenciados permite dimensionar o número de profissionais nas equipes, explicitando a articulação necessária entre o conhecimento da totalidade das necessidades de proteção das famílias e a capacidade de resposta do órgão gestor da política de assistência social. À medida que essa articulação se efetiva, temos mais clareza do número de trabalhadores necessários para prestar serviços públicos de qualidade aos usuários do SUAS [...] (BRASIL, 2011, p. 29).

Nesta perspectiva de equipe de referência, a capacitação permanente se torna um aporte imprescindível para a estruturação dos atendimentos, visto que, é preciso sistematizar o conhecimento individual e coletivo. Sobretudo, é preciso construir metodologias respeitando a especificidade do trabalho, do local e do trabalhador. Além de contribuir para o fomento das habilidades e talentos, de forma continuada e participativa.

Outro aspecto pertinente quanto ao trabalhador do SUAS, e que aponta para a segurança no mundo do trabalho e a valorização do profissional, é a importância do concurso público (para área da administração pública). Tendo em vista a histórica caracterização da política enquanto campo eleitoral e de favor, o concurso surge nesse cenário para evitar a descontinuidade dos atendimentos, resguarda o direito socioassistencial e protege o profissional contra os desmandos aleatórios dos governantes. A precarização dos contratos de trabalho causa transtornos aos profissionais que ficam desprotegidos dos infortúnios, os usuários que padecem com a rotatividade, e a administração pública, pois gera desperdícios e ineficiência à gestão.

As entidades e organizações da esfera privada, que integraram a rede SUAS, também precisam se adequar aos princípios éticos desse sistema, haja vista a finalidade pública de seus serviços. Portanto, cabe enfatizar as diretrizes previstas na NOB/RH (2011, p.53) que são:

- 1) valorizar seus trabalhadores de modo a ofertar serviços com caráter público e de qualidade conforme realidade do município;
- 2) executar plano de capacitação em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Capacitação;
- 3) viabilizar a participação de seus trabalhadores em atividades e eventos de capacitação e formação no âmbito municipal, estadual, distrital e federal na área de assistência social;
- 4) buscar, em parceria com o poder público, o tratamento salarial isonômico entre os trabalhadores da rede pública e da rede prestadora de serviços socioassistenciais;
- 5) manter atualizadas as informações sobre seus trabalhadores, disponibilizando-as aos gestores para a alimentação do Cadastro Nacional de Trabalhadores do SUAS.

Nota-se que a garantia da qualidade e a ética na prestação dos serviços alcança também essas instâncias privadas. Ou seja, o alinhamento com a rede pública é necessário para que sejam realizados os atendimentos de forma eficiente e retilínea, objetivando o respeito aos direitos dos usuários.

Dentro deste universo, fica claro que a arquitetura nova do trabalho no SUAS tem como finalidade a profissionalização da assistência social e a qualidade do serviço. Todavia, é preciso existir a contrapartida dos gestores, tanto no cofinanciamento, para pagamento de pessoal, como nas responsabilidades e atribuições de cada ente para dar condições materiais para a sua concretização. Destarte, os Estados, Distrito Federal e municípios são autorizados a utilizar dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, que são destinados às ações continuadas, até 60% para pagar as equipes de referência. Aqui, é imperioso ressaltar que se deve “assegurar uma rubrica específica na Lei Orçamentária, com a designação de Gestão do Trabalho” (Ibid, p. 56), isso significa que é um orçamento garantido para este fim.

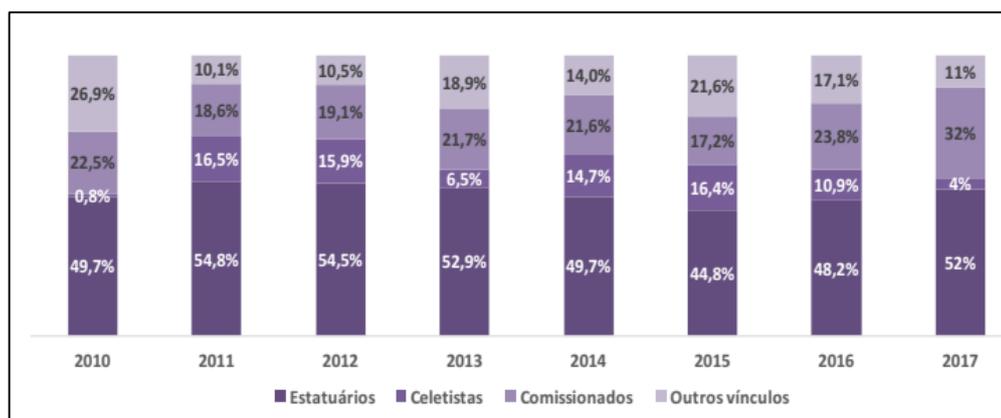
Afora isto, não se pode esquecer que essa reorganização do trabalho ocorre atravessada pela “reestruturação produtiva em curso e do processo mundial de flexibilização das relações de trabalho” (COUTO *et al.*, 2017, p. 257), advinda dos fundamentos do Consenso de Washington, representado pela flexibilização e precarização, transvestidos de autonomia, liberdade e oportunidade.

É importante destacar nessa discussão sobre o trabalho na assistência social, como sua trajetória de não-política e a preferência pela precarização no mundo do trabalho refletem em seus quadros de recursos humanos, e para dar concretude a essa afirmação, a seguir serão apresentadas figuras que trazem dados compilados oriundos do Censo SUAS de 2017 (BRASIL, 2017).⁴⁵

Como se pode observar, os dados sinalizam, de uma maneira geral, que tanto na gestão estadual como na municipal, o quadro de trabalhadores estatutários não é o majoritário. E no âmbito municipal chega a ser bem mais evidente essa diferença. Essa informação denota um prejuízo às ações da política, pois são capacitações, decisões, planejamentos, dentre outros aspectos, que em virtude desses vínculos precários, podem conduzir a descontinuidade do trabalho e em atividades adversas do que é preconizado pela normatização específica.

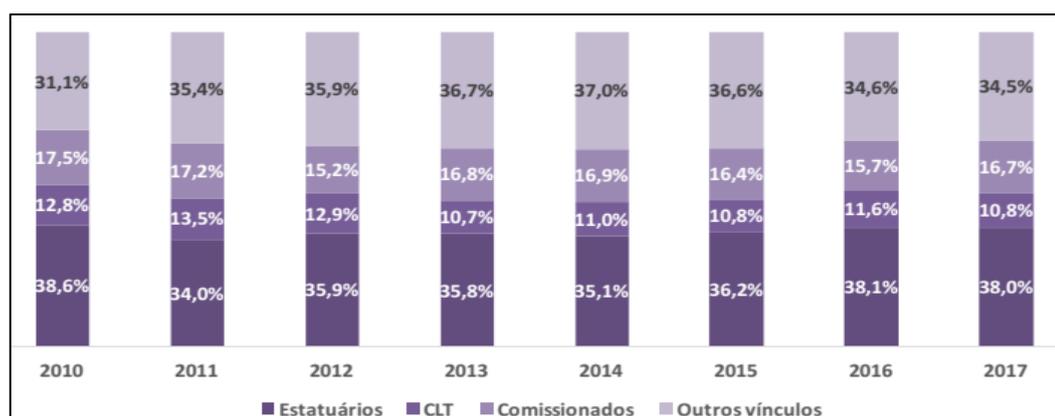
⁴⁵ O Censo SUAS tem a finalidade de coletar informações sobre os padrões dos serviços, programas e projetos de assistência social, nas esferas públicas e entidades que complementam as ações da política, bem como a atuação dos Conselhos de Assistência. Anualmente é preenchido um questionário que é repassado ao ministério responsável pela política.

Figura 11 - Percentual de trabalhadores nas Secretarias Estaduais de Assistência Social, segundo tipo de vínculo – Brasil, 2010 a 2016.



Fonte: Censo SUAS, 2017.

Figura 12 - Percentual de trabalhadores nas Secretarias Municipais de Assistência Social, segundo tipo de vínculo – Brasil, 2010 a 2017.



Fonte: Censo SUAS, 2017.

Assim sendo, essa NOB vem de encontro à conjuntura da precarização e alienação no mundo do trabalho, pois indica a proteção do trabalhador, não como criadora de privilégios, mas como respeito aos seus saberes e ao usuário dos serviços, em uma dimensão técnica, ética, com responsabilidades e deveres.

Por conseguinte, garante-se a qualidade dos serviços, estabelecem-se os papéis e funções de cada profissional, bem como prevê a necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos com uma interlocução interdisciplinar.

O trabalho social realizado na política de assistência social efetiva-se no espaço público de conquista dos direitos e dos mecanismos de gestão democrática, sendo configurado por dimensões complexas: (I) trabalho que sofre os efeitos das determinações da sociedade desigual no usufruto da riqueza produzida socialmente e

das repostas insuficientes do Estado, diante da hegemonia de projetos que reproduzem a desigualdade de classe, cedendo em reformas que pouco interferem na estrutura da sociedade; (II) trabalho constrangido pelas determinações da formação social, com rebatimentos diretos na vida da população atendida, na cultura política identificada no cotidiano do exercício profissional, nas instâncias e dinâmicas institucionais; (III) trabalho social realizado em condições adversas, herdeiras da prevalência do privado, da redução do Estado sob a cultura neoliberal, constrangendo a ampliação dos direitos reclamáveis, dentre eles o direito ao trabalho e os mecanismos e possibilidades sociais e políticas para o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais, quanto às capacidades humanas (SILVEIRA, 2011, p. 19).

Então, o trabalho no SUAS não é mera execução de rotinas e atendimentos que conformam uma produtividade, representa uma coletividade (profissionais, usuários e gestão) na busca pela consolidação e ampliação de direitos, respeito e participação (ter vez e voz).

Todavia, como já mencionado anteriormente, esse trabalho está sendo construído em um período ultraliberal, e no mês de setembro de 2020, o Governo Federal apresentou uma (contra)reforma administrativa⁴⁶, a qual desmonta todo arcabouço de garantias dos servidores públicos, sob a bandeira de que o cenário atual é insustentável financeiramente, uma política sórdida que aponta para precarização e sucateamento dos serviços, da subalternidade dos servidores, e em contrapartida os privilégios da classe política permanecem inatingíveis. Essa descabida (contra)reforma apenas fortalece o sistema de corrupção praticado contra o Estado, seus principais desmontes, segundo dados retirados do Ministério da Economia (BRASIL, 2020b), são:

- 1) Criação de novos vínculos, com previsão de cinco novos tipos de vínculos, dentre eles o cargo por tempo indeterminado;
- 2) Exclusão do estágio probatório, e em seu lugar surge o vínculo de experiência;
- 3) Simplificação das regras de acumulação de cargos;
- 4) Facilidades para o desligamento do servidor;
- 5) Retirada de vantagens e benefícios, como a licença prêmio.

Esses são apenas alguns pontos extraídos do documento, que ainda será analisado pelo Congresso.

Na prática, para o serviço social no âmbito da política de assistência social, este tipo de reforma empurra tanto a política como o profissional para o abismo dos arranjos políticos, filantropia e troca de favores. Por isso, olhar essa PEC isoladamente e acreditar que os “privilégios” de servidores precisam deixar de existir, é ignorar direitos. Como foi debatido no

⁴⁶ Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32/2020.

capítulo anterior, a chegada da assistência ao status de direito foi e ainda é ir contra um sistema patriarcal de manutenção da pobreza e de “currais” eleitoreiros.

A resistência à contrarreforma administrativa é certamente um dos principais desafios que temos nesse momento. Primeiro porque a mediação de direitos, elemento central do fazer profissional de assistentes sociais, será absolutamente prejudicada; segundo, porque, como parte da classe trabalhadora, somos convocados/as à mobilização e à organização coletiva (CFESS, 2020, p. 4).

Não foi à toa que a CF/88 trouxe essas mudanças na maneira de gerir o Estado, são formas de mitigar a troca de favores e do seu desmantelamento. A coisa pública deve continuar pública, para que interesses unilaterais e mercadológicos não se sobreponham na sociedade. Posto que, é apenas para atender ao interesse dos gestores, vale ressaltar que a impessoalidade integra os princípios da administração pública, ao lado da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Cabe aqui também enfatizar que a troca de gestores é constante, e por isso, como já se observa com os cargos comissionados, a possibilidade de haver a troca constante de servidores é alta, logo, referindo-se a assistência social, sob os parâmetros das normativas, a rotatividade interfere no desenvolvimento dos serviços, atendimentos, acompanhamentos e na referência (já mencionada aqui como resposta qualificada às demandas dos usuários).

Combater os reais privilegiados para o serviço social é realizar um trabalho profissional que, respaldado em suas atribuições e competências, vai direcionar o usuário da política de assistência social ao empoderamento. Todavia, isso esbarra na disputa interna nos espaços sócio-ocupacionais de garantia de direitos que, de certa forma, atenua o poder do capital, e ao mesmo tempo contribui para a sua reprodução, tudo isso alicerçado na condição de trabalhador do assistente social, que precisa, também, dar resolutividade as suas problemáticas individuais e coletivas enquanto categoria profissional.

3.2.1 Caracterização do perfil das assistentes sociais participantes da pesquisa

Vale destacar, novamente, que a pesquisa foi realizada em quatro equipamentos voltados para o acolhimento dos refugiados e imigrantes venezuelanos em Manaus: Casa do Migrante Jacamim, Abrigo Coroado, Maria de Miranda Leão e Oásis Abrigo de Famílias. Enfatiza-se ainda, que houve dificuldade para encontrar profissionais que aceitassem participar da pesquisa. Foram contactadas 14 assistentes sociais, porém apenas seis concordaram em fazer parte do estudo. Todavia, não é pretensão deste trabalho discutir possíveis motivos dessa recusa,

porém é um dado a ser destacado, haja vista que foi a partir disso que se pôde estruturar a participação das profissionais na pesquisa.

Evidencia-se a excepcionalidade da coleta das informações, pois o contexto adverso e de calamidade pública⁴⁷, em decorrência da pandemia de COVID-19, obrigou as pessoas a buscarem distanciamento uns dos outros para evitar contrair o vírus. E a alternativa mais adequada escolhida, para que a pesquisa pudesse ocorrer, foi a utilização de ferramentas digitais, tanto para manter contato com as instituições, como também para realizar as entrevistas com as profissionais. Dessa forma, o *whatsapp* foi o meio pelo qual se realizaram as entrevistas (chamada de voz e vídeo) e os contatos com os representantes das instituições, por ser a ferramenta mais utilizada por ambos.

A participação na pesquisa se deu exclusivamente por profissionais de Serviço Social do sexo feminino, com idades entre 26 e 57 anos, que se autodeclararam, em sua maioria, como pardas e protestantes.

Ademais, para preservar o anonimato das profissionais, a identificação será apenas por meio de letras (de A a F), elencadas em virtude da ordem de realização da entrevista.

Quadro 11 - Identificação das Participantes

	Idade	Cor	Religião
Profissional A	34	Preta	Católica
Profissional B	35	Parda	Católica
Profissional C	51	Parda	Protestante
Profissional D	57	Parda	Protestante
Profissional E	26	Parda	Protestante
Profissional F	44	Parda	Protestante

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Quanto à formação profissional e continuada, conforme quadro seguinte, percebe-se que todas possuem pelo menos uma pós-graduação *lato sensu* e apenas uma participante pós-graduação *stricto sensu*.

Na caracterização dessas profissionais é relevante saber o tempo que atuam na política de assistência social, na proteção especial (serviço de acolhimento) e com os sujeitos que demandam esse tipo de serviço (venezuelanos). Todas as profissionais possuem mais de um

⁴⁷ BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 2020, reconhecendo, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

ano de experiência na referida política, o que as diferem é o tempo que atuam com o serviço de acolhimento e, conseqüentemente, com os venezuelanos neste serviço.

Quadro 12 - Tempo de Atuação das assistentes sociais participantes

	Política de Assistência Social	Serviço de acolhimento	Com os venezuelanos
Profissional A	7 a 10 anos	7 a 10 anos	6 meses a 1 ano
Profissional B	Mais de 10 anos	Abaixo de 6 meses	Abaixo de 6 meses
Profissional C	1 a 3 anos	6 meses a 1 ano	6 meses a 1 ano
Profissional D	Mais de 10 anos	Abaixo de 6 meses	Abaixo de 6 meses
Profissional E	1 a 3 anos	Abaixo de 6 meses	Abaixo de 6 meses
Profissional F	Mais de 10 anos	6 meses a 1 ano	6 meses a 1 ano

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

A formação continuada para o assistente social não é apenas para buscar melhorias na qualidade de vida, em virtude das exigências do mercado de trabalho capitalista, mas sobretudo para levar aos usuários um atendimento melhor, conectado com a dinâmica da sociedade e da profissão. Ressalta-se que o compromisso com o aprimoramento intelectual é um dos princípios fundamentais elencados no Código de Ética do assistente social (CFESS, 2012). O quadro 13 detalha a formação continuada das participantes.

Quadro 13 - Formação Profissional e continuada.

	Ano da conclusão da graduação	Instituição	Pós-graduação	Área da Pós-graduação
Profissional A	2015	Privada	Especialização/ Mestrado	Violência/ Serviço Social
Profissional B	2007	Privada	Especialização	Seguridade Social
Profissional C	2012	Privada	Especialização	Políticas Públicas/ Ensino Superior
Profissional D	1996	Pública	Especialização	Saúde
Profissional E	2018	Pública	Especialização	Políticas Públicas
Profissional F	2006	Privada	Especialização	Políticas Públicas / Administração

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Outra observação pertinente é em relação ao tempo de conclusão da graduação das participantes. Nota-se, que a participante D teve sua formação embasada no Currículo Mínimo de 1982, já que as diretrizes curriculares atuais só foram aprovadas pela ABEPSS em 1996, e sofreram alterações no contexto da agenda neoliberal em 2001 (ABEPSS, 2020). Um aspecto relevante é exatamente essa mudança no bojo da profissão (Reconceituação), conforme já visto anteriormente, o que ressignificou o seu projeto profissional e modificou a forma de se relacionar com a classe trabalhadora.

Essa necessidade de empregar novos rumos à formação (revisão curricular) foi construída coletivamente, face às exigências contemporâneas. Exigia-se uma maior capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, em virtude do desenvolvimento do capitalismo, em uma perspectiva dialética da realidade. Desse modo, três núcleos foram pensados com o objetivo de reorientar a formação e, conseqüentemente, do trabalho profissional, esses núcleos são: núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O quadro 14 indica que todas as profissionais afirmam ter conhecimento sobre o projeto ético-político e concordam com seus direcionamentos. A direção empregada pelo projeto ético-político aponta que a formação deve ser pautada pela consciência crítica, comprometida pela busca por igualdade, ética, emancipação humana, fomento à pesquisa e clareza das competências profissionais. Todavia, o enfrentamento às manifestações da questão social dita a direção desse projeto profissional.

As mais variadas expressões da questão social exigem do profissional competências coerentes com o esse projeto, mas sobretudo é inegável que o ponto de partida no trabalho profissional é o reconhecimento da questão social como o seu objeto de trabalho, o que difere da resposta apontada pela participante D, como também se pode acompanhar no quadro 14, que classifica a política social como o objeto da profissão. Todavia, em conformidade com as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social de 1996, a política social é caracterizada apenas com um das matérias básicas necessárias para a formação.

Quadro 14 - Projeto Profissional do Serviço Social.

	Conhecimento sobre o Projeto ético-político Profissional	Concorda com o Projeto ético-político Profissional	Objeto da profissão

Profissional A	Totalmente	Sim	Questão Social
Profissional B	Totalmente	Sim	Questão Social
Profissional C	Parcialmente	Sim	Questão Social
Profissional D	Parcialmente	Sim	Política Social
Profissional E	Totalmente	Sim	Questão Social
Profissional F	Parcialmente	Sim	Questão Social

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Faleiros (1999) destaca que na década de 30 do século XX, o objeto de intervenção do serviço social era orientado pela moral, ordem e higiene, e assim ditava mudanças no comportamento das pessoas e das famílias. Mais tarde, no pós-guerra, prezava-se pela harmonia na relação entre Estado e sociedade. Nos anos de 1960, o direcionamento era melhorar o meio e as condições imediatas dessas pessoas.

Na década de 1970, com a Ditadura Militar como pano de fundo, o serviço social define seu objeto como a transformação social (MACHADO, 1999). Demarca-se que a construção do objeto do serviço social deve ser entendida sob um prisma histórico.

Como já citado nesse mesmo capítulo, a aproximação com a teoria marxista se deu nos anos de 1960 com o movimento de reconceituação. É inegável a contribuição que essa teoria trouxe para a profissão, pois o modo pelo qual propicia uma visão crítica da realidade, leva o assistente social a compreender a sociedade tendo como arranjo central a produção e reprodução do modo capitalista. A opção por essa teoria “não se trata de um ato de fé” (TAVARES, 2009, p.3), mas especialmente é um modo claro, objetivo e explicativo acerca da questão social e suas manifestações no bojo do processo de acumulação de capital.

Portanto, identificar a questão social como objeto da profissão é se situar quanto à contradição fundamental do modo capitalista de produção, e dessa maneira imprimir uma direção social no cotidiano do seu exercício profissional, direção essa traçada sob o aporte dialético que permite compreender essa contradição na sociedade e torna mais nítido o entendimento da relação entre classes na sociedade.

Por conseguinte, os marcos normativos que norteiam a profissão são, indubitavelmente, essenciais para uma formação voltada para as exigências contemporâneas e para um exercício profissional que fortaleça a categoria quanto as suas competências e atribuições. Esses três documentos, Código de Ética, Lei de Regulamentação e Diretrizes Curriculares, dão concretude ao projeto profissional. Já as resoluções são normas que orientam o exercício profissional, são

de interesse interno da categoria, mas que produzem efeitos na sociedade em virtude do significado social da profissão.

O quadro 15 apresenta o grau de conhecimento das assistentes sociais entrevistadas sobre os referidos marcos normativos da profissão.

Quadro 15 - Conhecimento quanto aos principais documentos que orientam a profissão.

	Código de Ética	Lei de Regulamentação da Profissão	Diretrizes curriculares da ABEPSS	Resoluções CFESS
Conhece Totalmente	Profissionais A, B, D, E, F	Profissionais A, B, C, E, F	Profissionais A, E, F	Profissional A
Conhece Parcialmente	Profissional C	Profissional D	Profissionais B, C, D	Profissionais B, C, D, E, F

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Em vista disto, tais instrumentos são conhecidos pelas participantes da pesquisa, mesmo que parcialmente, como se pode identificar no quadro. Logo, essas normativas não são apenas meros “conselhos” sobre o que pode ou não ser feito enquanto assistente social, são de fato, meios de garantir que a profissão não seja levada pelas “facilidades e vantagens” propagadas pelo mercado, bem como, buscar condições adequadas de trabalho, mesmo com sua relativa autonomia nos espaços ocupacionais. E assim, se constituem em instrumentos passíveis de serem buscados judicialmente.

Diante disto, em meio às condições subjetivas que envolvem o trabalho profissional, “as ideologias neoliberais, as concepções pós-modernas e neoconservadoras. São, muitas vezes, ‘o canto da sereia’, que encanta os menos avisados e que impacta diretamente na forma de se compreender o real” (SANTOS; MONFROI, 2015, p.180). Logo, impactam no agir do assistente social, por isso ainda se torna urgente o debate e a problematização sobre esses documentos norteadores no cotidiano dos espaços ocupacionais, para que não percam sua grandeza, pois trazem não apenas regulamentações, mas agregam lutas, história e resistência, e, principalmente, para que não sejam relegados ou enquadrados como simples manuais indicativos e consultivos.

Com exceção da profissional D, as demais citaram exemplos de resoluções que conhecem. As resoluções citadas foram:

Quadro 16 - Resoluções conhecidas pelas profissionais participantes.

Resoluções	Conteúdo
Resolução 510/2007	Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Funcionários do Conselho Federal de Serviço Social Totalmente
Resolução nº 557/2009	Emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.
Resolução nº 559/2009 (efeitos suspensos por decisão judicial)	Atuação do Assistente Social, inclusive na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente.
Resolução nº 594/2011	Altera o Código de Ética do/a Assistente Social garantindo a linguagem de gênero.
Resolução 792/2017	Anotação da Responsabilidade Técnica no âmbito do Serviço Social, os parâmetros para a atuação do/a assistente social nesta modalidade
Resolução 884/2018	Regulamenta procedimento para cancelamento de inscrições
Resolução 934/2020	Não caracterização de quebra de sigilo o fornecimento de certidão disciplinar e/ou ética de objeto e fase que se encontra a denúncia, processo ou recurso, quando solicitada pelo/a próprio/a denunciado/a ou por autoridade policial ou judicial e regulamenta a sua expedição.

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Nota-se que as profissionais destacaram variadas resoluções, algumas imprescindíveis para o trabalho no cotidiano e outras nem tanto. Dado que as resoluções 510 e 884 tratam de matérias referentes a situações não aplicáveis diretamente em atendimentos. De maneira geral, demonstram a preocupação com suas intervenções e respeito com o usuário. Além disso, outro dado que merece destaque é que a profissional D não citou nenhuma resolução.

Assim, ter a clareza que as normativas são as expressões do projeto da profissão na realidade nos limites da sociedade capitalista é a defesa da especificidade da atuação do assistente social e da qualidade dos serviços, pois são usadas como um direcionador, já que cada intervenção é singular.

Os quadros 17 e 18 que seguem revelam as condições objetivas do trabalho profissional das assistentes sociais. E como, afirmado anteriormente, integram a classe que vive do trabalho e estão sujeitas às oscilações, desmandos e vontades do mercado de trabalho em uma sociedade capitalista. Fica evidente nesses dados a precarização e flexibilização das relações de trabalho,

“como solução cinicamente mentirosa para o problema do desemprego” (MÉSZAROS, 2006, p.43).

Quadro 17 - Condições de Trabalho

	Tipo de contrato de trabalho	Jornada diária de trabalho	Extensão da jornada formal de trabalho
Profissional A	Temporário	de 7 a 8 horas	Sempre
Profissional B	CLT por tempo indeterminado	de 7 a 8 horas	Às vezes
Profissional C	CLT por tempo determinado	de 5 a 6 horas.	Às vezes
Profissional D	Temporário	de 1 a 4 horas	Às vezes
Profissional E	Comissionado	de 7 a 8 horas	Às vezes
Profissional F	CLT por tempo determinado	de 5 a 6 horas.	Às vezes

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Quadro 18 - Vínculo de trabalho e remuneração

	Quantidade de atividades profissionais com vínculo formal	Quantidade de atividades profissionais <u>sem</u> vínculo formal	Salário bruto (soma de todos os vínculos)
Profissional A	Somente um	Sim (Assessoria)	Até dois salários mínimos
Profissional B	Somente um	Não	De três a quatro salários mínimos
Profissional C	Somente um	Não	Até dois salários mínimos
Profissional D	Somente um	Não	Até dois salários mínimos
Profissional E	Somente um	Sim (Empreendedorismo)	De cinco a seis salários mínimos
Profissional F	Somente um	Sim (Prestação de serviço)	De três a quatro salários mínimos

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Assistiu-se ao desmoronamento do direito ao trabalho protegido em 2017 no Governo de Michel Temer. Seguiu-se com o Governo de Jair Bolsonaro que “passa a boiada”⁴⁸ com suas (contra) reformas que objetiva esse tipo de desmonte, enquanto coloca como pano de fundo a

⁴⁸ Fala do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em relação a mitigar as regras de proteção ambiental, uma vez que os olhares estavam voltados para Pandemia do Coronavírus. Tal fala se deu durante uma reunião com o Presidente Jair Bolsonaro e os demais ministros, em 22 de abril de 2020. Este posicionamento representa a falta de compromisso, do Governo como um todo, com a sociedade, em prol de interesses econômicos em detrimento aos direitos já conquistados.

improfícua luta entre direita e esquerda, sob os holofotes da incompetência, falta de ética e censura camuflada de segurança nacional.

Assim, essas tendências orientadas pelo capital:

[...] imprimem novas racionalidades às formas de organização do Estado, das políticas públicas e dos sistemas de proteção social, alterando os critérios de distribuição do fundo público e, em consequência, modelando as formas de organização e prestação dos serviços sociais públicos (RAICHELIS, 2013, p. 611).

Logo, nesse cenário destacado nos quadros, vê-se a materialização dessas mudanças na forma de contratação. A Constituição Federal traz em seu texto que os trabalhadores ligados à administração pública deveriam ser estatutários, que adquiriram estabilidade após três anos no serviço público e seriam regidos por um estatuto próprio. Porém, a terceirização passou a fazer parte da administração pública e assumiu algumas de suas funções com o pretexto de modernizar, desburocratizar e tornar mais eficiente o Estado, e de forma legalizada. A terceirização passou a ser irrestrita desde 2017 com a Lei 13.429, ou seja, antes com a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), esse tipo de contratação era apenas destinada às atividades-meio.

A terceirização é um mecanismo que permite ao capital a busca incessante pelo menor custo [...]. Sob o discurso de que o trabalho flexível gera mais oportunidades para a classe trabalhadora, capital e Estado criam mecanismos que enfraquecem a forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social, substituindo-a por formas aparentemente autônomas, como a cooperativa, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário etc., transferindo custos variáveis e fixos para o trabalhador e ainda, em muitos casos, usurpando direitos sociais (TAVARES, 2009, p.16).

Ademais, conforme citado anteriormente, a NOB/RH SUAS preconiza que os profissionais sejam concursados para evitar os tais “rodízios” de servidores e indicações sem a qualificação necessária, pois, prejudica a continuação das ações e evita os direcionamentos eleitoreiros, bem como, garante a qualidade dos atendimentos e traz uma segurança ao trabalhador para desempenhar suas ações. Um dado que chama a atenção é o fato

Afora isso, constata-se que a Lei das 30 horas (Lei 12.317/10) não está sendo cumprida em alguns casos (profissionais A, B e E). Interpretações diversas permeiam a aplicabilidade dessa lei, pois vários órgãos da administração pública se negam a aceitá-la, já que, erroneamente, declaram que os seus destinatários seriam apenas os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, suas alegações são baseadas no Art. 2º da referida lei (grifo

nosso: “Aos profissionais com **contrato de trabalho** (grifo nosso) em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário”.

A Advocacia Geral da União (AGU)⁴⁹, em 2017, apontou que o texto é voltado somente a quem está na iniciativa privada, e que a carga horária deve ser de 40 horas semanais prevista na Lei nº 8.112/1990, na esfera Federal.

Outrossim, considera-se que esta lei representou a luta por melhores condições de trabalho, para Boschetti (2020) fortaleceu a união da categoria e a vontade de lutar para mudança de vida à luz do projeto ético-político da profissão.

Assim, é exatamente a trajetória histórica de lutas e resistência que marca a profissão e que faz ser possível a categoria enfrentar esse (neo) conservadorismo que espreita o serviço social. Quanto a isso, Barroco (2011, p.212) destaca:

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas.

Os avanços conquistados pelo serviço social no Brasil, a direção ético-política e a direção teórica que orientam a profissão não permitem que se retroceda com adoção de abordagens conservadoras, que de alguma forma distorcem a questão social e o modo pelo qual os profissionais irão traçar suas estratégias de intervenção, já que esse tipo de posicionamento moraliza, culpabiliza e até criminaliza as pessoas, que são simploriamente enxergadas em decorrência de sua pobreza.

Por conseguinte, essas mudanças oriundas das inflexões do capitalismo e sua acumulação exacerbada causam rebatimentos na vida social das profissionais, em sua sociabilidade, no modo de se relacionar na esfera do trabalho e, também, refletem na sua condição de saúde, uma vez que, “o corpo é elemento compositivo da subjetividade humana, que se torna campo de luta da ‘captura’ da subjetividade do trabalho pelo capital” (ALVES, 2008, p. 235).

⁴⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/servidor-nao-tem-direito-a-reduzir-jornada-de-trabalho-sem-ajuste-de-remuneracao--636005>.

Vê-se no quadro 19 que três profissionais indicaram que o trabalho desenvolvido afetou, mesmo que parcialmente, sua condição de saúde. Afora isto, no quadro também constam informações sobre a valorização no trabalho, por parte da chefia, da equipe e a sua própria satisfação. Assim, duas profissionais se sentem muito insatisfeitas na realização do seu trabalho, e nos termos de Raichelis (2011, p. 434) que sinaliza a respeito de um duplo processo no cotidiano profissional:

[...] a) de um lado, o prazer diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com os direitos dos sujeitos violados em seus direitos, na perspectiva de fortalecer seu protagonismo político na esfera pública; b) ao mesmo tempo, o sofrimento, a dor e o desalento diante da exposição continuada à impotência frente à ausência de meios e recursos que possam efetivamente remover as causas estruturais que provocam a pobreza e a desigualdade social.

Quadro 19 - Valorização, satisfação e condições de saúde no trabalho profissional.

	Valorização do trabalho pela direção	Valorização do trabalho pela equipe	Grau de satisfação na realização do trabalho	Grau de autonomia	Trabalho afetou a saúde
Profissional A	Sim	Sim	Muito insatisfeita	Pouca	Sim, parcialmente
Profissional B	Sim	Sim	Muito satisfeita	Média	Sim, parcialmente
Profissional C	Sim	Sim	Muito satisfeita	Média	Não, até o momento
Profissional D	Sim	Sim	Muito insatisfeita	Média	Não, até o momento
Profissional E	Sim	Sim	Muito satisfeita	Elevada	Sim, parcialmente
Profissional F	Sim	Sim	Pouco Satisfeita	Média	Não, até o momento

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Na verdade, as determinações que conformam o cotidiano profissional se somam e incidem na vida dos assistentes sociais. A busca pela própria sobrevivência, a alienação no trabalho, a defesa do projeto profissional e da ética, relações tensas e precarizadas de trabalho, acrescenta-se a isto a falta de estrutura na oferta dos serviços, e assim, as “novas doenças da alma’ diante de um precário mundo do trabalho” (ALVES, 2008, p.233) vão tomando forma.

Os processos de alienação estão intrínsecos ao trabalho assalariado, e a categoria não está imune, a constante contradição vivida pelos profissionais, a qual pode se limitar a servir ao capital ou pode atender aos interesses da classe trabalhadora (com a sua relativa autonomia), cria um ambiente de preocupação e de controle, pois a tríade, flexibilização/precarização/terceirização do trabalho, deixa o profissional à mercê das decisões e deliberações de maneira unilateral do seu empregador. Segundo Raichelis (2011), a autonomia relativa cede lugar à autonomia controlada. Nota-se que uma das assistentes sociais afirma que possui um grau elevado de autonomia em seu trabalho.

No quadro seguinte se encontram as formas pelas quais as profissionais (A, B e E) sentem as consequências, no seu subjetivo, do seu fazer profissional. E sobre esse assunto, Giovanni Alves (2012 apud SANTOS; MANFROI, 2015, p. 189) afirma que:

É por mobilizar, com intensidade e profundidade, a alma humana que o novo capitalismo, com sua nova cultura da fluidez e precarização do trabalho e da vida social, contribui para a epidemia de novas doenças psicossomáticas. As doenças do novo capitalismo atingem mais o homem integral, sua mente e corpo, com o estresse e a depressão sendo sintomas da colonização intensa da vida social pelos requisitos empresariais.

Na verdade, a reorganização do capital é que produz novas formas de exploração e captação de mão de obra, sua ideologia vai se transformando para que o trabalhador ofereça o que ele precisa em conformidade com seus novos contornos, ou seja, valores são criados para legitimar e reproduzir sua dominação e suas consequências são sentidas na esfera da vida social do sujeito.

Quadro 20 - Saúde e trabalho.

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Narrativas das assistentes sociais entrevistadas
Covid-19 (2)*;	Tem afetado minha saúde física e mental, estou sobrecarregada, tenho adoecido muito na garganta, tive covid-19 em maio, pois um de nossos acolhidos pegou a doença e ficou hospitalizado, tenho tido muito cansaço físico, ansiedade, sinto minha mente cansada de tanto resolver conflitos internos entre os acolhidos [...]. E minhas triagens, [...], são realizadas na rua, em paradas de ônibus, hospitais, na rodoviária, enfim, eu vou onde a pessoa está, porque quem precisa de acolhimento na grande maioria das vezes está em situação de rua. Meu telefone que fica à disposição dos acolhidos e das triagens, então toca de dia e de noite (Profissional A).

	Exerci o trabalho na linha de frente da Pandemia de Covid -19, fui contaminada pelo vírus, fiquei 15 dias afastada de licença médica, depois retornei ao trabalho apresentando algumas sequelas (Profissional B).
Sintomas variados (1)*;	Gerou estresse, ansiedade, queda de cabelo e insônia (mesmo estando muito cansada), irregularidade menstrual (Profissional E).

*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

As profissionais identificaram nessas narrativas como sentem a pressão e a responsabilidade de suas jornadas. As suas necessidades, pessoal e profissional, se entrelaçam e se tornam uma só, isso pode ser notado com clareza na narrativa da profissional A. As demandas do mundo do trabalho são extrapoladas para a vida subjetiva, a visão do sucesso profissional, na maioria das vezes, é confundida com a busca pelo poder e pelo individualismo, e assim a ideologia dominante vai se expandindo. A contradição entre o projeto profissional (o qual vai contra essa dominação e busca uma forma de superar essa ordem vigente) e o projeto do capital é evidente nesses contextos apresentados pelas participantes.

Outro destaque importante, haja vista a pandemia instaurada, é que essas profissionais foram expostas ao vírus, em suas falas pode ser constatado que isso foi em decorrência do trabalho exercido. Isto revela que as consequências da precarização, as quais o profissional de serviço social está envolto, não se difere dos demais trabalhadores assistidos pela política de assistência social, especificamente, uma vez que os riscos não são assumidos pelos empregadores, já que se assistiu a desresponsabilização com a saúde do trabalhador no contexto da pandemia.

Druck (2011) destaca a insegurança e saúde no trabalho com um dos tipos de precarização social. Sob os padrões baseados em um capitalismo mundializado vão se estabelecendo os modos de agir e de “aceitação” do trabalhador. A psicopatologia da precarização, segundo a autora, instaura a insegurança, a busca pela perfeição e também por extrapolar seus limites, torna-se, então, o trabalhador polivalente e volátil, em uma (in)cansável e frustrante tentativa de se adequar ao modelo moderno de trabalho decretado pelo capitalismo.

3.2.2 O trabalho profissional do assistente social e os desafios do acesso aos venezuelanos à política de assistência social.

Dada a caracterização feita, no tópico anterior, é importante que seja realizada a contextualização do trabalho profissional voltado aos usuários venezuelanos, em situação de deslocamento forçado, no contexto da política de assistência social.

As profissionais destacam que houve o aumento na demanda de atendimento, com exceção da participante D que não soube informar, e se sublinha aqui os apontamentos das profissionais A, C e F que são referentes ao acolhimento adequado e à priorização dos documentos. Ou seja, a iniciativa primeira é acolher esse venezuelano, dar suporte e a partir disso apreender as demandas posteriores trazidas por eles, como se observa na fala da profissional B. Frisa-se que somente em 2018 o Amazonas teve 10.500 solicitações de refúgio (ACNUR, 2020).

Quadro 21 - Aumento de demanda ao trabalho profissional do Assistente Social

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Principais impactos
Documentação e acolhimento (3)*;	[...] muita demanda por acolhimento, pois muitos ficaram sem ter onde morar ou ter como pagar aluguel [...] (Profissional A) O impacto principal, no meu ponto de vista, são os documentos como o CPF e protocolo de refúgio (SIC) são de extrema importância para assegurar seus direitos e proteção social (Profissional C). A procura de acolhimento, pois os abrigos não suportam grandes quantidades de pessoas em locais que são estruturados para receber em média 50 pessoas Registro e documentação (Profissional F).
Expressões da questão social (1)*;	Ampliação das demandas apresentadas por eles (Profissional B).
Sem impactos adicionais (1)*;	A instituição que trabalhei atende somente venezuelanos, então não houve impactos causados por essa demanda, tendo em vista que o abrigo foi pensado para esse público (Profissional D).

*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

No âmbito da assistência social, as demandas extrapolam a simples execução da política, por isso é preciso se compreender a realidade escamoteada de preconceitos e desprivilegio que atravessa a política, bem como a vida social de seus usuários. Para além disso, lidar com um público que instiga uma nova direção no trabalho do cotidiano, haja vista suas particularidades, e isso é um ponto a ser preservado e respeitado. Porém ocorre em um serviço já estabelecido pela política, em outras palavras, o serviço já existia, contudo precisou ser repensado para que a assistência pudesse ser dispensada aos venezuelanos evitando não cometer segregação ou discriminação, e nem abandonar as demandas já constituídas próprias do Brasil. Sendo que, é necessário entender a assistência social como proteção social, como reconhecimento da

cidadania e não a reduzir em distribuição de bens e benefícios, pois a exclusão está além do patamar de renda.

Decifrar a lógica do capitalismo contemporâneo é um desafio enfrentado pelo serviço social, dado que muitas vezes é despercebida no cotidiano em meio às mais variadas manifestações da questão social, que se traduzem em forma de demandas, e que instigam os assistentes sociais “a formular mediações teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva da competência crítica diante das exigências burocráticas e administrativas que lhe são requeridas [...]” (RAICHELIS, 2010, p. 753).

Assim, no quadro seguinte, as profissionais falam sobre os desafios encontrados no atendimento aos venezuelanos em deslocamento forçado. As profissionais destacam a xenofobia, o idioma, a burocratização e o trabalho precarizado.

Quadro 22 - Desafios ao trabalho profissional do Assistente Social

Categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo	Respostas apresentadas pelas participantes
Xenofobia (3)*;	<p>A Xenofobia, todos os encaminhamentos que damos aos venezuelanos, há sempre a necessidade de acompanhá-los até o local, caso contrário eles são destratados e seus direitos violados (Profissional A).</p> <p>A xenofobia e a falta de conhecimento das leis (Profissional D).</p> <p>Outro fato observado é a indiferença por saber que é um estrangeiro, o tratamento é diferenciado, ou seja, excludente (Profissional F).</p>
Idioma (1)*;	O primeiro desafio foi a comunicação, pois o idioma é diferente e não possuíamos tradutor (Profissional B).
Burocratização (2)*;	<p>O maior desafio é quando o usuário chega no Brasil, necessitando com urgência de atendimento médico, e não tem os documentos necessários, apesar de trabalharmos com parceria com outros órgãos, é necessário, fazer o agendamento para atendimento (Profissional C).</p> <p>A questão do Registro de Nascimento da criança que nasceu em solo brasileiro, pois por haver muita demanda nas maternidades há dificuldades em viabilização desse documento (Profissional F).</p>
Trabalho Precarizado (1)*;	Apesar de alguns terem a documentação, profissionalização, alguns não recebem salários compatíveis com as atividades realizadas. A diária de um venezuelano, na maioria das vezes, é metade do que um brasileiro recebe (Profissional E).

*Quantitativo de narrativas direcionadas para esta categoria.

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Observa-se no quadro 22 a prevalência majoritária da indicação da xenofobia como um desafio ao trabalho profissional junto aos venezuelanos. Essa xenofobia deve ser entendida como:

[...] o comportamento de aversão ao estrangeiro que comine na negativa ou restrição irrazoável do exercício de direitos humanos (e fundamentais), reconhecidos pelo ordenamento jurídico pátrio aos estrangeiros, por receio ou medo de ‘nocividades’ [...] (VITORINO; VITORINO MIRANDA, 2018, p.100).

As figuras seguintes foram extraídas de sites que noticiaram situações vividas por venezuelanos relacionadas à xenofobia.

Figura 13 - Notícia sobre xenofobia e os venezuelanos.



Fonte: The Intercept Brasil, 2018.

Figura 14 –Notícia sobre xenofobia e os venezuelanos



Fonte: El Brasil, 2018.

Figura 15 - Comentários extraídos de rede social.

São bandos de preguiçosos, os Haitianos trabalham todo dia embaixo de sol quente nem que seja vendendo meia mas estão lá, e os venezuelanos passam o dia inteiro sentados sem fazer nada ali nos franceses.

Os caras irem ajudar estrangeiros em vez de conterrâneos!! Só pode ser para aparecer. Bem feito otários.

Fonte: Facebook, 2020.

Para explicar as razões da xenofobia, Figueira (2018) se baseia nos estudos de Arjun Appadurai, um sociólogo indiano, que tece considerações sobre identidades majoritárias, uma identidade comum de onde deve originar a fonte de soberania e que não aceita minorias. Essa ideia pode conduzir a violências, pois não se admite diferenças e tampouco deixar sobressair o

direito humanitário em detrimento à propriedade privada. Soma-se a isso, um nacionalismo incentivado por falácias “politiqueiras” que encobrem o real interesse de agentes políticos, que vai na contramão da perspectiva de direitos humanos encontrada na Constituição Federal, pois “é a exploração do sentimento de unidade do povo como massa de manobra na luta pelo poder” (LOPES, 2018, p.110). E assim, culpabilizam os estrangeiros pelo caos nos serviços públicos e na falta de estrutura das políticas, conforme se viu na figura 14, o socorro deve ser para os nossos, somente a “maioria” é digna de ser atendida.

Outra preocupação revelada no quadro 22 foi a questão da exploração do trabalho, em razão de sua necessidade primeira, a alimentação. E assim, são atraídos com promessas e esperanças de uma vida melhor para quem se instalou no Brasil ou para quem ficou, pois muitos mandam suprimentos aos familiares que continuam na Venezuela. O artigo 5º da Constituição deixa bem claro que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, e por isso, devem ter seu direito ao trabalho protegido.

Outro aspecto extremamente relevante apontado pelas profissionais é o idioma. O acolhimento e o atendimento de qualidade precisam ser especializados e isso engloba conhecer o espanhol ou, no mínimo, disponibilizar um intérprete. A Constituição prega em seu artigo 4º a integração, social e cultural dos povos da América Latina, e diante disso é preciso não revitimizar essas pessoas. A importância, tanto de compreender o espanhol, como de proporcionar o aprendizado do português, é vista como uma ferramenta de socialização e até mesmo de empoderamento, dado que fica mais fácil buscar sua inserção no mercado de trabalho, aperfeiçoamento profissional e evitar armadilhas transvestidas de filantropia.

Pode-se observar no quadro 23 que quatro profissionais participaram de capacitações para atuar com esse público, e essas capacitações foram proporcionadas pelas instituições a que estavam vinculadas.

Quadro 23 - Capacitação para qualificar o atendimento.

	Realizou capacitação	Capacitação oportunizada pelo serviço de acolhimento
SIM	Profissionais A, C, E, F	Profissionais A, C, E, F

NÃO	Profissionais B, D	-
------------	-----------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Na organização da gestão do trabalho da política de assistência social existe a previsão de capacitações permanentes, a fim de qualificar de forma sistemática e continuada os trabalhadores dessa esfera. A política nacional de educação permanente do SUAS:

[...] constitui, portanto, uma resposta às demandas por qualificação do provimento dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle social do SUAS, não apenas representativa dos anseios do conjunto de sujeitos envolvidos na construção desse Sistema, mas também de um ousado e arrojado modo de se conceber e fazer a formação de pessoas para e pelo trabalho, visando à emancipação dos trabalhadores e dos usuários do Sistema (BRASIL, 2013, p. 10).

O aperfeiçoamento continuado é um direito e um dever do assistente social estabelecidos em seu Código de Ética, que nos princípios fundamentais em seu inciso VII diz que é necessário o “[...] compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CFESS, 2012, p. 24); e o inciso X fala sobre o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (Idem, p.24); Já o artigo 2º alínea f estabelece a necessidade de “aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código (Idem, p. 26); e o artigo 10 indica a necessidade de “mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado/a, para fim de estudos e pesquisas que visem o aprimoramento profissional [...]” (Idem, p. 32).

Deste modo, a capacitação precisa ser constante para dar concretude aos serviços ofertados, e desenvolver as competências necessárias na operacionalização da assistência social, tendo em vista que a execução terminal das políticas não mais atende às requisições, demandas e atribuições impostas ao serviço social. O desenvolvimento e o amadurecimento de saberes são necessários para tornar os processos de trabalho que estruturam a gestão, menos burocráticos, norteadores da sistematização das ações, e orientar a construção compartilhada de soluções direcionadas para fortalecer a concepção de direito dessa política.

Interessa também pontuar que na conjuntura atual, outro desafio posto ao assistente social, como um dos trabalhadores do SUAS, é reafirmar a assistência social como política, ratificar sua função protetiva baseada no direito, e fortalecer o controle social. A desestruturação das ações sob o parâmetro do voluntariado e da caridade, apoiados pelo alicerce

religioso, enfraquece e desmantela o SUAS, e gera rebatimentos diretos na prestação dos serviços e das ações.

Ademais, atinente às atividades realizadas pelas profissionais se destacam no próximo quadro as seguintes questões: acompanhamentos sociais, encaminhamentos realizados ao CRAS/CREAS e demais políticas, estudos socioeconômicos e planos de trabalho.

Quadro 24 - Desenvolvimento do trabalho profissional.

Atividades realizadas	A	B	C	D	E	F
Acolhida	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Às vezes	Sempre
Acompanhamentos Sociais	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre
Atividades de Mobilização Social	Sempre	Às vezes	Às vezes	Nunca	Nunca	Às vezes
Oficinas, Mini cursos e Palestras em matéria de serviço social, política social e temáticas afins	Às vezes	Às vezes	Sempre		Sempre	Às vezes
Encaminhamento ao CRAS /CREAS (serviços e Cadastro Único)	Sempre	Às vezes	Sempre	Às vezes	Sempre	Sempre
Encaminhamento ao CRAS/INSS (BPC)	Sempre	Nunca	Sempre	Às vezes	Às vezes	Às vezes
Encaminhamentos à rede socioassistencial	Sempre	Sempre	Às vezes		Sempre	Sempre
Encaminhamentos aos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos	Sempre	Às vezes	Sempre	Às vezes	Sempre	Sempre
Encaminhamentos às demais políticas públicas setoriais	Às vezes	Às vezes	Sempre	Às vezes	Sempre	Sempre
Escuta	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre
Estudos socioeconômicos	Sempre	Às vezes	Sempre	Nunca	Às vezes	Sempre
Formulação de planos e/ou projetos de trabalho social	Sempre	Às vezes	Sempre	Sempre		Às vezes
Promoção ao acesso a programações culturais, de lazer, de esporte, dentre outras.	Sempre	Sempre	Sempre	Às vezes	Às vezes	Às vezes
Supervisão de estágio	Sempre	Nunca	Às vezes	Nunca	Nunca	Às vezes
Visitas domiciliares	Às vezes	Às vezes	Às vezes	Às vezes	Nunca	Às vezes
Visitas Institucionais	Sempre	Às vezes				

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020.

Nota-se que todas as assistentes sociais afirmaram que realizam o acompanhamento social. Desta maneira, para que o acompanhamento social aconteça é preciso dominar técnicas e saberes, o que mais uma vez se destaca a importância da capacitação, dado que o profissional constrói respostas às demandas postas, e isso requer organização, metodologia e planejamento. Não de uma forma escalonada, mas integrada, sistematizada e continuada, para que, em conjunto com os usuários, respeitando suas realidades e potencialidades, a intervenção possa ocorrer.

O acompanhamento no âmbito do SUAS consiste em:

[...] conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias (BRASIL, 2009, p. 20).

A oferta do acompanhamento deve ocorrer com a total anuência dos usuários (família e/ou indivíduos), precisa ter prazo e objetivos definidos. Por meio do acompanhamento se amplia a capacidade protetiva e a prevenção e mitigação de violações.

Igualmente, observa-se o tópico referente aos encaminhamentos aos CRAS e CREAS, todas as assistentes sociais entrevistadas informaram que esses encaminhamentos estão presentes em seus cotidianos e apenas uma informou nunca ter realizado encaminhamento ao CRAS, objetivando a inserção no Cadastro Único para solicitação de BPC.

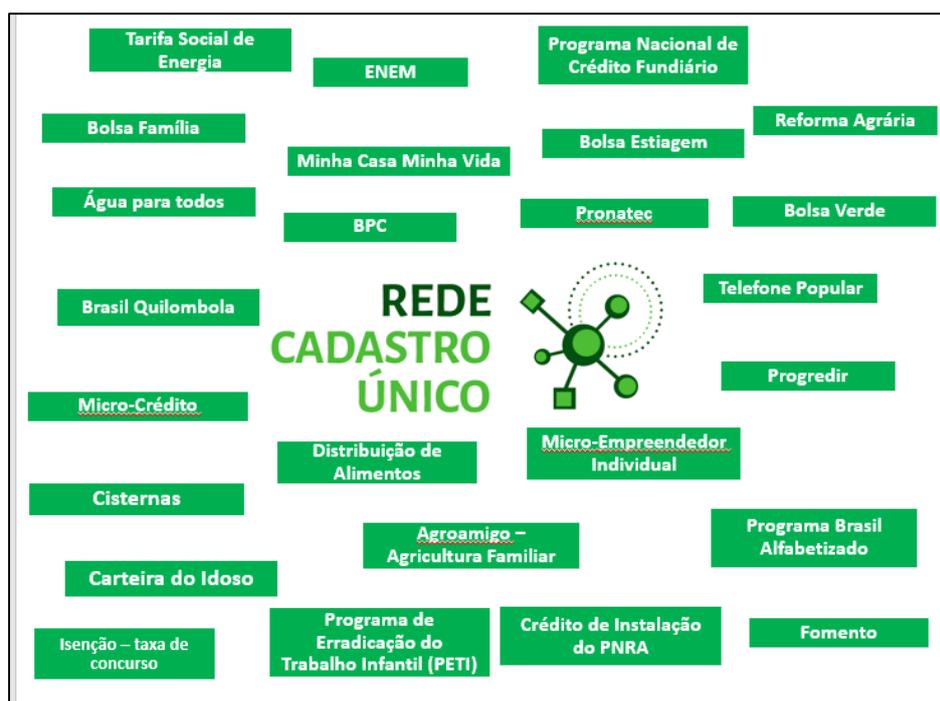
Como já mencionado previamente, a necessidade de elaborar, planejar, gerir e executar um serviço pensando no trabalho em conjunto, na transversalidade nas proteções (básica e especial), torna as possibilidades de intervenções mais abrangentes e mais sólidas, em virtude do acompanhamento realizado.

Cabe destacar ainda que o estrangeiro pode ser cadastrado no Cadastro Único de Programas Sociais desde 2014, observando as orientações da SENARC. O cadastro contempla algumas especificidades deste público, como por exemplo: identificação de nascido em outro país, famílias em situação de abrigo e famílias em situação de rua. Dados do então Ministério do Desenvolvimento Social, de 2018, apresentam um crescimento significativo de cadastramentos de famílias com pelo menos uma pessoa nascida na Venezuela, sendo que em janeiro de 2015 eram de 59 famílias, em janeiro de 2017 subiu para 248 e em setembro de 2018 chegou a 3448 famílias. Salienta-se que inexistente a prioridade dos venezuelanos em detrimento

aos demais brasileiros, e também os critérios para a inclusão nos diversos benefícios são os mesmos.

A figura 16 indica os benefícios que os estrangeiros têm direito, observando os critérios de elegibilidade.

Figura 16 - Benefícios



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

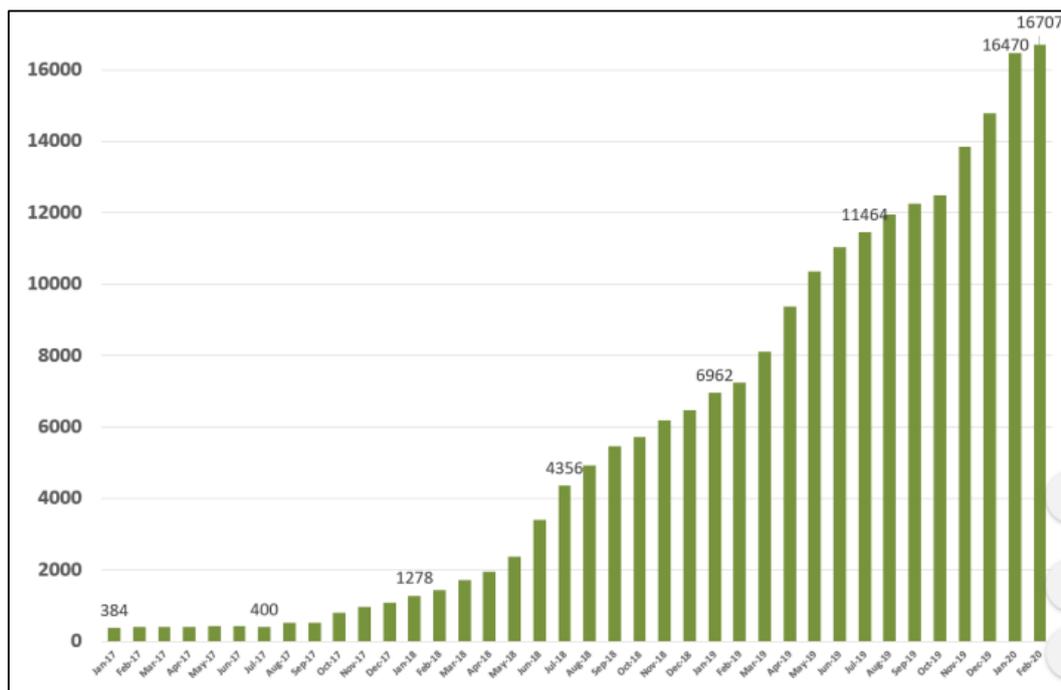
Já foi explanado neste trabalho, que em 2017, o STF concedeu o direito aos estrangeiros de solicitarem o BPC, também nas mesmas condições que os brasileiros. A concessão aos estrangeiros contribui para a sua dignidade, fomenta a solidariedade social e a consolidação de direitos básicos que asseguram o mínimo para sua subsistência. Em fevereiro de 2020, de acordo com o ACNUR (2020), 309 venezuelanos estavam recebendo o BPC.

Soma-se a estes dados, o quantitativo de venezuelanos inseridos no Programa Bolsa Família, que em janeiro de 2017 eram de 384 venezuelanos e em fevereiro de 2020 atingiu o quantitativo de 16707 beneficiários (idem).

Outrossim, ainda enquanto ferramentas para inclusão social e integração local, estão o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, cujas famílias devem ser incentivadas a participar, respeitando seu ciclo de vida e buscando a ampliação de trocas culturais, além de prevenir riscos sociais.

Afora isto, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, na proteção especial, busca dar assistência em casos de situação de ameaça ou violação de direitos, bem como contribuir com a função protetiva da família.

Figura 17 - Total de venezuelanos beneficiários do Programa Bolsa Família.



Fonte: Acnur, 2020.

Por conseguinte, os venezuelanos têm o direito de serem atendidos, conforme as demandas apresentadas, nas proteções social e especial. A integralidade nas proteções, a referência e a contrarreferência, objetiva complementar os serviços e ter a superação das suas dificuldades (OLIVEIRA, 2017). Uma observação pertinente sobre esses dados relativos à referência e a contrarreferência, é que não se trata de criar, elaborar ou implantar novos serviços, benefícios e programas voltados exclusivamente para os venezuelanos, mas de assegurar o acesso aos direitos socioassistenciais já existentes na proteção social.

Todavia, a assistência social não pode ser essa “super” política que o capital quer que a sociedade acredite, a visão romântica e ao mesmo tempo contraditória imposta pelo sistema (uma política que pode e deve dar conta dos excluídos sem trabalho). Essa visão configura a mitigação do direito ao trabalho protegido.

Assim, não somente na conjuntura dos venezuelanos em deslocamento, mas também em relação à sociedade de modo geral, a assistência social e sua ampliação precisam ser enxergadas

sob o prisma, da também ampliação do capital, sendo que a raiz da desigualdade, de fato, não foi alterada. Nesse sentido, os programas de transferência de renda são apresentados como a solução do combate à pobreza.

Porém, não se pode pormenorizar os efeitos advindos do Programa Bolsa Família, uma vez que abarcou anseios das classes subalternas, não foi somente um suporte ideológico.

Evidentemente que não podemos menosprezar o peso material e social das políticas de redução da pobreza implementadas na última década, a despeito de terem sido tímidas e de não afetarem a reprodução da desigualdade social no Brasil. Embora atendam necessidades reais das classes subalternas, elas também contemplaram interesses de importantes setores econômicos, como foi o caso da construção civil, das obras de infraestrutura, da criação de vagas em universidades privadas, da expansão dos planos de saúde, do crédito ao consumidor, da bancarização dos cartões magnéticos do Bolsa Família etc., sem esquecer os nichos de acumulação sob os auspícios da renúncia fiscal e dos recursos do BNDES que ativaram o mercado interno, ampliaram o consumo e expandiram os empregos (MOTA, 2017, p.42).

Neste aspecto, a transversalidade com as demais políticas aponta para a direção de uma proteção em conjunto, do trabalho em rede como estratégia intersetorial de garantia de direitos. Ao considerar a totalidade e a complexidade da realidade, desconsidera-se a fragmentação das expressões da questão social vivenciadas pelos usuários. Entretanto, pode esbarrar em arranjos burocráticos, gestão centralizada e nas redes baseadas em relações de amizade.

Ao estabelecer a intersetorialidade como um de seus eixos estruturantes, a política de assistência e as demais políticas sociais de caráter integral passaram a enfrentar os obstáculos de um ambiente historicamente setorial, fruto das influências do modelo cartesiano na intervenção estatal, fato esse agravado ainda mais pela cultura política nacional, marcada por ações de caráter clientelista, paternalista e assistencialista. Sendo assim, o SUAS enfrenta uma série de barreiras que dificultam a consolidação da ação em rede e da intersetorialidade na esfera prática (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 122).

Dentro das particularidades que envolvem o trabalho profissional descritas no quadro 24, destaca-se a realização de estudos socioeconômicos, haja vista que a Lei 8662 de 1993 em seu Artigo 4º, inciso XI estabelece como competência do assistente social “realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”. Observa-se que cinco assistentes sociais entrevistadas neste estudo declararam que no desenvolvimento de suas ações realizam estudos socioeconômicos e uma afirma que nunca faz uso dessa ferramenta para subsidiar seu trabalho.

Mioto (2009) afirma que o estudo socioeconômico foi legitimado historicamente pela profissão e foi acompanhando o serviço social em suas mudanças teóricas e metodológicas. Contudo, a partir da perspectiva da teoria social de Marx, os estudos socioeconômicos passaram

a ser norteados por dois pontos fundamentais: a relação das demandas sociais com as expressões da questão social e o compromisso com a transformação das bases de produção. Além disso, são tidos como um aporte na garantia de direitos e um suporte para gestão das políticas públicas.

Assim, os estudos socioeconômicos estão presentes em vários espaços ocupacionais e estão no campo de acesso a bens e serviços, possuem ainda uma dimensão operativa e ética, sua finalidade é “conhecer com profundidade, e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais” (FÁVERO, 2005, p.42).

Contudo, estes estudos socioeconômicos não se limitam a detalhar a vida social do usuário, circunscreve-se na esfera das tensões encontradas no trabalho profissional dos assistentes sociais: contradições intrínsecas ao sistema capitalista e o trânsito de projetos societários distintos. Esse instrumento deve ser enxergado na ótica do direito, e também na esfera do compromisso com o projeto ético-político. Exige ainda do profissional conjugação de saberes, ética e domínio teórico-metodológico (MIOTO, 2009).

Outro elemento presente no trabalho profissional do assistente social é o Projeto de Trabalho. Sob esse ponto, apenas a profissional E preferiu não se pronunciar sobre a questão.

Destarte, dentro da autonomia que o profissional tem, é imperativo em um espaço ocupacional que se identifique as demandas e a partir disso, reconhecer qual o trabalho do assistente social, para evitar a mera reprodução do projeto da instituição como o seu. A formulação do projeto de trabalho indica o que será desenvolvido pelo profissional, elenca as prioridades, define as ferramentas/estratégias, socializa as informações, bem como estabelecer limites e possibilidades. Afora isto, é um recurso extremamente importante, tanto para o assistente social que tem um norte delineado, para o usuário que tem o direito de conhecer as ações profissionais nas respostas as suas demandas, e para a instituição, pois fica evidente os compromissos assumidos pela profissão.

Logo, trata-se de um instrumento que ratifica o projeto ético-político hegemônico do serviço social. Evidentemente, que existem outras filiações teóricas diferentes, porém, a filiação à teoria social de Marx dá o suporte necessário para o entendimento da realidade enfocando as relações sociais e as relações econômicas, e isso proporciona ao assistente social o embasamento necessário para confecção do seu projeto de trabalho.

A pesquisa para subsidiar o trabalho profissional é também um dado significativo, que não está presente no quadro 24, porém foi abordado na entrevista com as participantes. Assim, apenas a profissional A revelou que costuma utilizar pesquisas em seu cotidiano profissional.

[...] no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. Faz-se necessário não apenas coordenar e executar políticas sociais, projetos e programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a *natureza investigativa das competências profissionais*. Mais do que uma postura, o *caráter investigativo* é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais (GUERRA, 2009, p. 3, grifo da autora).

A intervenção profissional desconectada da realidade leva o assistente social a minimizar as manifestações da questão social, fazendo com que esse profissional também passe à encaixá-las em um todo homogêneo e retilíneo, no qual moldes de intervenção pré-concebidos são dispensados aos usuários, ou seja, tenta-se uma intervenção única para a resolução das mais variadas demandas profissionais.

A pesquisa tem um lugar privilegiado para a profissão, seja para qualificar as ações diárias nas respostas aos usuários, seja no enriquecimento intelectual, o fato é que, sem pesquisar, o risco de proceder equivocadamente é eminente, pois a realidade dada não está nítida.

Aqui se destaca a dimensão investigativa da profissão, que está intrinsecamente ligada à dimensão interventiva. Desta forma, exige-se respostas para além do imediatismo e vê-se a necessidade de um profissional crítico-investigativo, e estes elementos devem convergir para uma instrumentalidade mais qualificada.

Considerando que a pesquisa produz um conhecimento “provisório, parcial, histórico” (GUERRA, 2009, p. 5), o profissional que sistematiza suas ações e privilegia a dimensão investigativa está sempre em constante aprendizado.

O quadro 25 aponta os recursos disponíveis para o trabalho com os venezuelanos no espaço de acolhimento.

Quadro 25 - Recursos disponíveis no Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias.

Recursos disponíveis para o desenvolvimento do trabalho profissional	SIM	NÃO
Sala Individual	Profissionais B, C, D, F	Profissionais A, E
Espaço compatível para assegurar o sigilo profissional	Profissionais B, C, D, E, F	Profissional A
Sala para atividades em grupo	Profissionais	Profissionais

	B, C, D, E	A, F
Mobiliário suficiente	Profissionais B, C, D, E	Profissionais A, F
Computador	Profissionais A, B, C, D, E, F	-
Acesso à Internet	Profissionais A, B, C, D, E	Profissional F
Telefone	Profissionais C, E	Profissionais A, B, D, F
Transporte para realização do trabalho	Profissionais A, B, C, D, E, F	-
Material de expediente suficiente	Profissionais C, D, E	Profissionais A, B, F
Arejamento iluminação adequados	Profissionais C, D, E	Profissionais A, B, F
Ar-condicionado	Profissionais B, C, D, E, F	Profissional A

Fonte: Elaborado pela autora deste estudo com base na pesquisa de campo, 2020

O quadro indica as condições presentes no espaço ocupacional voltado para o atendimento aos venezuelanos em situação de acolhimento. Para fazer uma análise dessas condições, cabe destacar que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) responsável por orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional, editou resoluções que regulamentam o trabalho do assistente social.

A resolução 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional em seu artigo 2º preconiza que:

O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

Essa resolução não esbarra, simplesmente, na vontade do empregador ou no respeito ao trabalho adequado e/ou decente do assistente social, vai mais além, esbarra em determinações sócio-históricas dentro de uma sociedade baseada na exploração do trabalho.

Logo, essa resolução é uma forma de resistência da classe trabalhadora, é também rebeldia, pois dizer ao capital que profissionais precisam de condições adequadas para a realização do seu trabalho, chega a ser uma afronta à sociabilidade capitalista.

As condições objetivas e subjetivas impostas pelo capital à classe trabalhadora e à vida social, longe de se constituir referências secundárias ou servir de cenário para a vida cotidiana, são, na verdade, determinações que tecem modos de ser e viver. No entanto, é fundamental lembrar que esse é um movimento contraditório, aberto à luta de classes, permeável à ação das forças organizadas do trabalho, à atuação e reflexão crítica dos sujeitos individuais e coletivos, que também fazem a história, ainda que em condições bastante adversas (SANTOS, 2010, p.698).

Desta forma, não se refere a corporativismo, vantagens ou criar privilégios em detrimento a outras categorias, a intenção não é se afastar da massa de trabalhadores, mas mostrar que é necessário combater a exploração do trabalho. Tal como, assegura um direito do usuário, direito de não ser novamente violentado por falta de condições de atendimento e de acolhimento.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014, p.44, grifo nosso) indica que o Serviço de Acolhimento Institucional:

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e **estrutura física adequada**, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e **às necessidades dos usuários**, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (BRASIL, 2009, p.26, grifo nosso) reconhece como responsabilidades do gestor do sistema: “**oferecer condições adequadas** (grifo nosso) de trabalho quanto ao espaço físico, material de consumo e permanente”.

Já a Lei 13.445 de 2017 em seu artigo 3º, inciso X, referente às políticas públicas estabelece: “inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;”.

Notam-se que os destaques nas normativas supracitadas não podem ser vistos como aspectos triviais relacionados à estrutura física. A forma como o trabalho será desenvolvido e os resultados alcançados estão presentes na equação representada pelos recursos humanos, direitos, precarização e garantias.

É preciso considerar também, que tanto na esfera da realização do projeto ético-político, quanto na produtividade objetivada pelo projeto do capital, o quesito condições de trabalho interfere na consecução de um fim dentro desses projetos. A ausência de condições objetivas na realização do trabalho profissional do assistente social, em um todo articulado com os demais trabalhadores do SUAS, implica ainda, como já citado, nos processos de adoecimento.

A concepção de direito trazida pela Constituição, mesmo com as transformações no mundo do trabalho, impõe à política de assistência social a substituição da desprofissionalização, da filantropia e dos arranjos de favores, conforme já demonstrado anteriormente. Logo, exige-se saberes e competências para viabilização de direitos.

Pode-se constatar, prioritariamente, quanto ao sigilo profissional que nem todas as assistentes sociais entrevistadas têm condições para assegurar esse direito como a profissional A. No entanto, é fundamental também, considerar que as demais participantes, B, C, D, E e F, afirmam que mantêm o sigilo resguardado, obedecendo às normativas da profissão:

Código de Ética em seu artigo 2º, inciso d que trata da “inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional” e o que consta na Resolução CFESS n. 493/2006,2 que em seu artigo 3º afirma que “o atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo”. Esta resolução é uma estratégia do CFESS em defesa das condições de trabalho do(a) assistente social (SANTOS, 2010, p. 702).

Em relação ao acesso à internet, telefone e material de expediente suficiente, vê-se que as profissionais não dispõem das mesmas condições. Esses elementos são igualmente importantes no cotidiano profissional, são usados para contribuir com a desburocratização no atendimento, na viabilização de direitos e até mesmo como um canal de contato e acompanhamento dos usuários.

Por conseguinte, o trabalho no âmbito do SUAS tem uma dimensão estratégica e sobre esses aspectos é que se deve direcionar o olhar ao trabalhador do SUAS. Sabe-se que em todos os espaços sócio-ocupacionais a precarização está presente, e a efetiva fiscalização dos conselhos fortalece a resistência aos desmontes impostos pelo capital.

Portanto, os desafios postos no cotidiano profissional levam a categoria a “fortalecer em cada situação concreta as possibilidades que emergem do solo profundo das contradições” (SANTOS, 2010, p. 713). A defesa de condições adequadas ao trabalho profissional é também a materialização do projeto ético-político da categoria.

Nesse panorama apresentado, sob a luz do arcabouço normativo da profissão, seus valores, parâmetros éticos e especificidades da política de assistência, o atendimento prestado aos refugiados e imigrantes venezuelanos no contexto macro da mundialização do capital e suas transversalidades imperialistas, requisita ao assistente social o desvelamento dessa realidade enfrentada por essa população que buscou acolhida em outro país. Em suma, as tendências advindas do capitalismo ditam as regras do mercado e afetam as condições objetivas e também as subjetivas do trabalho profissional do assistente social, isso gera implicações ao

desenvolvimento do trabalho. Posto que, no contexto apresentado da política de assistência social, a principal implicação é a rotatividade de profissionais, haja vista a fragilidade das relações de trabalho. Desse modo, apresenta-se uma realidade que difere do que é estabelecido pela política e caracteriza uma descontinuidade de ações, interrupções de acompanhamentos, o que é extremamente prejudicial no processo de inclusão e pertencimento desse imigrante/refugiado.

Soma-se a essa realidade, a alienação vivida pelas profissionais, o que é inerente ao sistema capitalista de produção, e que é exacerbada quando existe o distanciamento do projeto ético-político do serviço social, como foi visualizado em uma narrativa que revelou que esse distanciamento ocasiona, principalmente, o não reconhecimento da questão social como objeto da profissão, impossibilita a compreensão da totalidade apresentada pelo usuário, bem como dificulta a construção de estratégias emancipatórias de intervenção.

Logo, promover e garantir direitos vai muito além do aparente, e esse é o grande desafio. As profissionais ressaltaram o trabalho em rede como um instrumento importante, e isso é uma estratégia que precisa ser legitimada na política, porém de forma verdadeiramente estruturada, isso quer dizer que precisa funcionar (atender o fim almejado) sem a pessoalidade de uma rede paralela de amizades e favores, pois dessa maneira contribui para o distanciamento das concepções eleitoreiras de outrora da política em tela, mas que insistem em se renovar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como foco o trabalho profissional das Assistentes Sociais dispensado aos venezuelanos em deslocamento forçado (refugiados e imigrantes), atendidos

pela política de assistência social em Manaus, no âmbito da proteção social especial. Esta temática conduziu ao debate sobre a questão social e suas manifestações sob o prisma da mundialização da economia, da dependência na América Latina e dos avanços geopolíticos da dominação do capital decorrentes da ofensiva neoliberal.

Então, há de se questionar qual o papel do serviço social neste emaranhado capitalista. Logo, torna-se imprescindível compreender que o assistente social tem seu cotidiano atravessado pelos ditames e consequências do capitalismo. Mesmo sob esse imperativo, não basta replicar procedimentos de maneira estanque, não existe a possibilidade de realizar uma intervenção que afiance direitos, respeite a liberdade do usuário e fomente seu protagonismo (individual, coletivo e político) sem decifrar a realidade. Construir esse tipo de resposta permite superar práticas esvaziadas da concepção de direitos, tanto no interior da profissão, como nas ações e direcionamentos da política de assistência social.

Mas, os motivos pelos quais o serviço social foi privilegiado nesse estudo se dá por sua capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no deslindar da totalidade que envolve o seu objeto de trabalho, além de fortalecer as ações da política de assistência social e traçar, enquanto categoria, direcionamentos voltados para contrapor tendências conservadoras que ferem o projeto ético-político da profissão e que ainda pairam sobre a referida política.

A mobilidade internacional, hoje, está sendo amplamente debatida, no entanto, no que tange ao deslocamento forçado dos venezuelanos para o Brasil, é preciso imergir em um contexto que vá além das demarcações fronteiriças e midiáticas. Essa “diáspora” tem raízes profundas, e por isso se torna tão importante acolher e atender perante a concepção dos direitos fundamentais, tendo como pano de fundo as perspectivas histórica, crítica e dialética. O desafio para o profissional de serviço social não é somente viabilizar bens e serviços, mas de forma ampliada criar metodologias para que essa demanda seja atendida e percebida em suas particularidades. Afora isso, a luta é pela consolidação e fortalecimento de ações que primam pela liberdade, respeito e dignidade de todos os usuários da política de assistência social, quiçá transcender essa política e alcançar as demais.

Todavia, não se pode colocar esse tipo de meta como inatingível, haja vista que no Código de Ética do assistente social em seu artigo 8º elenca deveres do profissional quanto à relação com as instituições, e tais deveres prezam pela excelência no atendimento em um patamar distinto da gestão burocrática e produtivista posta pelo capital. Longe, também, da postura messiânica no agir profissional, uma vez que, sabe-se que o assistente social sozinho não pode dar resolutividade às demandas dos usuários da política de assistência social.

Considera-se que o assistente social, assim como qualquer outro profissional que vende a sua força de trabalho, é atingido pelas determinações do capital. A precarização cada vez mais sufocante, porém paradoxalmente tida como liberdade, vai delineando não só as oportunidades, mas também o subjetivo dos profissionais. Tais determinações foram vistas na falta de segurança quanto aos contratos de trabalho e baixos salários das participantes da pesquisa.

A temática apresentada trouxe inquietações consideravelmente relevantes aos processos de trabalho do assistente social, haja vista que se prender ao imediato gera uma distorção na maneira de enxergar o sujeito e, conseqüentemente, no modo de organizar esses processos para produzir uma resposta. Responder esse imediato sana momentaneamente uma necessidade do usuário. Desse modo, adensar, no cotidiano, o debate sobre o deslocamento forçado dos venezuelanos, a acumulação capitalista e o projeto profissional, é urgente e necessário.

A pesquisa revelou que as profissionais têm conhecimento do projeto ético-político hegemônico do serviço social e isso torna o espaço ocupacional um local de resistência e ao mesmo tempo de resignação, já que passam a enxergar o cotidiano com suas contradições. Notou-se que existe a necessidade de compreender a dimensão da instrumentalidade do serviço social e a ausência de pesquisas para subsidiar o trabalho evidenciam essa afirmativa. Focar-se nas dificuldades e limitações próprias do mundo do trabalho e das políticas sociais afasta o profissional da sua base teleológica e do compromisso ético com a transformação social. Lógico que as dificuldades existem e não podem ser ignoradas, pois prejudicaria a intervenção profissional, mas devem ser superadas. Dessa forma, novas alternativas vão se constituindo.

Cresce a exigência de um profissional que seja propositivo, isso significa apreender o movimento do capital, suas metamorfoses, camuflagens e supostas benfeitorias, para direcionar suas ações sob as esferas ética, técnica e política. Os profissionais se confrontam atualmente com (contra)reformas nos direitos sociais, violência estrutural, negação da ciência, conservadorismo e ataques às determinações socio-histórica da profissão, que visam resgatar a visão incriminadora da questão social. Assim, conhecer as múltiplas faces da questão social requer do profissional um mergulho na teoria social crítica com o intuito de defender os interesses da coletividade, seja ela formada por brasileiros ou estrangeiros, para repensar ações que, de alguma forma, subalternizam e estigmatizam o usuário.

Não é objetivo deste estudo realizar críticas negativas ao trabalho desenvolvido ou culpabilizar profissionais, mas contribuir com as reflexões para que se possa construir alternativas para fortalecer o trabalho profissional, e com isso proporcionar ações que apontem para a democratização das relações sociais e acesso a direitos. É inevitável que os processos

alienantes apareçam no cotidiano profissional em virtude da precarização do trabalho e das imposições do sistema capitalista.

Em contraponto a isto, privilegiar processos continuados de formação e qualificação profissional é um caminho necessário e decisivo para os assistentes sociais. Bem como, a participação nos espaços destinados para a categoria discutir e deliberar se tornam um suporte para a hegemonia de um discurso e de estratégias profissionais. Reitera-se ainda a necessidade de se apropriar da teoria social crítica de Marx.

Em suma não existe um roteiro ou uma receita a seguir quando se trata do cotidiano profissional. Existe sim uma inquietação voltada para garantir os direitos dos profissionais de serviço social, e de maneira clara e sem dúvida, precisa iniciar nos espaços participativos da categoria. Não se trata de retórica repetitiva, mas de robustecer a luta coletiva.

O constante aperfeiçoamento distancia o profissional dos fragmentos da realidade, repele a suposta dicotomia entre teoria e prática e corrobora com o que foi dito anteriormente sobre o fortalecimento da categoria. Importa destacar que o SUAS prevê que o trabalhador participe de capacitações, aqui se faz um parêntese pois o assistente social, especificamente, acompanhando as suas normativas enquanto categoria, precisa ter o compromisso com a sua formação continuada. Dessa forma, há de se observar que apenas mergulhar nas especificidades da política não basta, é imprescindível se ater as especificidades da sua formação profissional, até para que se possa analisar a política no contexto do capital e não se tornar mero executor.

Quanto a isto, a contradição encontrada, perante os resultados da pesquisa com as profissionais, é que se afirmou conhecer o projeto da profissão (ainda que parcialmente), no entanto ações divergentes a esse projeto foram evidenciadas, como o não reconhecimento da questão social como objeto da profissão. O resultado desse tipo de pensamento desloca do real a intervenção profissional e a torna fragmentada, sem uma conexão com a problemática apresentada pelo usuário, bem como o fazer profissional pode adquirir uma face fatalista.

Constatou-se também, na maioria das narrativas, que a participação do imigrante e refugiado venezuelano, como forma de inclusão, se reduziu a reuniões e atividades socioeducativas. Todavia, é importante para política e principalmente para esses usuários, enaltecer intervenções aparentemente exitosas, e que porventura podem se tornar um direcionamento nas intervenções na esfera dos direitos socioassistenciais. A referência aqui é encontrada na fala de uma das participantes quando busca construir um plano em conjunto com esse usuário, respeitando sua especificidade, uma vez que, muitas vezes esse imigrante ou refugiado se sente desorientado e fragilizado, e esse tipo de intervenção corrobora com a emancipação e o protagonismo, já que evidencia que existe uma liberdade de escolha. O que se

ressalta dessa intervenção é que a participação na tomada de decisões é apresentar alternativas, explicá-las e principalmente ouvir o usuário, ou seja, significa o colocar como o centro dessa intervenção.

Logo, com base na pesquisa realizada, a pretensão foi, também, de contribuir com o debate sobre a temática, pois a produção ainda é incipiente em virtude dos fatos serem relativamente recentes (mostrado no capítulo I). Conforme já dito, as reflexões advindas desta pesquisa são provisórias, haja vista que a realidade não é estática.

Destarte, acredita-se que o conhecimento torna o sujeito livre, neste sentido o empoderamento desses imigrantes e refugiados venezuelanos pode ser fomentado por meio do conhecimento. Neste prisma, existe, sob a responsabilidade da ACNUR a promoção da educação, pesquisa e extensão acadêmica por meio da Cátedra Sérgio de Mello, que busca em cooperação com as universidades contribuir para a discussão da temática do deslocamento forçado. Vale destacar que até o término desse trabalho, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) não constava na lista encontrada no site da agência supracitada como uma das instituições conveniadas. Espera-se que este estudo possa contribuir para que a UFAM integre esse grupo das instituições conveniadas.

Neste ínterim, buscou-se formular proposições quanto ao trabalho profissional realizado com os venezuelanos (imigrantes e refugiados), são elas: 1) a necessidade de estruturar um planejamento, na instituição empregadora, voltado aos assistentes sociais para a o aperfeiçoamento constante, haja vista as especificidades da demanda e do trabalho profissional que vão se conformando no cotidiano; 2) abertura de um canal de discussão com o meio acadêmico que impulse a pesquisa tanto no âmbito da graduação (além de estimular o campo de estágio), como da pós-graduação; 3) fomentar ações que envolvam imigrantes, refugiados e a comunidade local, com o objetivo de realizar um intercâmbio cultural e que incite o pertencimento, acolhimento e a não discriminação.

A questão social presente nesse deslocamento forçado não pode ficar invisível para o assistente social. Suas manifestações estão presentes tanto na Venezuela, como no Brasil, e precisam ser analisadas dessa forma não se pode mitigar a crise vivenciada simplesmente pelo fato de que se encontram em um novo país. Compreender a problemática vai além dos processos montados para o atendimento, pois a viabilização de direitos requer apreender a totalidade do fenômeno para olhar sua particularidade. As legislações específicas voltadas para a temática da mobilidade internacional e as da política de assistência social, precisam ser não somente operacionalizadas, mas articuladas com os limites e possibilidades que a leitura do profissional vai revelar.

Mais uma vez se destaca que a política de assistência social é ofertada a quem necessitar, e por isso as ações destinadas aos venezuelanos não podem ser vistas sob a lógica de privilégios, em detrimento aos brasileiros, é exatamente em virtude desse alcance da política que se evidencia que houve a necessidade de adequar ações para garantir os direitos socioassistenciais, refere-se a uma estruturação que os acolhesse e também que promovesse condições igualitárias para acessar esses direitos, por isso a reformulação de algumas normativas, para consolidar e aperfeiçoar as ações que se tornaram permanentes.

Assim, salienta-se que, durante a construção deste trabalho a pesquisadora encontrou dificuldades. Uma das maiores foi a resistência de algumas profissionais em participar da pesquisa.

Afora isto, mediante ao que foi exposto, afirma-se que as implicações sofridas pelo desmonte dos direitos e as determinações do mercado de trabalho afetam diretamente o serviço social e, conseqüentemente, o usuário da política. Operar a gestão da pobreza é fácil, manter o *status quo*, logo o desafio é, além de resistir (acredita-se que essa seja a palavra mais propícia na conjuntura atual), empregar uma direção social no seu fazer profissional que dialogue com a classe trabalhadora e busque a emancipação humana.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que os desafios enfrentados pelas profissionais perpassam o ambiente institucional. No âmbito pessoal padecem com as conseqüências que incidem na saúde, já na esfera do trabalho profissional, propriamente dito, foram destacadas algumas fragilidades relativas à instrumentalidade e às competências técnica-operativa e teórico-metodológica em algumas narrativas no desenvolvimento das ações com os venezuelanos.

Por fim, embora existam essas fragilidades, as profissionais realizam um trabalho voltado para que esse público busque sua autonomia, mesmo em um cenário adverso onde ficam sujeitos a violências e preconceitos. Desta forma, os resultados da pesquisa demonstraram que o trabalho profissional dos assistentes sociais entrevistados contribui de forma qualitativa para o aprimoramento da política, a qual precisa ainda superar muitas adversidades, a saber: 1) a falta de segurança trabalhista dos profissionais que atuam na política de assistência social gera a descontinuidade das ações sendo um dado que deve ser apreciado e entendido como elemento que dar concretude, firmeza e fluidez às ações; 2) mesmo privilegiando a esfera da execução da política a viabilização de direitos ocorre; 3) a forma personificada a qual a profissional A lida com a questão do empoderamento e da participação do usuário merece destaque. Logo, assegurar um trabalho com qualidade não pode ser visto somente pelo ângulo estrutural e

material, mas, especificamente aos assistentes sociais, é necessário assegurar as condições éticas e técnicas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Posicionamento da Abepss sobre a situação na Venezuela**. 2019. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/posicionamento-da-abepss-sobre-a-situacao-na-venezuela-318>. Acesso em: 24 maio. 2019.

ABRAMIDES, M. B. C. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979. **Serviço. Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ABREU, M. M; FARAGE E. **Assistência Social, mobilização e educação popular**. In: CFESS (Org.). O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional. Brasília, DF, 2011.

ACNUR. **Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/>. Acesso em: 21 dez. 2019.

ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/ACNUR2020h>. Acesso em 20 nov. 2020.

ACNUR. **Direitos e deveres dos solicitantes de refúgio no Brasil**. Brasília, 2010.

ACNUR. **Interiorização beneficia mais de cinco mil venezuelanos no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/03/12/interiorizacao-beneficia-cinco-mil-venezuelanos-brasil/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

ACNUR. **Nota de Orientação sobre o Fluxo de Venezuelanos**. 2018. Disponível em: <https://www.refworld.org.es/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=5aa161014>. Acesso em: 01 jun. 2020

ACNUR. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília, 2018.

ACNUR. **Venezuelanos no Brasil: integração no mercado de trabalho e acesso a redes de proteção social**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/07/Estudo-sobre-Integra%C3%A7%C3%A3o-de-Refugiados-e-Migrantes-da-Venezuela-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 13out. 2020.

ADVOGADOS comprovam que redução na carga horária de assistente social implica em readequação do salário. **Jus Brasil**. Disponível em: <https://direito-do-estado.jusbrasil.com.br/noticias/100192845/advogados-comprovam-que-reducao-na-carga-horaria-de-assistente-social-implica-em-readequacao-do-salario>.

ALCANTARA, G. O; LEITE, J.L. As expressões da “questão social” na era do capitalismo financeiro. In: Jornada internacional de políticas públicas, 5. 2011. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2011.

ALVES, C. F. Considerações críticas sobre o humanismo marxista na perspectiva da antropologia cristã. **Synesis: revista do centro tecnológico de humanidades**, Petrópolis, v. 4, n. 2, p. 13-27, ago/dez. 2012.

ALVES, D. Sobrevivendo: censo aponta que mais de mil pessoas ‘moram’ nas ruas de Manaus. **Jornal a Crítica**. Manaus. 14 abril. 2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/sobrevivendo-censo-aponta-que-mais-de-mil-pessoas-moram-nas-ruas-de-manau>. Acesso em: 20 maio. 2019. 10:10.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 11, n. 2, p. 223-239, 2008.

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. **Relatório sobre situação migratória de venezuelanos**. Amazonas: SEJUSC, 2019.

AMORIM NETO, O. **De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira**. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.

ARAÚJO. R.P. Discurso político e o socialismo do século XXI na América do Sul. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 8, n. 1, p. 25-55, 2015.

BARBOSA, R.F. Breves comentários sobre as teorias marxistas de imigração. **Revista espaço acadêmico**, Paraná, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BARROCO, M.L. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais. Brasília: 2009.

BARROCO, Maria L. S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO. M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo, 2008.

BASTOS. J.P.B; OBREGÓN. M.F.Q. **Venezuela em crise: o que mudou com Maduro?** Derecho y Cambio Social. p. 1-16. 2018.

BEHRING, E. R. Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do/a Assistente Social. In: SEMINÁRIO NACIONAL O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS. 2011. **Anais [...]**. Brasília: CFESS, 2011, p. 84-95.

BEHRING, E.R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E.R. Fundamentos de política social. In: MOTA, A.E et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 2007.

BENEDITO. F. **Economia Petroleira Venezuelana: o dilema entre a soberania econômica e a dependência estrutural (1973-1998)**. São Paulo, 2016.

BERNARDES, B. G. A Venezuela numa encruzilhada a nova bipolarização no contexto pós-Chávez. **Relações Internacionais**, n. 46, p. 125-141, 2015.

BERNARDON, A.C. **População refugiada reassentada no rio grande do sul**: histórias de saudades e resistência. Porto Alegre: PUC/RS, 2009.

BOSCHETTI, I. **Direito se conquista**: 10 anos da Lei das 30 horas. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1747>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Comissão Intergestores Tripartite. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 6**, de 20 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. **Inscrição nos Conselho de Assistência Social**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social/inscricao-nos-conselhos-de-assistencia-social>. Acesso em: 25 junho. 2020. 20:10.

BRASIL. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Nota Técnica nº 27**: o novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no brasil. 2016.

BRASIL. Lei 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em: 20 de abril de 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 13.982, de 02 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 de abril de 2020. Acesso em: 20 de abril de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de maio de 2017. Acesso em: 25 de maio de 2019.

BRASIL. Lei 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de junho de 2018a. Acesso em: 2 de junho de 2020.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 de dez. de 1993. Acesso em: 9 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de julho de 1997. Acesso em: 9 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: MAFRE, 1995.

BRASIL. Ministério da cidadania. **Fluxo Migratório**: Aprendizados trazidos à Política de Assistência Social. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Nova Administração Pública**. Brasília: ME, 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Conare**. Disponível em <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>. Acesso em: ago. de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/painelcoronavirus>. 2020a. Acesso em 10 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 17**, de 20 de junho de 2011. Ratifica e reconhece as categorias profissionais do SUAS de nível superior.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS nº 9**, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ensino médio e fundamental.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. 1ª ed. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Gestão do Trabalho no Âmbito do Suas**: uma contribuição necessária. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Inscrição no Cadastro Único e o Programa Bolsa Família no processo de interiorização de imigrantes venezuelanos**. 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Apresentacoes/senarc_interioriza%C3%A7%C3%A3o%20venezuelanos.pptx. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Censo SUAS 2017**: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social. Brasília: MDS, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Censo SUAS 2016**: resultados nacionais, secretarias municipais de assistência social. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. **Operação Acolhida**. 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/>. Acesso em: 20 maio. 2020. 10:30.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Refúgio em números**. 3 ed. 2018b.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula 331**. Contrato de prestação de serviços. Legalidade. Res. 174/2011. Acesso em: 27 de junho de 2020.

BRASÍLIA. Entenda o MROSC: **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**: Lei 13.019/2014. Secretaria de Governo da Presidência da República – Brasília: Presidência da República, 2016.

CALEGARE, M.G.A; SILVA JUNIOR, N. A "Construção" do Terceiro Setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Revista Psicologia Política**, vol.9 no.17 São Paulo, 2009.

CAMPOS, N. de L; FERRAZ, J. Assistência social, crise e contrarreformas: inflexões entre o novo e o velho. **Revista Temporalis**, ano 20, n. 39, p. 11-26, jan./jun. Brasília, 2020.

CASTELO, R. A questão social nas obras de Marx e Engels. **Revista praia vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1, p. 85-94, jan-jun. 2010.

CENSO aponta que mais de mil pessoas moram nas ruas de Manaus. **Jornal A Crítica**, Manaus, Disponível: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/sobrevivendo-censo-aponta-que-mais-de-mil-pessoas-moram-nas-ruas-de-manau>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CEPAL. **Panorama social da América Latina**. 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHAUÍ, M. **Uma nova classe trabalhadora**. 2013. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editora/Politica/uma-nova-classe-trabalhadora/4/28062%20/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

COHEN, D; BLUMENTHAL, M. A invenção de Guaidó: como os EUA criaram o líder do golpe de Estado na Venezuela. **Brasil de Fato**. São Paulo, 4 fev. 2019. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/04/a-invencao-de-guaido-como-os-eua-criaram-o-lider-do-golpe-de-estado-na-venezuela/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

COMO começou a crise na Venezuela?. **Politize** Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-na-venezuela>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Os retrocessos da ‘Reforma Administrativa’. **CFESS Manifesta**. Brasília, 25 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução n. 273**, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf> Acesso em: 18 maio 2020.

COSTA, E; BRANDÃO, I. Rota da fome: o caminho dos venezuelanos que enfrentam perigo, falta de comida e de água para chegar a Boa Vista. **Portal G1**. Roraima, 2 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/rota-da-fome-o-caminho-dos-venezuelanos-que-enfrentam-perigo-falta-de-comida-e-de-agua-para-chegar-a-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2019.

COUTINHO, C.N. Cidadania e modernidade. **Revista Perspectiva**. São Paulo, 1999.

COUTO, B. R. **Formulação de projeto de trabalho profissional**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais. Brasília: 2009.

COUTO, B.R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. São Paulo, 2010.

COUTO, B.R; YAZBEK, M.C; RAICHELIS, R. A Política de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B.R; YAZBEK, M.C; RAICHELIS, R. SILVA, M.O.S. (Org.). **Sistema Único de Assistência Social No Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2017.

CRISE na Venezuela: quem é Juan Guaidó, presidente autoproclamado quer tirar Nicolás Maduro do poder? 2019. **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47406269>. Acesso em 12 dez. 2019.

DISCRIMINAÇÕES. **Revista Pensamento Jurídico** – São Paulo – Vol. 12, Nº 2, jul./dez. 2018.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. esp 1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

FAERMANN, L.; SILVA, F. C. da. As implicações da burocracia na sociedade e seus rebatimentos no serviço social. **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano**, Taubaté, v. 8, n 2, Ed. 15, p. 51 - 59, 2015.

FALEIROS, V. de P. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 83-91, 2013.

FALEIROS, V.P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

FÁVERO, E. T. O. Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FGV DAPP. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano**: evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro, 2020.

FIGUEIRA, R.R. Razões da Xenofobia: ensaio sobre os fatores contribuintes da violência xenófoba contra imigrantes e refugiados venezuelanos em Roraima. *In*: ZUBEN, C.V; PARISE, P; PEREIRA, J.C (Org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018

FRIEDRICH, T. S; BENEDETTI, A. R. DE M. A visibilidade dos invisíveis e os princípios de proteção aos refugiados: notas sobre os acontecimentos recentes. *In*: GEDIEL. J. A.P; GODOY. G.G (org). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba, 2016.

GARCIA. M.H; CALVETE. C.S. Colômbia, Brasil e Venezuela e os impactos no mercado de trabalho. **Revista Estudos Avançados**, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY. G.G. Direitos humanos e direito internacional dos refugiados. *In*: GEDIEL. J. A.P; GODOY. G.G (Org). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba, 2016, p.39-65.

GOMES, L. G. F. F. **Novela e sociedade no Brasil**. Niterói, 1998.

GOODMAN, Jack. **Crise na Venezuela**: quais países compram o petróleo do maior produtor sul-americano? 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47373655>. Acesso em: 23 set. 2019.

GOUVEA, M. M. DE M. Marxismo, questão social e capitalismo dependente. In Encontro Nacional de Pesquisadores, 16, 2018. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2018.

GRANEMANN, S. **O processo de produção e reprodução social**: trabalho e sociabilidade. *In*: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. *In*: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009.

GUERRA, Yolanda, A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In*: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. CEFESS/ABEPSS – UnB,2000.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1936.

IAMAMOTO, M. V. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5°. Edição. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M.V. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. 2004.

IAMAMOTO, M.V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.18, n.2, P. 204-226, ago. a dez. / 2018.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. São Paulo. Cortez. 2013.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2001.

IPEA. O que é? - Índice de Gini. Desafios do desenvolvimento. **Revista de informações e debates do Instituto de pesquisa Econômica e Aplicada**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 15 abril. 2019.

JACCOUD, L. Proteção social no Brasil: debates e desafios. *In*: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (Org.). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: 2009, p. 57-86.

JARDIM, T.D.M. A Lei Migratória e a Inovação de Paradigma. **Cadernos de debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v.12, 2017.

KFOURI NETO, M. K.; JUNIOR, F. B; SOUZA, T. R. de. A natureza jurídica da relação entre médicos e hospitais: uma análise da pejetização. **Revista Relações Internacionais do Mundo Atual**, v. 2, n. 23, 2019.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo. 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Ed. Rio de Janeiro.2002.

LAGE, L. do N. V. Interesses capitalistas e desafios para a efetivação dos direitos sociais: ataques e regressões. **Revista Katálysis**. vol.22 no.1, Florianópolis jan./abr. 2019.

LANDER, L. E; MAYA, L. M. **Venezuela, golpe y petróleo**. Buenos Aires, 2003.

LANDER.E. Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo. **Revista Movimento**. 2017

LEFEBVRE, Henri. **Lógica concreta, lógica formal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEITE, L. de M. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago. 2014.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo fase superior do capitalismo**: ensaio popular. Brasília: 2007.

LOPES, C. M. S. Uma janela de oportunidades: a migração venezuelana como fator de desenvolvimento. In: ZUBEN, C.V; PARISE, P; PEREIRA, J.C (Org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018

LOPES, M. de O. **Imperialismo, petróleo e Revolução Bolivariana**: impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela. 2009.

MACHADO, E. M. A Questão Social: objeto do serviço social? **Serviço Social e Sociedade**, Londrina, v. 2 n. 1, p. 1-153, jul./dez. 1999

MAGALHÃES, L.F.A. **Migração internacional e remessas de migrantes**: elementos para uma análise Marxista. Paraná: 2011.

MARINE. R.M. **Dialéctica de la dependência**. 1973.

MARX, K.H; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. [S.I]. 1948.

MÉSZÁROS, I. **O Século XXI**: socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS. I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição.1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILESI, R.; ANDRADE, W.C. Fazendo Memória do Processo de Construção da Lei de Refugiados no Brasil. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v.12, n.12. p. 47-75, 2017.

MINAYO, C.S. (Org.). **Teoria social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIOTO, R. C. T. **Estudos Socioeconômicos**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, 2003.

MORAES, W. S. DE. Por que Chávez chegou ao poder e como permanece por mais de uma década? Um balanço dos onze anos de chavismo na Venezuela. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. 2011. **Anais [...]**. São Paulo, 2011.

MOREIRA, J. da S. **Legalidade e legitimidade**: a busca do direito justo. 2008. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-55/legalidade-e-legitimidade-a-busca-do-direito-justo/> Acesso em: 21 set. 2020.

MOTA, A. E, MARANHÃO, C. H; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. *In: MOTA, A.E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre estado, política e sociedade.*** São Paulo:Cortez, 2010.

MOTA, A. E; AMARAL, A. S; PERUZZO, J. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. *In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.*** São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, A.E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017.

MOTA, A.E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. *In: MOTA, A.E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre estado, política e sociedade.*** São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A.E. As dimensões da prática profissional. **Revista Presença Ética**, ano 3, 2003.

MOTA. A. E. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista.** In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília, 2009.

NATALINO, E.C. **A maldição do petróleo na Venezuela: uma análise institucional.** Belo Horizonte: 2011.

NEGRI, F. L. 40 Anos do congresso da virada: o serviço social construindo seu projeto profissional. **Boletim Eletrônico** Edição nº 61 Outubro de 2019. CRESS/SC 12 região.

NEGRI, F.L. **O exercício profissional do assistente social e a Precarização no mundo do trabalho: ensaios sobre sua inserção no sistema único de assistência social.** 2011.

NETTO, C. E. **Profissão: assistente social.** São Paulo. 2010.

NETTO, J. P. **Introdução ao método da teoria social.** In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília. 2009.

NETTO, J.P. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. *In: MOTA, A.E et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.*** 2007.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no brasil pós 64.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

O “MONSTRO da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil. **El país.** Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html. Acesso em: 10 set. 2020.

OLIVEIRA, A.N.C. Neoliberalismo durável: o consenso de washington na onda rosa latino-americana. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 26, nº 1, p. 158-192, 2020.

OLIVEIRA, A.T.R. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.171-179, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, N. **A referência e a contrarreferência no SUAS**. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/a-referencia-e-a-contrarreferencia/>. Acesso em: 14 nov. 2020.

OLIVEIRA, R. N; SANTOS, T.M. A relevância da pesquisa para o Serviço Social: conquistas e desafios permanentes das Diretrizes Curriculares. **Revista Katálysis**, Florianópolis, vol.23, n.1, jan./abr. 2020.

OMBUDSMAN, o que é o cargo? **Ouvidoria UFG**. Disponível em: <https://www.ouvidoria.ufg.br/n/29881-ombudsman-o-que-e-o-cargo>. Acesso em: 22 jul 2019.

PAIVA, B; ROCHA, M; CARRARO, D. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 250-259, jul./dez. 2010.

PAIVA, B; ROCHA, M; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da teoria marxista da dependência. **Revista Ser. Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

PEREIRA, K. Y.de L.; TEIXEIRA, S. M. Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013

PEREIRA, P.A P. Política Social do Segundo Pós-Guerra: ascensão e declínio. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 9, n. 10, Dez. 2010.

PEREIRA, P.A. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. 1996.

PEROTTI, A. **Assistência social na atenção ao migrante e refugiado**: especificidades e desafios. Disponível em: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/10252018032436-t30.texto.modulo.04.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2018.

PITA, A. C. Direitos humanos e direito internacional dos refugiados. *In*: GEDIEL, J. A.P; GODOY, G.G (Org). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós, 2016. p.5-16.

PORTELLI, H. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro. 1977.

PRATES, D. M; FRITZ, B; PAULA, L. F. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, pp. 187-215, jul.-dez. 2017.

PRATES, J.C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, 2012.

QUASE um quarto da população da Venezuela precisa de ajuda humanitária, diz ONU. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/28/quase-um-quarto-da-populacao-da-venezuela-precisa-de-ajuda-humanitaria-diz-onu.ghtml>. 2019.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 609-635. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/03.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAMOS, A.C. Novas tendências do direito dos refugiados no Brasil. In: JUBILUT, L.L; GODOY, G.G (Org). **Refúgio no Brasil: comentários à lei 9.474/97**. São Paulo: Quartier, 2017.

RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, V. N. da S. Fundo público, política social e Venezuela Bolivariana. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 296 – 312, 2017.

RIBEIRO, V.N.S. **Petróleo e processo bolivariano: uma análise da disputa pelo controle do petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003**. Porto Alegre: 2009.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo. 2012.

ROCHA, G. V; RIBEIRO, N. V. P. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília: Casa Civil, Centro de Estudos Jurídicos da Presidência, v.20, n. 122, out. 2018/jan. 2019.

ROCHA, M. F. Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: **estudo comparativo entre Brasil e Venezuela**. Santa Catarina, 2009.

SACHS, J; WEISBROT, M. **Sanções Econômicas como Punição Coletiva: o caso da Venezuela**. 2019.

SAMPAIO JÚNIOR, P.A. **Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução** Campinas. 2011

SANTOS, G. C. O que é lugar de fala? **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, V. 43, N. ESPECIAL 8, P. 360-362, DEZ 2019.

SANTOS, J.S. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 484-496, 2019.

SANTOS, M. T. dos; MANFROI, V. M. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 178 – 1962, 2015.

SANTOS, S. M. de M. dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 695-714, out./dez. 2010.

SANTOS, T. M.; OLIVEIRA, R. N. A relevância da pesquisa para o Serviço Social: conquistas e desafios permanentes das Diretrizes Curriculares. **Revista Katálysis**, vol.23 no.1 Florianópolis, 2020.

SANTOS. F.N.Z.P; VASCONCELOS. T.M. Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17. 2016. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2016.

SCHMITZ, G. M.; FERREIRA, L. S. Neoliberalismo e recuperação nacionalista na Venezuela: Considerações introdutórias. *In*: Seminário Internacional Jornadas Bolivarianas, 12. 2016. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2016.

SCHMITZ. A. **A migração como expressão da questão social**: um estudo a partir da população atendida no núcleo de apoio à família. Florianópolis: UFSC, 2009.

SEABRA, R.L. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, Jan/Abr. 2019.

SILVA, e S. M. O; YAZBEK, M.C; GIOVANNI, Di G. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo, 2008.

SILVA, G. P. da. Hegemonia neoliberal no brasil: Implicações para política de assistência social. **Revista Temporalis**, ano 20, n. 39, p. 57-69. Brasília, 2020.

SILVA, M.B. **Assistência Social e seus usuários**: entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo, 2014.

SILVA, Pâmela Santos da. Os Fundamentos da Relação entre a categoria Trabalho e o Serviço Social na Contemporaneidade. *In* JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7. 2017. **Anais [...]**. Maranhão: UFMA, 2017.

SILVEIRA, J. I. Gestão do trabalho: concepção e significado para o suas. Brasil. *In*: Gestão do trabalho no âmbito do suas: uma contribuição Necessária. Brasília, 2011.

SIMIONATTO, I. **As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política**. *In*: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009, p. 1-17.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In*: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, 2009.

STOPA, R. O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC):o penoso caminho para o acesso. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 135, p. 231-248, maio/ago. 2019.

TAVARES, L.S.R. **Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil**. *In*: El ajuste estructural en América Latina: costos sociales y alternativas. Buenos Aires, 2001.

TAVARES, M.A. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009, p. 1-17.

TAVARES, Maria Augusta. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais**. Brasília: UNB, 2009

TAVARES. L. **Ajuste Neoliberal e desajuste social na América Latina**. 2014.

TEIXEIRA, J. B. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009.

TOLEDO, A. F. de. A categoria classes e grupos subalternos para o serviço social brasileiro. **Revista o Social em Questão** - Ano XX - nº 39 - Set a Dez, 2017.

URRIBARÍ, R.A.S. Venezuela (2015): un régimen híbrido en crisis. **Revista Ciência Política**, Santiago, vol.36, n.1, 2016.

VASCONCELOS, I.S. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em boa vista, Brasil. **Rev. Interdisciplinar Mobilidade Humana**, Brasília, v. 26, n. 53, p. 135-151, ago. 2018.

VIROU rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima. **The intercept**. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>. Acesso em 10 jun. 2020.

VITORINO, C.A; VITORINO MIRANDA, W.R. **Xenofobia**: política de exclusão e de Discriminações. *Revista Pensamento Jurídico – São Paulo – Vol. 12, Nº 2, jul./dez. 2018.*

VIZENTINI, P.F. A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001). In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (org.). **Venezuela**: visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003.

WANDERLEY, M.B; SANT'ANA, R.S; MARTINELLI, M.L. Os desafios do atual contexto: um diálogo a partir da seguridade. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 135, p. 207-212, 2019.

WILHELM. V.B. A Trajetória do Neoliberalismo na Venezuela e sua Conjuntura Atual: uma análise das políticas governamentais desencadeadas a partir do ano de 1998. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 1, n. 2, p. 252-275, 2011.

XAVIER, G.L. O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. **Revista Katályse**. Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 387-395, maio/ago. 2018.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: CFESS. Serviço social direitos e competências profissionais, Brasília: 2009.

YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo, 2018.

ZERO, M. **Para entender a Venezuela.** 2017. Disponível em:
<http://brasildebate.com.br/para-entender-a-venezuela/>. Acesso em: 21 jul. 2018



APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)/Assistentes Sociais

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa "O TRABALHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM OS VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: os desafios na proteção social especial da política de assistência social em Manaus", desenvolvida pela mestranda **Kelly Borges de Almeida Rocha**, endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, CEP: 69077-000, bloco Mário Ypiranga, na Secretaria do Programa de pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, setor norte, telefone: 092 3305-1181 (Ramal 2349)/ e-mail: kelly.almeid@hotmail.com, sob orientação da professora Doutora Marinez Gil Nogueira Cunha, endereço institucional: R. Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, CEP: 69077-000, bloco Mário Ypiranga, na Secretaria do Programa de pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, telefone: 98132-0806 e-mail: marinezgil@yahoo.com.br.

A pesquisa em tela tem como Objetivos: **Geral** - analisar o trabalho profissional das assistentes sociais prestado aos imigrantes e refugiados venezuelanos visando contribuir com o aprimoramento e fortalecimento da proteção social especial na política de assistência social em Manaus.; **Específicos** - Discutir as expressões da questão social presentes no processo de imigração e refúgio dos venezuelanos a partir do olhar dos profissionais de serviço social; Identificar as ações e os serviços que são ofertados aos venezuelanos na proteção social especial; Desvelar os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais no desenvolvimento do trabalho profissional diante da ampliação da demanda de atendimento aos venezuelanos.

Assim, como qualquer outra pesquisa envolvendo seres humanos, devemos considerar os riscos presentes nesta, conforme o que estabelecem as resoluções 466 de 2012 e 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. No que concerne aos danos associados ou decorrentes da pesquisa, ou seja, os agravos imediatos ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, sejam físico, psíquico, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos/as participantes, prestar-se-á assistência a esses de forma imediata e integral. O participante e/ ou acompanhante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito à indenização e ressarcimento por parte da pesquisadora, ou seja, está assegurado o direito a cobertura material

para reparação a dano, causado pela pesquisa a qual será verificada conforme a extensão do mesmo, com suporte jurídico (Dos Riscos e Benefícios V.7; Dos Termos e Definição II.7, Res. CNS nº 466/2012).

A pesquisadora principal se compromete a buscar minimizar os riscos provenientes, caso necessário, encaminhando ao Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA) da UFAM, conforme estabelece as citadas resoluções, localizado no Bloco X, setor sul do campus da UFAM, senador Arthur Virgílio Filho, Coroadó, contatos (92) 3305-4121/ (92) 99314-4121, e-mail cspapsicologiaufam@gmail.com. Bem como, recorrer a outros serviços disponíveis no Sistema Único de Saúde, quando houver necessidade, ao participante e seu acompanhante.

Toda e qualquer forma de discriminação, de preconceito ou estigmatização, desconforto ou constrangimento, estabelecidas no item IV 3.g, da Resolução Nº 510/2016, serão evitados antes, durante e após a realização da entrevista, bem como na análise dos dados e construção da dissertação, se necessário suspendendo a entrevista e a pesquisa, objetivando garantir o bem-estar e a segurança dos participantes.

A pesquisa apresenta benefícios indiretos aos sujeitos da pesquisa, poderá subsidiar o trabalho profissional do assistente social na garantia e acesso a direitos desse público (imigrantes e refugiados) no âmbito da política de assistência social, bem como contribuir na construção e/ou consolidação de metodologias de trabalho.

A pesquisa ocorrerá com profissionais de serviço social que integram ou integraram as equipes de referência dos acolhimentos institucionais para adultos e famílias, da (o) _____, em horário e data acordados com antecedência entre pesquisadora e entrevistado (a).

Para maiores informações referente a questões éticas da pesquisa, você pode obter informações junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP), localizado na Escola de Enfermagem Manaus, sala 07, no endereço Rua Teresina, n. 495, Adrianópolis – Manaus/AM, contato institucional 3305-1181, ramal 2004, e-mail: cep.ufam@gmail.com. Vale ressaltar, que em virtude das medidas de isolamento social, o contato com o CEP/UFAM deve ser realizado unicamente pelo e-mail supracitado.

O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Destarte, este documento autoriza a pesquisadora responsável a utilizar material multimídia para captação de áudio, bem como registros fotográficos (caso necessário) para serem utilizados enquanto material da pesquisa.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da concessão de uma entrevista estruturada. O(A) senhor(a) foi escolhido(a) por oferecer importante contribuição na análise que pretendemos fazer quanto ao trabalho profissional do assistente social. Se depois de consentir sua participação o(a) senhor(a) desistir de continuar a entrevista, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) senhor(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG _____ e CPF _____ fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração. Declaro que a minha participação é voluntária e não trará qualquer benefício direto, contudo proporcionará a reflexão sobre o trabalho profissional do assistente social na política de assistência social em Manaus. Por isso, concordo em participar da pesquisa e autorizo a utilização do material coletado para posterior publicação, sei que a qualquer momento posso desistir, ou mesmo contatar a pesquisadora **Kelly Borges de Almeida Rocha**, através do telefone (92) 33051181 (Ramal 2349) ou através do e-mail: kelly.almeid@hotmail.com para maiores esclarecimentos. Este Termo foi elaborado em DUAS VIAS de igual teor, ficando uma via em poder do profissional de serviço social e outra com a pesquisadora responsável.

Manaus, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável





APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (ASSISTENTE SOCIAL)

Roteiro de entrevista (Assistente Social)

Entrevista n°.

Data: _____

I - IDENTIFICAÇÃO

1. Idade: _____
2. sexo: _____
3. Raça/Cor: _____
4. Religião: _____

II – FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL:

5. Formação:

Ano da conclusão da Graduação _____ Instituição _____

Natureza da instituição de formação: () Pública () Privada () Comunitária ()
Privada- Presencial () Privada – Semi-presencial
() Privada à Distância () Outra. Qual?-----

6. Capacitação: Realizou ou realiza Pós-Graduação: () Sim () Não

- () Especialização. Em qual área?: _____
- () Mestrado. Em qual área?: _____
- () Mestrado Profissional. Em qual área?: _____
- () Doutorado. Em qual área?: _____
- () Outros. _____

Obs: _____

7. Como você realiza a sua formação continuada?

	Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Participação em Cursos de curta duração					
Participação em fóruns					
Participação em seminários					

Participação em congressos					
Participação em Grupos de estudo					
Leitura de livros da área de Serviço Social e afins					
Leitura de artigos científicos da área					
Outra forma: Qual? _____					

8. Conhecimento quanto aos principais documentos que orientam a profissão (marcar apenas uma opção para cada documento):

Documentos	Conheço totalmente	Conheço parcialmente	Desconheço totalmente
Código de Ética:			
Lei de Regulamentação da Profissão:			
Diretrizes curriculares da ABEPSS:			
Resoluções do CFESS:			

No caso do item 4, por favor citar exemplos de Resoluções do CFESS que vc conhece: _____

9. Conhece o Projeto ético-político profissional construído nos anos 1990?

- () Conheço totalmente () Conheço parcialmente
() Desconheço totalmente

10. Concorda com o Projeto ético-político Profissional?

- () Sim () Não

11. Que lacunas você identifica em sua formação profissional em relação ao trabalho?

(pode marcar mais de uma opção)

- () Fundamentos históricos-teóricos metodológicos do Serviço Social
() Instrumentos técnico-operativos
() Pesquisa
() Planejamento e Gestão
() ética profissional
() direitos humanos
() diversidade humana
() políticas sociais
() Expressão escrita
() Capacidade de síntese
() Capacidade argumentativa
() Capacidade diagnóstica
() Criatividade para apresentar proposições

- Domínio de técnicas e procedimentos
- Domínio de teorias
- Domínio de Método
- Capacidade para elaborar documentação técnica
- Capacidade de análise contextual
- Acesso à Bibliografia atualizada
- Nenhuma lacuna

12. Com qual frequência você participa das entidades da categoria e outras associações?

Entidades da categoria	Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
Sindicato					
ABEPSS					
CRESS					
CFESS					
Conselhos de Direitos/Políticas sociais					
Movimentos sociais					
Outras associações: Qual?					

13. Para você qual é o objeto da profissão? (marque apenas uma opção)

- Política Social
- Relações Sociais
- Problemas Sociais
- Questão Social e suas expressões
- Sujeito/usuário
- Direitos Humanos
- Outros: _____

III - PERFIL PROFISSIONAL

14. Instituição: _____

15. Lotação: _____

16. Quanto tempo atua ou atuou na política de Assistência Social?

- abaixo de 6 meses ,
- de 6 meses a 1 ano;
- de 1 a 3 anos ,
- de 4 a 6 anos ,
- de 7 a 10 anos ,
- mais de 10 anos

17. Quanto tempo atua ou atuou em serviço de acolhimento?

- abaixo de 6 meses ,
- de 6 meses a 1 ano;
- de 1 a 3 anos ,
- de 4 a 6 anos ,
- de 7 a 10 anos ,
- mais de 10 anos

18. Quanto tempo atua ou atuou com os venezuelanos?

- abaixo de 6 meses ,
- de 6 meses a 1 ano;
- de 1 a 3 anos ,
- mais de 3 anos

19. Qual é/ era o tipo de contrato de trabalho?

- CLT por tempo indeterminado
- CLT por tempo determinado
- terceirizado/ subcontratado
- Estatutário
- Contrato Temporário
- Autônomo
- Trabalho por tarefa
- Assessoria/Consultoria
- Voluntário
- Outros: _____

20. Qual é/era a sua jornada diária de trabalho?

- de 1 a 4 horas.
- de 5 a 6 horas.
- de 7 a 8 horas
- de 9 a 12 horas
- Acima de 12 horas
- Outra. Especifique: _____

21. Você ultrapassa ou ultrapassou a sua jornada formal de trabalho nesse serviço de acolhimento?

- sim, sempre ; às vezes; nunca

22. Caso na questão anterior você tenha marcado SIM, diga em média quantas horas semanais? _____

23. Quantos vínculos formais empregatícios você tem atualmente?

(em exercício):

- 1 2 3 4 ou mais.

24. Caso tenha assinalado na questão anterior dois ou mais, qual(is) a(s) área(s) em que atua e em qual função exerce nesse(s) outro(s) vínculo(s)?

25. Você exerce outras atividades profissionais sem vínculo formal?

Sim não

26. Em caso afirmativo na questão anterior, qual atividade?

Assessoria; Consultoria; Prestação de Serviço; outra atividade, qual: _____

27. Qual é/era o seu salário bruto (incluir a soma de todos os vínculos, se for o caso):

- Até dois salários mínimos
 De três a quatro salários mínimos
 De cinco a seis salários mínimos
 De sete a oito salários mínimos
 De nove a dez salários mínimos
 mais de dez salários mínimos

28. Em relação à demanda, a quantidade de profissionais de Serviço Social é suficiente para a execução do trabalho profissional no serviço de acolhimento?

Insuficiente Parcialmente suficiente Totalmente suficiente

29. Você se sente/sentiu valorizado por parte de sua chefia?

Sim, sempre sim, às vezes não, nunca

31. Você se sente/sentiu valorizado por parte de sua equipe de trabalho?

Sim, sempre sim, às vezes não, nunca

32. Qual é/foi o seu grau de satisfação na realização do seu trabalho?

- Muito insatisfeito Pouco insatisfeito indiferente
 Pouco satisfeito Muito satisfeito

33. Você considera que seu trabalho realizado no serviço de acolhimento afeta/afetou a sua saúde?

Sim, totalmente Sim, parcialmente Não, até o momento

34. Se positivo na questão anterior descreva de que forma afeta/afetou sua saúde:

IV - TRABALHO PROFISSIONAL JUNTO AOS VENEZUELANOS

35. Quais são as ações e os serviços que são/foram ofertados aos venezuelanos?

36. Como funciona o fluxo de atendimento aos venezuelanos?

37. Houve aumento da demanda de atendimento para os assistentes sociais, em decorrência do deslocamento dos venezuelanos, no serviço de acolhimento?

Sim Não Não sabe informar

38. Se sim, quais os principais impactos causados?

39. Qual foi o maior desafio enfrentado por você no que concerne a garantia de direitos dos venezuelanos?

40. Você participa/participou de alguma capacitação específica voltada para a situação dos venezuelanos?

Sim Não

41. Se sim, foi oportunizada pela instituição que oferta o serviço de acolhimento?

Sim Não

42. A instituição sofreu algum tipo de modificação para atender a demanda do deslocamento dos venezuelanos? Caso positivo, quais foram essas modificações?

Sim Não Não sabe informar

43. Sobre o desenvolvimento do trabalho profissional, indique a frequência das atividades que você realiza/realizou:

Atividades	Sempre	Às vezes	Nunca
Acolhida			
Acompanhamentos Sociais			
Atividades de Mobilização Social			

Oficinas, Mini cursos e Palestras em matéria de serviço social, política social e temáticas afins			
Encaminhamento ao CRAS /CREAS (serviços e Cadastro Único)			
Encaminhamento ao CRAS/INSS (BPC)			
Encaminhamentos à rede socioassistencial			
Encaminhamentos aos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos			
Encaminhamentos às demais políticas públicas setoriais			
Escuta			
Estudos socioeconômicos			
Formulação de planos e/ou projetos de trabalho social			
Promoção ao acesso a programações culturais, de lazer, de esporte, dentre outras.			
Supervisão de estágio			
Visitas domiciliares			
Visitas Institucionais			
Outras			

44. Quais as estratégias usadas para desburocratizar o atendimento?

45. Que instrumentos são/foram utilizados para contribuir com a participação social dos venezuelanos na tomada de decisões referentes às ações destinadas a eles?

46. Existe/existiu planejamento das ações que serão desenvolvidas e/ou avaliadas em conjunto com outros profissionais?

() Sim () Não () Não sabe informar

47. Se sim, quais são esses profissionais?

48. No local em que você trabalha/trabalhava é/foi desenvolvida alguma pesquisa ou estudo visando subsidiar seu trabalho profissional?

() Sim () Não

49. Em uma escala de 1 a 5, qual seu grau de autonomia na execução das ações planejadas?

	Total	Elevada	Média	Pouco	Nenhuma
--	--------------	----------------	--------------	--------------	----------------

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Grau de autonomia para executar as ações profissionais planejadas					

50. Marque SIM OU NÃO quanto aos recursos (equipamentos/materiais/espço) que você dispõe/disponha no serviço de acolhimento?

Equipamentos/Materiais/Espço	SIM	NÃO
Sala Individual		
Espço compatível para assegurar o sigilo profissional		
Sala para atividades em grupo		
Mobiliário suficiente		
Computador		
Acesso à Internet		
Telefone		
Transporte para realização do trabalho		
Material de expediente suficiente		
Arejamento iluminação adequados		
Ar-condicionado		
Outro:		

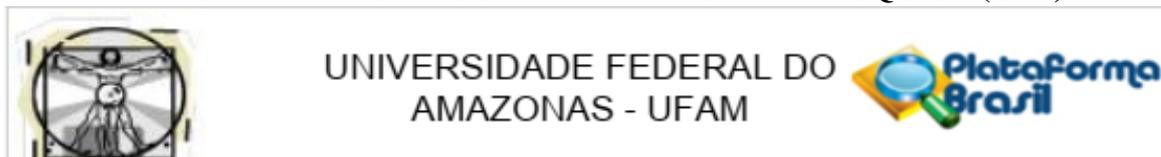
V - PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL EM RELAÇÃO AO DESLOCAMENTO FORÇADO DOS VENEZUELANOS

51. Considera que o deslocamento forçado dos venezuelanos é uma expressão da Questão Social? Justifique.

52. Qual a sua visão sobre os direitos dos venezuelanos ao acesso à proteção social da política de assistência social?

53. Você acredita que essas ações desenvolvidas trazem, efetivamente, uma mudança em alguma esfera da vida social desses indivíduos? Justifique.

ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TRABALHO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM OS VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE IMIGRAÇÃO E REFÚGIO: os desafios na proteção social especial da política de assistência social em Manaus

Pesquisador: Kelly Borges de Almeida Rocha

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 35501320.0.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.233.287

Apresentação do Projeto:

O ser humano, desde os primórdios, costuma procurar por condições melhores de vida, e esse movimento pode ser interno, no ambiente em que vive, ou externo, o que pode abranger mudanças que transcendem territórios. Porém, há casos em que este deslocamento (extra territórios nacionais) é involuntário e o direito de livre escolha fica comprometido, como no caso de pessoas em situação de refúgio e/ou migração, no qual tiveram suas vidas afetadas, sejam por questões de ordem política, econômica, religiosa, raça ou por grave violação de direitos humanos. O que deixa evidente a necessidade de reflexão quanto ao movimento de deslocamento forçado, que acontece no mundo e que precisa ser levado em consideração pelos governantes para que não hajam mais violações de direitos. O Brasil, enquanto possuidor de uma legislação considerada avançada em relação à ajuda humanitária concernente ao recebimento de pessoas de outros países, deve superar o imediatismo e garantir a efetivação desses direitos preconizados na Constituição Federal (1988), nas leis nº 13.445/2017 e nº 9.474/1997, e demais tratados humanitários internacionais, além de adequar suas ações e políticas públicas para atender essa demanda. Atualmente há um grande fluxo, no Brasil, de pessoas oriundas da Venezuela, pois conforme dados do Alto Comissariado das Organizações das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no período, de 2017 a 2019, entraram no Brasil 240 mil venezuelanos e que ainda se encontram em território nacional, sendo que 160 mil regularizaram sua situação jurídica para que

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 4.233.287

possam permanecer no país. Cabe destacar que 94.400 solicitaram refúgio e 65.600 estão em processo de regularização e até a decisão final têm autorização de residência provisória. Essas pessoas são caracterizadas, pela legislação existente no ordenamento jurídico brasileiro (Lei de Migração nº 13.445/2017 e o Estatuto do Refugiado lei nº 9.474/1997) como solicitantes de refúgio, refugiados ou imigrantes, que entram no Brasil com o intuito de mudar de vida e ter minimamente suas necessidades atendidas, bem como, lutar para reconstruir o que restou e para resguardar sua dignidade. Propõe-se a problematizar como esse profissional desenvolve suas ações para promover a garantia de acesso aos direitos pelos venezuelanos que estão à procura de condições dignas de vida e integração local, em meio a xenofobia e um nacionalismo excludente e deturpado que vigora na sociedade. Diante da contextualização apresentada, destaca-se que o objeto de pesquisa do presente estudo se refere ao trabalho profissional dos Assistentes Sociais junto aos imigrantes e refugiados venezuelanos na proteção social especial na política de assistência social em Manaus. construída por meio da perspectiva dialético-crítica, em um direcionamento para a compreensão das contradições presentes em uma dada realidade, em um contexto histórico, sob a perspectiva da totalidade, articulando teoria e prática, e também dados quantitativos e qualitativos

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o trabalho profissional dos Assistentes Sociais junto aos imigrantes e refugiados venezuelanos visando contribuir com o aprimoramento e fortalecimento da proteção social especial na política de assistência social em Manaus.

Objetivo Secundário:

- 1) Discutir as expressões da questão social presentes no processo de imigração e refúgio dos venezuelanos a partir do olhar dos profissionais de serviço social;
- 2) Identificar as ações e os serviços que são ofertados aos venezuelanos na proteção social especial.
- 3) Desvelar os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais no desenvolvimento do trabalho profissional frente à ampliação da demanda de atendimento aos venezuelanos;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e na existência de danos à dimensão

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 4.233.287

física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente (Dos Termos e Definição II.22, Res. CNS nº 466/2012), prestar-se-á assistência ao participante da pesquisa de forma imediata e de forma integral, recorrendo aos serviços disponíveis no Sistema Único de Saúde quando houver necessidade. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, ou seja, está assegurado o direito a cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa, a qual será verificada conforme a extensão do mesmo, com suporte jurídico (Dos Riscos e Benefícios V.7; Dos Termos e Definição II.7, Res. CNS nº 466/2012). Destaca-se ainda que existe garantia de ressarcimento, ou seja, a compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação (Dos Termos e Definições II. 21, Res. CNS nº 466/2012). Benefícios: contribuir para a construção de condições objetivas que tornem esse público (imigrantes e refugiados) partícipe da sociedade no âmbito da ampliação e garantia dos direitos, fortalecer o trabalho profissional em suas competências e atribuições, corroborando com o projeto ético-político do serviço social, bem como, conquistar novos espaços e o fomentar a construção de um suporte teórico-metodológico relativo à proteção social especial no âmbito da política de assistência social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia Proposta: A presente produção se caracteriza como uma pesquisa do tipo exploratória, que "[...] o pesquisador procura obter, tanto quanto possível, entendimento dos fatores que exercem influência na situação que constitui o objeto de pesquisa" (GIL, 2002 p. 130). Esta dissertação será construída por meio da perspectiva dialético-crítica, em um direcionamento para a compreensão das contradições presentes em uma dada realidade, em um contexto histórico, sob a perspectiva da totalidade, articulando teoria e prática, e também dados quantitativos e qualitativos (PRATES, 2012). Dessarte, compreender a totalidade dos fenômenos é reconhecer que anteriormente existiram processos que consubstanciaram a história de um objeto e o particularizaram. Em vista disso, adotar o pensamento dialético-crítico na condução de uma pesquisa, requer a busca da interpretação dos fenômenos, que se manifestam no plano real, contando com o aporte das categorias analíticas: historicidade, totalidade e contradição. Bem como, serão abordados alguns aspectos das categorias teóricas que constituem o objeto de estudo, que são: questão social, política de assistência social e trabalho profissional do assistente social. Em termos de procedimentos metodológicos, a pesquisa será desenvolvida por meio de três

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 4.233.287

fases complementares: 1) pesquisa bibliográfica; 2) pesquisa documental e 3) pesquisa de campo (reformulada de acordo com as normas da Comissão Nacional de ética em Pesquisa e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, em observância as medidas de prevenção sanitária). Na esfera da proteção especial, serão focalizados quatro serviços de acolhimento, sendo dois abrigos geridos pela administração pública estadual, mais precisamente pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) com o auxílio do Governo do Estado, que são: 1) Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias Coroado e 2) Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias Jacamim. E mais dois abrigos geridos pela esfera privada no âmbito da sociedade civil, que são: 1) Casa Miga; e 2) Oásis adultos. Assim, a amostra dos sujeitos da pesquisa se constitui no total de oito (07) Assistentes Sociais, sendo cinco (05) dos serviços de acolhimento geridos pelo poder público e dois (02) vinculados a esfera privada. A abordagem da pesquisa será quanti-quantitativa, como ênfase nos dados qualitativos. Vale ressaltar, segundo Prates (2012), que no enfoque misto não há dicotomização do qualitativo e do quantitativo, e sim uma relação necessária de complementariedade. Assim, será aplicado aos assistentes sociais uma entrevista estruturada a partir de um roteiro, para compreender a multidimensionalidade do fenômeno (objeto do estudo) na visão desses profissionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de anuência das instituições participantes:

Oásis – apresentado e adequado;

Casa Miga – apresentado e adequado;

SEAS (Secretaria de Estado de Assistência Social) – apresentado e adequado;

Instrumental de pesquisa – apresentado e inadequado.

O instrumental de pesquisa deve vir em formulário com logotipo e cabeçalho da instituição proponente, além de inserir o nome da pesquisa.

TCLE – apresentado e adequado.

Recomendações:

Recomenda-se que a pesquisadora responsável insira as informações referentes ao logotipo e cabeçalho da instituição proponente no instrumental de pesquisa, além de inserir o nome da pesquisa.

A pesquisadora deve observar as orientações da CONEP, de 5/6/2020/Brasília, sobre pesquisas em tempo de pandemia e isolamento. Consultar a Nota técnica da PROPESP/UFAM, 001/2020, págs 2/5 e 3/5 que estabelecem procedimentos para as pesquisas com seres humanos durante a pandemia.

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

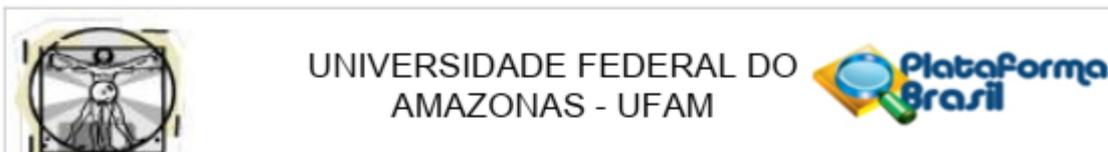
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.233.287

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa apresenta relevância social e científica no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

Os objetivos estão claros, os procedimentos metodológicos foram expostos, assim como as formas de recrutamento, os riscos e benefícios e os critérios de inclusão e exclusão.

Os documentos obrigatórios estão em conformidade com as resoluções 466/2012 e 510/2016 sobre pesquisa com seres humanos.

Todas as pendências apresentadas nas versões anteriores foram resolvidas.

Diante do exposto, considera-se parecer favorável a aprovação do projeto.

SMJ,

É o parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1593960.pdf	04/08/2020 08:16:16		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	04/08/2020 07:43:59	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJ_CEP.pdf	04/08/2020 07:43:35	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA_SEAS_CORRETO.pdf	03/08/2020 15:37:50	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito
Outros	Instrumental.pdf	03/08/2020 15:31:46	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA_Oasis_novo.pdf	13/07/2020 10:42:09	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TA_CM_Novo.pdf	13/07/2020 10:41:35	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_OASIS_Novo.pdf	13/07/2020 10:40:23	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

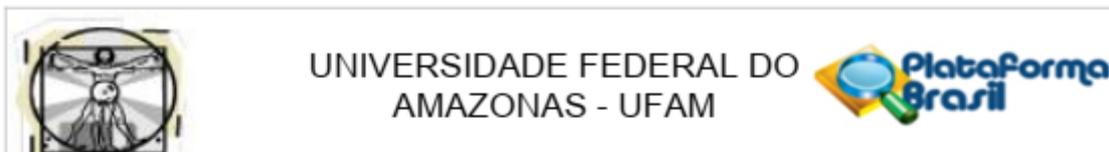
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.233.287

Ausência	TCLE_OASIS_Novo.pdf	13/07/2020 10:40:23	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CMIGA_Novo.pdf	13/07/2020 10:39:39	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_AS_SEAS_Novo.pdf	13/07/2020 10:38:45	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito
Folha de Rosto	Termo_ufam.pdf	13/07/2020 10:35:38	Kelly Borges de Almeida Rocha	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 24 de Agosto de 2020

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-1181

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com